

Isabel Rocha de Siqueira

Bruno Magalhães

Tatiana Castelo-Branco

Sebastián Granda

Organizadores

1

METODOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos

Isabel Rocha de Siqueira
Bruno Magalhães
Tatiana Castelo-Branco
Sebastián Granda
(orgs.)



© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225
Projeto Comunicar – casa Agência/Editora
22451-900 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucurio

Conselho Gestor Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio
Danilo Marcondes
Felipe Gomberg
José Ricardo Bergmann
Júlio Diniz
Luiz Alencar Reis da Silva Mello
Luiz Roberto Cunha
Miguel Pereira
Sergio Bruni

Revisão de texto

Ivone Teixeira
Editoração de miolo
Projeto gráfico de capa

Editoração do miolo

SBNigri Artes e Textos Ltda.

Editoração de capa

Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos / Isabel Rocha de Siqueira
... [et al.] (orgs.). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

134 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN (e-book): 978-85-8006-238-0

1. Relações internacionais – Metodologia. I. Siqueira, Isabel Rocha de.

CDD: 327.101

Sumário

Prefácio	7
Introdução: metodologia como ação política	9
<i>Bruno Magalhães e Isabel Rocha de Siqueira</i>	
Capítulo 1 – Discursos, verdade e linguagem: indicações metodológicas para as RI	17
<i>Thiago Rodrigues e Marcos Kalil Filho</i>	
Capítulo 2 – Para pensar a <i>différance</i> como um operador não metodológico na filosofia de Jacques Derrida	53
<i>Carla Rodrigues</i>	
Capítulo 3 – Analisando novos espaços de (in)segurança: reflexões de uma etnografia sobre reassentamento de refugiados na Suécia	69
<i>Emma Mc Cluskey</i>	
Capítulo 4 – A Teoria ator-rede como arte: em favor da bagunça nas Relações Internacionais	97
<i>Bruno Magalhães</i>	
Sobre os autores e organizadores	133

Prefácio

Este é o primeiro livro de uma série de publicações em metodologia para as ciências sociais e as humanidades. O livro e a série surgem como produto de algumas atividades organizadas pelo Laboratório de Metodologia do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. A proposta é que cada livro reúna contribuições de diferentes áreas – relações internacionais, ciência política, política pública, sociologia, antropologia, filosofia, letras e outras –, de modo a oferecer insumo para maior transdisciplinaridade nas ciências humanas. Sendo assim, apesar de trazer alguns exemplos práticos voltados para a política internacional, o livro dialoga com diversos campos de pesquisa.

Cada capítulo foi escrito a partir da experiência de um dos minicursos oferecidos pelo Laboratório de Metodologia e cada autor/a oferece uma perspectiva própria, um histórico institucional e teórico particular, uma experiência específica na metodologia abordada. Cada capítulo traz, ainda, dicas de como proceder com as leituras necessárias para maior aprofundamento sobre cada abordagem.

A realização dos cursos e a produção deste livro não seriam possíveis sem o enorme apoio oferecido pelo IRI e sem a ajuda sempre competente de todos na equipe do laboratório. Agradecemos aos professores Paulo Esteves e Marta Fernández pelo apoio institucional no IRI, além de aos professores colaboradores desta edição – Thiago Rodrigues (UFF), Marcos Kalil Filho (UFRJ), Carla Rodrigues (UFRJ), Bruno Magalhães (IRI) e Emma Mc Cluskey (King's College London).

Esperamos que este seja apenas o começo de uma reflexão cada vez mais profunda, imbricada e política do papel da metodologia na produção de um conhecimento capaz de atender melhor à complexa e desafiadora realidade em que vivemos.

Equipe do Laboratório de Metodologia em 2016-2017:

Isabel Rocha de Siqueira (coordenadora)

Bruno Magalhães (coordenador)

Sebastián Granda (assistente de pesquisa)

Tatiana Castelo-Branco (assistente de pesquisa)

Introdução: metodologia como ação política

Bruno Magalhães e Isabel Rocha de Siqueira

Este livro é uma primeira concretização das discussões empreendidas nas atividades do Laboratório de Metodologia do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. O livro foi pensado como uma primeira veiculação de um debate que pretendemos que seja cada vez mais inclusivo em direção às humanidades, ciências humanas e sociais. É também uma mobilização ainda incipiente em prol de uma *politização generosa* (não polarizada) da própria pesquisa e da formação de conhecimento. De fato, a proposta do livro e da iniciativa de que faz parte é, antes de mais nada, levantar questionamentos constantes sobre aquilo mesmo que entendemos por conhecimento e como o acessamos. Entender que o nosso acesso e a nossa construção do que consideramos conhecimento são formas de intervenção política nos torna responsáveis por compreender melhor a nossa relação com a pesquisa e as conexões que nela fazemos entre teoria, metodologia e posicionamentos/subjetividades. Independentemente das teorias mobilizadas, este livro deve ajudar na condução de pesquisas que interrogam mais profundamente o papel da academia no mundo, destacando que “em grande medida, teorias sobre pesquisa são baseadas em um sistema cultural de classificação e representação, por visões sobre a natureza humana, a moralidade humana e a virtude, por concepções de espaço e tempo, por concepções de gênero e raça” e que “ideias sobre essas coisas ajudam a determinar o que conta como real” (Smith, 2008: 44, tradução nossa).¹

Nesse sentido, o livro se insere em um momento de profundos questionamentos da disciplina de relações internacionais (RI): inter/transdisciplinaridade (Neumann, 2002; Leander, 2013; Bigo, 2013) e mesmo *indisciplinaridade* são palavras cada vez mais fortes empregadas para avançar metodologias mais relacionais e reflexivas (Opondo, 2015; Shapiro, 1997, 2013); novos impulsos em debates sobre pós-colonialismo e decolonialismo dão enorme peso à necessidade de resgatar diferentes ontologias dos apagamentos da história por meio de pesquisas

que questionem os sistemas de classificação e representação tradicionais (Escobar, 1996; Smith, 2008; Grosfoguel, 2010); uma intensificação das discussões de gênero recupera e reforça a onipresença da política no cotidiano dos métodos e a importância de pensar a pesquisa como *intervenção* (Lugones, 2008, 2011; Hooks, 1991, 2014; Enloe, 2014; Harding, 2004, 2015); esforços para compreender mais sistematicamente como os métodos de pesquisa podem ser mobilizados de maneira crítica também se multiplicam (Salter & Mutlu, 2013; Aradau & Huysmans, 2014); e a disciplina questiona cada vez mais o próprio produto da pesquisa, seu formato, sua linguagem, seu estilo e sua estética (Dauphinee, 2007; Inayatullah, 2010; Inayatullah & Dauphinee, 2016).

O cerne da proposta

O Laboratório de Metodologia vinculado ao IRI/PUC-Rio surgiu em 2015 com o intuito de contribuir com o debate metodológico na disciplina de RI dentro e fora do instituto, alimentando e estudando a fundo a transdisciplinaridade. O objetivo maior do laboratório é contribuir para o esforço corrente nas RI em favor do desenvolvimento de uma *compreensão não disciplinante de método*. De início, isso passa por avançar na reflexão crítica sobre o que podemos chamar de formas instrumentais (centradas exclusivamente na operacionalização de pesquisa) e apolíticas (desatentas ao impacto sociopolítico de escolhas metodológicas) de discutir método e metodologia nas ciências sociais e nas RI. Ademais, em caráter mais propositivo, a proposta do livro é incentivar a abertura de um espaço para o desenvolvimento de pesquisas pautadas pela busca da inovação, experimentação e criatividade, em contraste ao desenvolvimento de pesquisas informadas por critérios rígidos e predefinidos de qualidade acadêmica.

Entende-se que a discussão crítica sobre metodologia ainda tem papel secundário na produção científica e que o pensamento produzido sobre o tema advém quase exclusivamente da Europa e dos Estados Unidos. Nesse contexto, a produção de um livro sobre metodologia, cobrindo uma agenda plural e de relevância local, escrito em português, visa contribuir não só para a discussão metateórica do tema, mas também para a consolidação da academia brasileira como um polo de produção de conhecimento crítico sobre metodologia. Assim, a proposta é que o livro ofereça uma visão transdisciplinar de metodologias/abordagens com o propósito de oferecer portas de entrada para debates atuais e, consequentemente, para contribuições originais de pesquisadoras/es de diferentes instituições de pesquisa brasileiras.

O livro

A principal contribuição do livro consiste em preencher a lacuna existente na bibliografia especializada em metodologia para a disciplina de RI. Constata-se a inexistência de material específico para o nosso campo de estudos em português, assim como a necessidade de discutir seriamente perspectivas além do positivismo – paradigma predominante na academia brasileira de RI.

De maneira mais abrangente, dado o caráter transdisciplinar das RI, procura-se também estabelecer e aprimorar os diálogos com outros campos de estudo, como comunicação, antropologia, filosofia, sociologia, letras, entre outros. Em específico, os capítulos a seguir apresentam:

- material para que os leitores possam ter uma compreensão dos principais dilemas e compromissos filosóficos das metodologias/abordagens em questão;
- um exemplo de aplicação da metodologia/exploração dessas questões; e
- uma lista de leituras recomendadas para quem quiser se aprofundar no tema.

O primeiro capítulo, por Thiago Rodrigues e Marcos Kalil Filho, trata de *semiótica e análise do discurso*, percorrendo não somente textos-base em linguística, mas trazendo também os aportes foucaultianos sobre verdade e história para pensar questões específicas de política internacional. O capítulo cuidadosamente apresenta algumas das ideias centrais dos estudos da linguagem a fim de oferecer um enquadramento teórico apropriado para a análise do discurso, apresentando um instrumental teórico-metodológico muitas vezes pouco conhecido nas RI. O “fazer persuasivo” da semiótica abre espaço para pensar o linguístico e o extralinguístico, narrativa, actorialização, espacialização e temporalização de um texto. Com isso, ainda se trata da relação sujeito-objeto em sua diversidade narrativa, preocupando-se “em descrever as estratégias enunciativas encontradas no texto, as quais possibilitam uma pletera de efeitos de sentido”. É a partir daí que se apresenta a análise do discurso (AD), “com a língua no mundo e não como sistema abstrato”. O capítulo discorre sobre as influências do materialismo histórico e da psicanálise lacaniana sobre a AD. A AD – Rodrigues e Kalil Filho dizem – passa por uma problematização das maneiras de ler. Ao contrário da semiótica francesa, porém, a AD vai questionar o próprio papel da ciência no mundo, reforçando o papel da história na significação. Nesse momento do capítulo, Rodrigues e Kalil Filho passam a tratar da contribuição de Foucault para pensar um complexo histórico-político que produz sujeitos e subjetividades. Os autores discorrem sobre

o papel da genealogia como método para tratar dos discursos sujeitados no pensamento de Foucault e propõem olhar para o *terrorismo internacional* genealogicamente: “O que vale analisar são as efetivas práticas acionadas em nome de uma definição de terrorismo.” Assim, o capítulo finaliza conectando as contribuições da semiótica e da AD em Foucault com certos contradiscursos em RI.

O segundo capítulo, por Carla Rodrigues, por sua vez, parte já de uma provocação com a proposta do livro: a desconstrução não é uma metodologia; a *différance* é um operador *não metodológico*. Se, por um lado, o conceito não se presta ao rótulo da metodologia, é evidente, porém, sua imensa relevância para o enquadramento metodológico de tantas pesquisas em RI. Rodrigues diz mesmo que “[f]oi com a *différance* que teorias feministas empreenderam o questionamento à identidade; as teorias *queer* operaram a crítica ao conceito de gênero; os estudos pós-coloniais puderam repensar a relação de subalternidade e o problema da episteme eurocêntrica; a bioética abriu caminho para interrogar a tradição de distinção entre humano/animal” – todos temas e abordagens caros à história crítica recente da disciplina. Rodrigues trata das raízes filosóficas do termo, focando na herança hegeliana de Derrida, mas também nos aportes de Husserl, Heidegger e Hyppolite à sua filosofia. De certa forma, assim como na genealogia de Foucault, a *différance* de Derrida vai sugerir a impossibilidade de marcar a origem e o fim; ela age sempre em movimento, impossibilitando qualquer estabilização. Assim, Rodrigues oferece o caso do luto e das vidas enlutáveis de Butler para conversar com questões importantes nas RI: a discriminação entre vidas inteligíveis e não inteligíveis – “a possibilidade de dizer que, para uma vida vir a ser vivida, é pressuposto que haja vida enlutável se for perdida”. O capítulo é sensível, portanto, a todas as questões de *reconhecimento interditado*, a toda *performance* que, por ser *performance*, não funciona no registro do verdadeiro/falso. Rodrigues conclui recusando o caráter metodológico da desconstrução e a defendendo como um pensamento da singularidade.

O terceiro capítulo, por Emma Mc Cluskey, de maneira diferente desafia as RI a uma maior abertura metodológica e a uma transdisciplinaridade mais verdadeira. No lugar da mera execução da *etnografia* como uma ferramenta que apenas romantiza o cotidiano, Mc Cluskey reforça o diálogo das RI com a antropologia, pensando a etnografia como método crítico. Olhando especificamente para estudos críticos de segurança nas RI, ela critica o foco excessivo em agentes e situações “oficiais” e propõe um estudo de micropráticas aparentemente banais na vida cotidiana. Com isso, Mc Cluskey questiona os “limites na ideia do que chamamos de ‘segurança’ e do que uma pesquisa ‘legítima’ sobre (in)securitização deve buscar”.

A autora diz que a contribuição da antropologia aos estudos críticos de segurança ainda tem sido modesta e que é preciso mesmo “reconfigurar completamente a noção de (in)securitização em congruência com linhas mais antropológicas”. Tomando como estudo de caso sua experiência como tradutora em uma pequena cidade da Suécia que recebia refugiados sírios entre 2014 e 2015, Mc Cluskey fala dos “*hidden transcripts*” e do “*public transcript*” da população local e dos refugiados, isto é, daquilo que é claramente falado e daquilo que é guardado para o privado, e com isso ela retrata as tensões que vão surgindo na pequena cidade, configurando um cenário de insegurança. Pelo olhar atento aos efeitos das práticas mais do que às práticas em si, Mc Cluskey afirma, é possível observar como as micropáticas desafiam as normas estabelecidas e como as mudanças podem se manifestar em “operações e técnicas locais e situadas em vez de em um nível ‘oficial’”. Considerando os ricos resultados da pesquisa, a proposta etnográfica com esse olhar definitivamente vem enriquecer os debates sobre segurança nas RI.

O quarto e último capítulo, por Bruno Magalhães, propõe um olhar sobre a teoria do ator-rede (ANT, em inglês), por meio de uma análise cuidadosa do trabalho de John Law. Explorando os neologismos mobilizados por Latour e Woolgar e mergulhando em uma analogia sobre academia e pintura, Magalhães oferece um cuidadoso percurso pelos principais conceitos da teoria do ator-rede, levantando seus principais questionamentos a respeito das filiações ontológicas, epistemológicas e metodológicas de pesquisadoras/es. Partindo do princípio de que “o mundo exterior e a realidade com a qual ele se oferece para nós são coisas diferentes”, a ANT quer compreender como a própria qualidade de verdade é atribuída. Acima de tudo, o capítulo destaca o posicionamento de Law de que a realidade que “vence” não se torna a única possível; as verdades ocultadas precisam ser *ativamente* ocultadas em um trabalho que nunca é concluído. Aqui, Magalhães dialoga com Law e Mol para sinalizar o papel da ideia de singularização – o esforço contínuo para manter outras formas de ser do objeto fora de vista. Crucialmente, portanto, a configuração pós-singularização não é a única forma possível de singularização do objeto. Essa abordagem, somada a tantos conceitos trabalhados ao longo do capítulo, leva à ideia de que é preciso abandonar a busca da coerência na pesquisa e abrir espaço para a incoerência. A ANT contribui, assim, com uma interferência positiva no mundo, promovendo uma sensibilidade ao heterogêneo, à alegoria e à incoerência.

Se essas contribuições são um parâmetro, a riqueza do pensamento metodológico nas RI é infinita e passa por uma importante reflexão sobre o papel da ciência. Acima de tudo, os capítulos denotam a importância de abrir espaço para a pluralidade filosófica e política, e para o potencial de pesquisa que surge com esse espaço.

Nesse espírito, esperamos que este primeiro livro e a série a que dá início tragam inúmeras reflexões e um debate ainda mais prolífico sobre metodologia para as RI e para a crescente transdisciplinaridade que se vem propondo na disciplina.

-
- 1 No original: “[t]o a large extent, theories about research are underpinned by a cultural system of classification and representation, by views about the human nature, human morality and virtue, by conceptions of space and time, by conceptions of gender and race. Ideas about these things help determine what counts as real.”

Referências bibliográficas

- ARADAU, Claudia & HUYSMANS, Jef. Critical Methods in International Relations: the Politics of Techniques, Devices and Acts. *European Journal of International Relations*, 20(3): 596-619, 2014.
- BIGO, Didier. A sociologia política internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de relações internacionais, sociologia e teoria política. *Contexto Internacional*, 35(1):173-195, 2013.
- DAUPHINÉE, Elizabeth. The Politics of the Body in Pain: Reading the Ethics of Imagery. *Security Dialogue*, 38(2): 139-155, 2007.
- ENLOE, Cynthia H. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. University of California Press, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press, 1996.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (eds.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- HARDING, Sandra G. (ed.). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. Psychology Press, 2004.
- _____. *Objectivity and Diversity: Another Logic of Scientific Research*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

- HOOKS, Bell. Theory as liberatory practice. *Yale JL & Feminism*, 4: 1, 1991.
- _____. *Teaching to Transgress*. Routledge, 2014.
- INAYATULLAH, Naeem (ed.) *Autobiographical International Relations: I, IR*. Routledge, 2010.
- INAYATULLAH, Naeem; DAUPHINEE, Elizabeth (eds.). *Narrative Global Politics: Theory, History and the Personal in International Relations*. Routledge, 2016.
- LEANDER, Anna. "Strong objectivity" in *Security Studies: Ethnographic Contributions to Method Development*. Carlo Alberto Notebooks, 2013.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá (9), 2008.
- _____. Hacia um feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 6 (2): 105-119, 2011.
- NEUMANN, Iver B. Returning Practice to the Linguistic Turn: the Case of Diplomacy. *Millennium*, 31(3): 627-651, 2002.
- OPONDO, Sam Okoth. "Philopoesis and/as Resistance", Social, Political, Ethical, and Cultural Theory Archives SPECTRA: the Social, Political, Ethical, and Cultural Theory Archives. *Special Issue on Representations of Resistance*, 4 (2), 2015.
- SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E. (eds.). *Research Methods in Critical Security Studies: an Introduction*. Routledge, 2013.
- SHAPIRO, Michael. *Violent Cartographies: Mapping Cultures of War*. University of Minnesota Press, 1997.
- _____. *Studies in Trans-Disciplinary Method: After The Aesthetic Turn*. Routledge, 2013.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies. Research and Indigenous Peoples*. Londres/Nova York: Zed Books, 2008.

Capítulo 1

Discursos, verdade e linguagem: indicações metodológicas para as RI

Thiago Rodrigues e Marcos Kalil Filho

Introdução

No início dos anos 1980, a área acadêmica das relações internacionais parecia haver estabelecido suas disputas teóricas e metodológicas no campo do chamado positivismo ou racionalismo. Interessados em estabelecer a disciplina das RI como uma ciência social dotada de conceitos e métodos próprios, os teóricos disputavam espaço ao apresentar análises da política mundial baseadas em princípios liberais ou realistas. O calor das discussões girava em torno do debate entre teóricos liberais inspirados na teoria da interdependência complexa, apresentada em 1977 por Robert O. Keohane e Joseph Nye, e o realismo sistêmico, defendido por Kenneth Waltz, em 1979, como uma resposta científica tanto a Keohane e Nye quanto aos realistas antes dele, como Hans Morgenthau. O conceito-chave em ambas as perspectivas era o de *estrutura*, entendendo que os Estados se articulavam como unidades em sistema indissolivelmente anárquico – como acreditava Waltz (2010) – ou essencialmente anárquico com possibilidades de ordem cooperativa a partir de normas, instituições e regimes internacionais – como criam Keohane e Nye.

De todo modo, os emergentes neorealismo e neoliberalismo partilhavam de uma mesma crença em princípios ontológicos (em “essências”) – “Estado”, “sistema”, “estrutura”, “anarquia”, “ordem” – e epistemológicos – a aposta na construção de uma ciência objetiva, neutra, capaz de descrever o “real” e encontrar suas regularidades, leis, continuidades. Partilhavam, também, de uma mesma procedência filosófico-política no contratualismo, quer fosse o de Thomas Hobbes (para os realistas), quer fosse o de Immanuel Kant (para os liberais) e, com isso, herdavam a crença de que o Estado era a instituição que celebrava e garantia a paz – o

“Estado de sociedade” dentro de cada Estado soberano –, enquanto a ausência do Estado significava a “anarquia” (a possibilidade da “guerra de todos contra todos”) (Rodrigues, 2010).

No entanto, o dinamismo da política internacional naquela década, potencializada pela velocidade ampliada dos meios de comunicação e das mudanças sensíveis nas práticas políticas, econômicas e sociais que abalavam a “ordem” da Guerra Fria, apresentaram novos agentes e novos problemas no mundo. A divisão estanque entre “espaço nacional” e “espaço internacional” parecia não responder bem ao desafio de compreender o despontar de fluxos transterritoriais legais e ilegais, a emergência de novos grupos identificados como ameaças (como o terrorismo e o narcotráfico), a detonação de crises humanitárias ou a afirmação de novas agendas identitárias que não coincidiam com o “nacionalismo”. Novos acadêmicos e acadêmicas, interessados em ultrapassar os limites analíticos e temáticos das escolas positivistas começaram, então, a experimentar aproximações com outros campos da filosofia, sociologia, antropologia e dos estudos da linguagem. Apenas neste último, as leituras foram abundantes e entraram os anos 1990 alterando o panorama teórico-epistemológico e metodológico das RI.

O presente capítulo procura apresentar três dessas abordagens. Na primeira seção, são expostas as linhas gerais de dois campos distintos no campo dos estudos da linguagem que, muitas vezes, são confundidos e equivocadamente associados: a semiótica e a análise do discurso. Na segunda seção do capítulo, expomos as sugestões metodológicas do filósofo francês Michel Foucault condensadas na sua análise genealógica e interessadas em destacar as relações entre *saber*, *poder* e *produção de verdade* (veridicção). Com o intuito de indicar possíveis aplicações dessas metodologias no campo das relações internacionais, apontamos leituras viáveis do chamado “terrorismo fundamentalista” à luz dos conceitos aqui apresentados. Nas considerações finais, segue o convite para que os leitores conheçam mais as propostas deste capítulo e outras que têm provocado interesse na área das RI.

Semiótica e análise do discurso

Se a expressão “análise do discurso” pode denotar uma vertente das teorias do discurso, no âmbito da linguística ela também consiste em jargão utilizado corriqueiramente por diversas áreas do saber em seu fulcro de interpretar os sentidos que se depreendem dos textos sobre os quais seus pesquisadores se debru-

çam. O seu uso acaba por construir um lugar-comum que advém, em verdade, da própria capacidade humana da linguagem. Como instrumento único de acesso à realidade e de categorização do mundo, o ferramentário linguístico de base neurológica, cognitiva, sociocultural e comunicativa se inscreve em um processo de aprendizado por meio do qual cada ser humano desenvolve e compartilha um sistema supraindividual, concretizado pela língua.

Por isso, nada mais natural que os indivíduos se sentirem suficientemente preparados para indicar os meandros da significação de seus objetos de estudo. A comunicação e a interpretação são fundamentos da condição de sujeito. Como veremos a seguir, a constituição dos *efeitos de sentido* pressupõe uma ideologia, a qual promove um *efeito de evidência*, como se aquele significado fosse o único, a Verdade. Dessa forma, uma miríade de estudiosos, sobretudo de campos científicos aquém dos estudos de linguagem, apropria-se de forma temerária da ideia de “análise do discurso” tal que se atinjam os objetivos propostos pelas respectivas pesquisas.

A aplicação desavisada da “análise do discurso” tende a se aproximar de um senso comum em suas abordagens e, não raro, chancela visões apriorísticas do pesquisador. Nessa esteira, passa ao largo dos protocolos estabelecidos, por exemplo, pela semiótica discursiva greimasiana (Greimas, 1975) ou pelos conceitos propostos pela análise do discurso pecheutiana (Pêcheux, 1990). O instrumental teórico-metodológico dessas duas escolas será minuciado com o intuito de apresentar àqueles distantes da linguística as possibilidades descritas por seus teóricos e passíveis de serem incorporadas aos mais variados objetos e problemas.

O percurso gerativo de sentido da semiótica discursiva

A semiótica francesa tem sua gênese com Algirdas Julien Greimas, como um “projeto” (Fiorin, 2008: 133) – não como um produto acabado –, em continuidade às disposições de Ferdinand de Saussure.¹ O construto teórico, criado pelo linguista lituano, parte, dentre outras influências,² da teoria narrativa do estruturalista russo Vladimir Propp e, com o conseqüente retorno oferecido por objetos de estudo gradativamente mais complexos – como os textos sincréticos³ –, chega aos mais recentes desenvolvimentos da semiótica, representados pela abordagem tensiva que será à frente exposta.

A semiótica “tem por objeto descrever e explicar os procedimentos de composição discursiva, que se manifestam textualmente” (Fiorin, 2008: 125). Haveria

três condições para o seu estudo: ser *sintagmático*, por interpretar um todo de significação, o texto ou o discurso; ser *gerativo*, pois a linguagem e a organização textual obedecem a uma hierarquia que engloba da organicidade de categorias abstratas à singularidade de figuras e temas específicos de cada texto; e ser *geral*, ao manifestar-se em diferentes planos de expressão possíveis.

Uma das ideias fulcrais do projeto da semiótica consiste em sua concepção de texto, qual seja: uma articulação de um plano de expressão com um plano de conteúdo. Estes estabelecem a *função semiótica*, cuja formulação remontará à noção de *signo linguístico*, constituído por *significante* e *significado* (cf. Saussure, [1916] 2006). O plano de expressão apresenta-se como responsável pela manifestação sensorial do conteúdo: verbal-oral, gestual, verbal-escrito etc. Trata-se do *significante*, o que se aprende nos cursos introdutórios de linguística como “imagem acústica”. O plano de conteúdo, por sua vez, será entendido no esteio do *significado*, carregando o conceito do signo e os valores contidos e transmitidos por um texto. Desse modo, se o texto articula um plano de expressão e um plano do conteúdo, o signo pressupõe, igualmente, um *significante* e um *significado*. Desse modo, signo = *significante* + *significado*.

O *percurso gerativo de sentido* pode ser considerado o primeiro protocolo de análise produzido pela semiótica⁴ francesa. Contido no plano de conteúdo, esse “simulacro metodológico de abstrações” (Fiorin, 2008: 126) prevê três níveis de concretização do sentido, preenchidos por sintaxe e semântica:⁵ o *fundamental*, que comporta categorias antagônicas basilares; o *narrativo*, cujas transformações e estados representam as ações do homem no mundo; e o *discursivo*, que comporta as figuras e os temas da superfície do texto (ver Figura 1 – o quadro será retomado mais adiante).

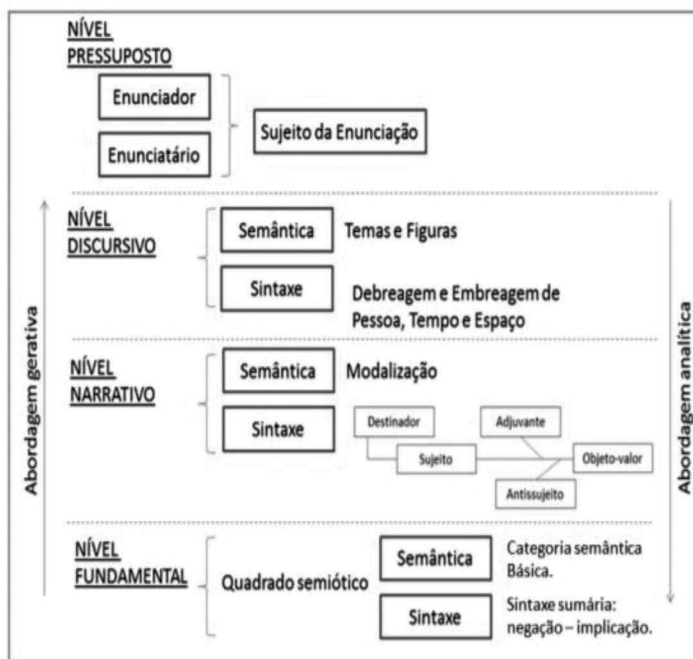


Figura 1: O percurso gerativo de sentido (Marinho, Clara – notas de aula).

Para a semiótica, interessam a significação, a organização e a forma, a “arquitetura textual que produz o sentido” (Fiorin, 2008: 122). Nesse diapasão, não interessa a intenção do autor e a historicidade como “anedotas a respeito de suas condições de produção” (Fiorin, 2011: 16), mas como o *sujeito da enunciação* está construído no texto. Esse sujeito da semiótica é composto pela articulação de perfis de *enunciador*, polo voz, e *enunciatário*, polo recepção, depreendidos do texto. No enunciado, assim, encontram-se marcas da enunciação que nos levam a quem enuncia e para quem se enuncia. Não necessariamente ao sujeito empírico, mas às projeções de pessoa, espaço e tempo, tal como os valores investidos no texto. Nessa dinâmica, exprime-se o *fazer persuasivo*, elemento central das análises semióticas (Barros, 2002: 37).

O caráter persuasivo da comunicação se dá porque o *enunciador* se utiliza de estratégias – as quais deixam invariavelmente marcas da enunciação no texto –, tal que o *enunciatário* entre em conjunção com seus valores. Esse processo persuasivo desvela-se na ligação das *dimensões pressuposta e projetada* do texto. O sujeito da enunciação encontra-se pressuposto, mas o texto, uma “unidade autônoma de dependências internas” (Hjelmlev, 1991: 29), ainda possui sua *narrativa projetada*, o *enunciado*, mais facilmente apreensível ao polo receptivo. Assim, um

enunciador irônico pode efetivamente dizer algo, na *narrativa projetada*, querendo significar o oposto na *narrativa pressuposta* (cf. Fiorin, 2013).

A *enunciação*, portanto, se manifesta em um *enunciado*, o qual, como mencionado anteriormente, materializa-se por meio de um *plano de expressão* ligado de forma intrínseca a um *plano de conteúdo*. A semiótica, dessa forma, restringirá seu objeto de estudo à *imanência* estabelecida por marcas deixadas pela *enunciação* no *enunciado*. Diferentemente da análise do discurso pecheutiana, por exemplo, que leva em conta o contexto sócio-histórico, o *domínio extralinguístico*, um semioticista descreverá e observará como o texto diz o que diz com base estrita no domínio textual. Ilustrativamente, não será considerado *a priori* que uma música escrita por Chico Buarque durante a ditadura militar brasileira possui determinadas conotações políticas em virtude de seu autor e momento histórico de publicação, mas apenas se tais condições de produção tiverem deixado marcas enunciativas, aferíveis por meio do instrumental proposto pelo referido campo do saber, tal como o *percurso gerativo de sentido*.

O nível discursivo desse *percurso* consiste na superfície textual. Nele, encontram-se os temas e as figuras que concretizam os níveis inferiores mais abstratos. São, efetivamente, os personagens com seus nomes e histórias, em uma narrativa ficcional, ou mesmo as últimas vítimas da violência urbana descritas com especial atenção pelo semanário conservador. Ainda nesse patamar, há a *actorialização*, a *espacialização* e a *temporalização*, os marcadores de pessoa-espaco-tempo de um texto. Sua análise permite, entre outras conclusões, a aferição da objetividade ou da subjetividade, além da identificação do jogo de vozes, estratégias enunciativas importantes nos processos de persuasão (cf. Fiorin, 2013).

Cumprе ressaltar, ainda no nível discursivo, um dispositivo de análise importante para se assegurar dos sentidos inscritos na *imanência textual* em observação. As *isotopias* são repetições que conferem “coerência semântica a um texto, [...] a partir da reiteração de traços semânticos ao longo do discurso” (Fiorin, 2013: 112). Em “A galinha”, de Chico Buarque, a isotopia animal da primeira metade da música é ressignificada pela isotopia do trabalho, introduzida posteriormente. Assim, o semioticista pode descrever as isotopias com base na recorrência de determinadas palavras, por exemplo. “Ovo”, “choco”, “gemada”, “clara” etc. fazem parte de determinado universo semântico. “Patrão”, “produção”, “férias” etc. já integram outro conjunto de sentidos. O uso sequencial das isotopias desencadeia um novo plano de leitura da primeira, quando se depara com a segunda, confirmando os valores investidos no texto pelo sujeito da enunciação.⁶

A centralidade da transformação do sujeito

No nível narrativo do *percurso gerativo de sentido*, estabelecer-se-á o que por muito tempo foi o ponto central da existência semiótica: o *fazer*. Nesse primeiro momento epistemológico, mais do que *ser*, o sujeito semiótico será aquele que empreende ações com o objetivo de alcançar determinado valor que lhe é proposto (Greimas, 2014: 20). De maneira geral, o modelo teórico reconhecerá na narrativa de transformação entre dois estados, empreendida pelo *fazer*, o estatuto do sujeito.

As figuras e os temas do nível discursivo, elementos mais concretos e superficiais em um texto, assumirão a forma abstrata dos *actantes narrativos*. Estes consistem em funções ou papéis essenciais à narratividade intrínseca ao processo de comunicação. São eles: o sujeito propriamente dito, o *objeto-valor* que é buscado por ele, o *destinador* que o faz iniciar a busca, o *adjuvante*, responsável pela possível ajuda recebida ao longo da narrativa e o *antissujeito*, obstáculo que o impede de já estar em conjunção ao valor que deseja (ver Figura 1 em seu nível narrativo).

O binômio *sujeito-objeto* pressupõe o que se chama de *relação juntiva – conjunção* ou *disjunção* com o *objeto-valor*. Um sujeito é manipulado pelo *destinador* a perceber que está em *disjunção* com um *objeto-valor* em virtude de um *antissujeito*. Para entrar em *conjunção*, ele precisa *querer* ou *dever fazer* a transformação necessária para alcançar o *objeto-valor*. Posteriormente, o *adjuvante* poderá auxiliá-lo a adquirir a *competência* de *saber* ou *poder fazer*. Ao superar o *antissujeito*, há a *performance* do sujeito e, por fim, a *sanção*, por parte do *destinador*, que julga se houve ou não a *conjunção* com o *objeto-valor*. Dessa forma, a *relação juntiva* passa a ser o parâmetro organizador das transformações narrativas (cf. Greimas, 2014).

Como exemplo, dentro de determinada narrativa identitária, uma nação pode ter, como *objeto-valor*, a segurança. A segurança terá sido proposta pelo *destinador-manipulador*, o presidente da República, por exemplo, que empreende a manipulação, por meio da qual o sujeito passará a acreditar nos valores propostos por aquele e, portanto, passará a enxergar o seu estado de *conjunção* ou *disjunção* em relação ao *objeto-valor* e ao *antissujeito*, obstáculo inerente à busca pelo *objeto-valor*.

Em abordagem simplificada, o chefe do Executivo, que propõe de forma bem-sucedida o discurso do terrorismo, dispõe sobre a *disjunção* do sujeito com a segurança. Uma nação que persegue a segurança pode eleger, como antissujeito, terroristas, imigrantes e uma plethora de outras figurativizações. No caso da

chamada guerra ao terror, iniciada após os atentados às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, a construção do “inimigo público n.º 1”, o terrorista islâmico, coloca-o na posição de *antissujeito*. Este impede a *conjunção* de todo o *free world* com a segurança. A sua superação passa a ser necessária e, para que o sujeito saia de um *estado de disjunção* da segurança, composto de *paixões* como o medo e a ideia do risco, persuade-se o sujeito a abrir mão de algumas de suas liberdades.

Cumprir notar, assim, que o *objeto-valor* não existiria sem o *antissujeito*, um ponto de inflexão na narrativa.⁷ Ao concordar com os valores do *manipulador*, o sujeito localiza imediatamente o *antissujeito*. Se assim não fosse, o sujeito já estaria em *conjunção* com o *objeto-valor* – ou, ao menos, não teria dificuldades em alcançá-lo – e, portanto, não aconteceria a transformação, condição *sine qua non* para uma narrativa.

Esse caminho de transformação de um *estado de disjunção* para um *estado de conjunção* é conhecido como *programa narrativo*. Neste, o sujeito poderá passar pela “sequência canônica” (Fiorin, 2013: 29), composta por quatro fases: a *manipulação*, a *doação de competência*, a *ação* (ou *performance*) e a *sanção*. Fiorin as explicita em sua obra *Elementos de análise do discurso*:

Na fase de manipulação, um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa. [...] Na fase de competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. [...] A *performance* é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa. [...] A última fase é a *sanção*. Nela ocorre a constatação de que a *performance* se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. (Fiorin, 2013: 29-31)

No nível narrativo, há dois tipos de *enunciados* elementares: os *enunciados de estado*, aqueles que estabelecem uma *relação de junção* entre um sujeito e um objeto; e os *enunciados de fazer*, os que mostram a transformação que constitui uma narrativa, a passagem de um *enunciado de estado* a outro *enunciado de estado* pelo sujeito que se transforma. Efetivamente, a estrutura da semiótica padrão acaba por privilegiar o sujeito do *fazer*. O *estado* (o *ser*) fica relegado a uma instância de menor importância, anterior e posterior a um *fazer*, fundamental ao arcabouço teórico-metodológico até aí proposto.

Os contrários categóricos que dão base a todo discurso

Na base do *percurso gerativo de sentido*, situa-se o nível fundamental, o mais abstrato e, por um longo período, continente da formulação teórica mais icônica da semiótica: o *quadrado semiótico* (ver Figura 2). Nesse estágio de decomposição do processo de significação, encontramos a *oposição fundamental* ou *categórica*, formada por dois contrários e dois contraditórios, operacionalizados pela asserção e pela negação. Tal estrutura expressa um modelo lógico de relações em oposições de contradição, contrariedade e complementaridade (cf. Barros, 2001). Os termos contrários carregam relações semânticas *em presença*, e os termos contraditórios, *em ausência*.

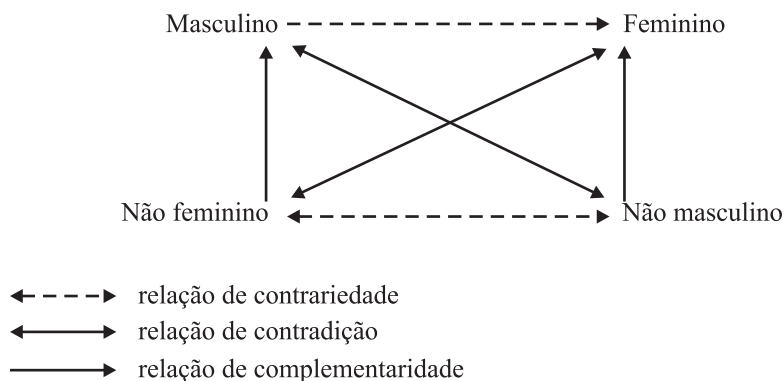


Figura 2: O quadrado semiótico (adaptada de Barros, 2001: 20).

Na Figura 2, há a ilustração da abordagem teórica supramencionada. Os opostos categóricos “masculino” e “feminino” mantêm entre si uma relação de contraste, cujo conteúdo é *positivo*, ou seja, carregam em seu bojo semântico traços semânticos próprios. Operando uma negação sobre qualquer um deles, chega-se aos contraditórios “não masculino” e “não feminino”, respectivamente, cujo conteúdo é *negativo*, cuja existência depende da negação de um traço semântico preexistente. Por fim, “masculino” é complementar em relação a “não feminino”, enquanto “feminino” é complementar em relação a “não masculino”. Tal afirmação significa que “não feminino”, por exemplo, é uma decorrência lógica de “masculino”. Há ainda os *termos complexos* e *neutros*, os quais resultam da reunião dos termos contrários (“masculino” + “feminino”, a androginia) e da reunião dos termos contraditórios (“não masculino” + “não feminino”, o não gênero), respectivamente.

O modelo prevê relações que “constituem o essencial da herança sobre a qual repousa o cálculo linguístico desde 1827” (Greimas, 1981: 44). O seu legado estruturalista binário passou por diversas críticas e revisões nas últimas décadas. O *quadrado semiótico* e a sua lógica foram, por um lado, graduados pela abordagem tensiva – a ser explicada adiante – ou, não raro, relegados em função da centralidade da narrativa. Ainda assim, a ideia de *oposição fundamental* pode auxiliar na análise. Na sequência do exemplo de um sujeito, cujo *objeto-valor* é a segurança, e o *antissujeito*, o terrorismo, pode-se aduzir que os contrários que subjazem a esse programa narrativo são /opressão/ *versus* /liberdade/.

Nesse sentido, cumpre salientar um processo crucial para o entendimento da significação. A *axiologização* de /opressão/ e /liberdade/, ou seja, a forma como o sujeito da enunciação *euforiza* – dá um caráter positivo – e *disforiza* – dá um caráter negativo – a cada um desses termos será importante para compreender desde o fundo ideológico do *enunciado* em questão até as estratégias mais finas de *asserção* e *negação* do texto. As narrativas miradas na segurança tendem a tornar *eufórica* a /opressão/, relacionando-a ao *actante narrativo* do sujeito e utilizando figuras, temas e isotopias, tais como a vitimização, a ordem, as instituições tradicionais (família, polícia etc.), a fragilidade e o bem reificado. Assim, a /liberdade/ se enquadrará no *excesso* de autonomia do *antissujeito*, livre para ameaçar a segurança do sujeito. Os recobrimentos figurativos, temáticos e isotópicos também coadunarão com uma visão conservadora de repressão de direitos e garantias.

Uma análise semiótica poderá focar apenas um desses níveis ou utilizá-lo por completo, indo do mais concreto ao mais metafísico. O recorte do objeto e o ponto de vista do analista determinarão o uso mais adequado. Ao final, o que se faz imperioso depreender como mote da semiótica discursiva francesa consiste em seu intuito de alcançar os processos de significação. Em contraste com os estudos da semântica do início do século XX e da hermenêutica, cujo objetivo era delimitar o sentido, às vezes único, por trás de um texto – o que o texto diz –, a semiótica discursiva preocupar-se-á em descrever as estratégias enunciativas encontradas no texto, as quais possibilitam uma pletera de efeitos de sentido – como o texto diz o que diz.

Apontamentos sobre outros instrumentos metodológicos

Ademais, a semiótica oferece outros ferramentários significativos, cuja apresentação pormenorizada se faz impossível no presente espaço. São eles: a semiótica plástica, a semiótica das paixões, a abordagem tensiva da semiótica e a se-

miótica das práticas. Cada um deles possibilitará a análise de uma dimensão de significação diferente, como a diagramação de uma revista, a escolha das cores em um cartaz, as técnicas de pintura em um quadro, as paixões mobilizadas para que um texto se comunique com mais eficácia, os diferentes usos de um *smartphone* e seus reflexos na funcionalidade de um aplicativo, entre outros objetos.

A semiótica plástica fornecerá categorias de análise para o estudo de *semióticas-objeto* no *plano da expressão*. Se o *percurso gerativo de sentido*, minuciado anteriormente no presente capítulo, aborda o *plano do conteúdo* de um texto, o seu *plano da expressão*, ou seja, os elementos sensoriais e físicos, poderá ser descrito a partir da cromática, a observação do contraste, e da combinação de cores, a eidética, adstrita às formas, e a topologia, atinente à posição e orientação das formas e do movimento (cf. Teixeira, 2008).

A semiótica das paixões permite a descrição das interações patêmicas (da ordem das paixões) enquanto efeitos de sentido derivados de determinada situação de comunicação e manifestados como configurações discursivas passíveis de serem descritas por meio de propriedades sintáticas (cf. Lima, 2016). Tal avanço epistemológico permitiu ao semioticista analisar não só a narratividade por trás de afetos depreendidos da história dos sujeitos de um texto – a tristeza dos parentes de uma vítima da violência urbana, descrita pela narrativa de uma reportagem de jornal –, mas também identificar as marcas deixadas pela enunciação que revelam as estratégias utilizadas para suscitar paixões específicas no *enunciatório*, o perfil de leitor para quem se escreve, por exemplo, com o intuito de solicitá-lo passionalmente e, dessa maneira, comunicar de forma mais efetiva – a construção discursiva do horror e do ódio na mesma reportagem de jornal que aborda mais uma vítima de violência urbana por “bandidos” desumanizados.

A abordagem tensiva da semiótica, por sua vez, rompe com o binário do *quadrado semiótico* e propõe um contínuo vetorial (cf. Fiorin, 2008). Importando o conceito de *campo de presença* da fenomenologia, a semiótica passa a entender que tudo o que imerge no raio de percepção do sujeito se vê qualificado em termos de *intensidade*, a afetividade, e *extensidade*, a inteligibilidade. Os *estados de alma* regem os *estados das coisas*, o sensível rege o inteligível (cf. Zilberberg, 2011). Nesse momento epistemológico, o sujeito do *fazer* deixa a centralidade da semiótica e passa a dividir espaço com o sujeito do *ser*, o qual já vinha ganhando proeminência desde os estudos das paixões. Pragmaticamente, o analista da semiótica adquiriu categorias de análise que o libertavam das transformações do nível narrativo do *percurso gerativo de sentido* e do caráter estanque do binário

fundamental. Sem prescindir dos antigos construtos, ao semioticista passou ser possível estudar o arrebatamento causado pela surpresa ou a construção do conforto do conhecido em um texto, assim como as gradações entre os contrários que balizam um texto.

Por fim, as formas de vida e as práticas (cf. Fontanille, 2008) alargam a *imanência*, o recorte sobre o que a semiótica poderia debruçar-se. Novos *níveis de pertinência* são apresentados, ampliando as *semióticas-objeto* dos *textos-enunciados* para os *objetos*, espécies de suporte nos quais os textos são inseridos – a diferença, por exemplo, entre um jornal em papel e o mesmo jornal disponível digitalmente em um *tablet* –, as *práticas*, os usos apreendidos desses *objetos*, e as *formas de vida*, o caldo cultural decorrente da reiteração daquelas.

Após esse breve apanhado das mais recentes possibilidades epistemológicas da semiótica francesa, passamos aos conceitos da análise do discurso pecheutiana.

Formulação e constituição dos sentidos na análise do discurso de Michel Pêcheux

Para além da utilização não científica da “análise do discurso”, não existe somente uma vertente da análise do discurso. Em verdade, existem ao menos 57 variedades de análise do discurso. Todas elas, porém, parecem compartilhar, primeiramente, o seu objeto de estudo, o discurso, e, em ampla perspectiva, a negação de que a linguagem seja neutra em sua função de refletir ou descrever o mundo (cf. Gill, 2002). A linha francesa da análise do discurso (doravante denominada AD) tem como seu fundador Michel Pêcheux, nos anos 1960, que estabeleceu a articulação entre o linguístico, o social e o histórico (cf. Melo, 2005).

A AD não se porta como uma metodologia *per se*, mas “uma disciplina de interpretação fundada pela interseção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise” (Caregnato e Mutti, 2006: 680). Por isso, comumente é referida como uma *disciplina de entre-meu* (cf. Orlandi, 1992). Da linguística, a AD concorda que a língua tenha a sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma. O analista do discurso trabalha com a língua no mundo e não enquanto um sistema abstrato. Do materialismo histórico, questiona-se o simbólico, a partir da leitura feita por Louis Althusser do marxismo. Assim, incorpora-se a ideologia ao âmago da AD, mas devolve-se ao materialismo histórico o entendimento de que o substrato ideológico é materializado por meio da linguagem. Por fim, da psicanálise lacaniana adveio a noção

de inconsciente: o outro, entendido pela teoria do discurso como linguagem e privilegiando a ideia do de-centramento do sujeito.

O mote da AD perpassa a problematização das maneiras de ler. Como interpretamos o que lemos? Mais do que um texto quer dizer, *como ele significa* passa a ser a pergunta central, respondida por meio da exploração do funcionamento do discurso e de suas muitas maneiras de se significar (cf. Orlandi, 2003). Nessa seara, distingue-se da hermenêutica, pois não procura um sentido verdadeiro por meio de uma “chave” de interpretação, assim como se distancia da análise de conteúdo, a qual também busca um sentido único e transparente. Não há uma verdade oculta por trás do texto, mas “gestos de interpretação que o constituem e que o analisa, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (Orlandi, 2003: 26).

Vale ressaltar a ideia de *dispositivo*. Ao largo da perspectiva epistemológica da semiótica, a AD refutará o cientificismo, o desmedido rigor formal de algumas correntes do saber acadêmico, o que implica se apresentar como *dispositivo* capaz de construir escutas, permitindo levar em conta os *efeitos de sentido entre locutores*;⁸ aliás, esta será a conceituação de discurso para a AD. O discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos. Não se confunde com a “fala”, dentro da dicotomia *langue e parole* de Saussure, pois possui regularidades. No entanto, há o reconhecimento de que o discurso é resultado da relação entre *língua, história e sujeito* (cf. Orlandi, 2003).

A linguagem está materializada na ideologia, que possui sua materialidade específica no discurso e se manifesta por meio da língua: “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Pêcheux, 1975 apud Orlandi, 2003: 17). Toda fala possui um fundo ideológico e, por conseguinte, o discurso é o lugar onde se encontram a ideologia e a língua.

Para a AD, há uma diferença entre Ideologia e ideologia. A primeira organiza a formação social e cria as evidências de sentido e de sujeito. A segunda é menor que a primeira, tendo uma acepção mais histórica e pragmática. Trata-se das ideologias cotidianas. A Ideologia, portanto, naturaliza as práticas dentro de uma formação discursiva, produz os sentidos possíveis para aquele sujeito inscrito em determinado momento histórico; constrói a evidência de sentido, que faz ver a língua como transparente, ou seja, só há aquele sentido para o que está sendo dito, uma imbricação entre *significante e significado*, e a evidência de sujeito, a qual oculta a nossa identificação com uma formação discursiva. A Ideologia fabrica o

sonho adâmico, a falsa impressão de que somos os primeiros a dizer aquilo que falamos (cf. Orlandi, 2003).

As *evidências de sentido* e *de sujeito* possuem relação próxima com o conceito de *esquecimentos*. São ilusões necessárias para que o sujeito, ao esquecer que aquilo já foi dito, se constitua em sujeito. O *esquecimento enunciativo* promove a ilusão referencial ao nos fazer acreditar na relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, uma suposta relação natural entre palavra e coisa. Já o *esquecimento ideológico* opera-se no inconsciente por meio da ideologia. Faz com que o sujeito creia na originalidade e na verdade de tudo o que se diz (cf. Orlandi, 2003).

No âmbito do senso comum, não raro, os indivíduos negarão uma inclinação conservadora ou de direita, afirmando terem pensado por si mesmos na argumentação exposta, colocando-se, muitas vezes, como isentos do tradicional embate político entre esquerda e direita. Mesmo que confrontados com as similaridades de seus posicionamentos aos de atores reconhecidamente da direita, tais sujeitos rejeitarão a pecha de partidários de dada corrente de pensamento. Essa situação singela e corriqueira demonstra, por um lado, o poder dos esquecimentos e, por outro, a onipresença da ideologia, em sentido menor, e da Ideologia, em acepção ampla, na produção de *assujeitamentos*. O sujeito, para ser constituído como tal, comumente renega que possa ser atravessado por discursos cuja origem lhe escapa.

A Ideologia, por conseguinte, se instalará em uma das duas forças de tensão que fundamentam a AD. A *constituição* subsume-se ao movimento de *repetição*, de *paráfrase*. Consome-se como a matriz do sentido, a sustentação do saber discursivo, o *interdiscurso*, o eixo vertical paradigmático no qual encontram-se todos os dizeres já ditos. Contudo, há uma força contrária, a da *formulação*, que erige-se no *intradiscurso*. Com base na disputa entre memória e atualidade, permite-se o deslocamento dos sentidos, a *polissemia*, garantindo que os seres humanos não sejam meros papagaios do acúmulo linguístico. Há tanto a imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido como as formas de controle da interpretação, determinadas de forma histórica (cf. Orlandi, 2003).

Reunindo as forças de *constituição* e *interdiscurso*, uma *formação ideológica* materializa-se em uma *formação discursiva*. Esta concretiza uma posição em uma conjuntura sócio-histórica e, à vista disso, delimita o que pode ser dito. No plano da concretude empírica, há *formações discursivas* distintas, por exemplo, para cada ambiente profissional. Uma mesma palavra pode ter sentidos difusos em

cada uma delas, como as acepções de *manipulação*, que diferem entre o uso corrente e a terminologia da semiótica, como vimos anteriormente. O entendimento fulcral, no entanto, perpassa a ideia de que a *formação discursiva* circunscreve os sentidos possíveis de uma situação de comunicação e de um sujeito. Há significados associados ao vocabulário de um médico e, ao ocupar determinada classe social, sua visão de mundo será delimitada pela *formação discursiva* específica em que se instaura.

Os *efeitos de sentido entre locutores* também são influenciados pelas *condições de produção* da linguagem. Tal conceito decorre logicamente da afirmação de que a língua só significa no mundo, o sujeito existe apenas inserido na história, e assim por diante. O analista necessita recorrer à exterioridade da língua para dar sentido à mesma. As *condições de produção* consistem nas circunstâncias imediatas, no contexto sócio-histórico e na memória discursiva (cf. Orlandi, 2003). Esses três itens vão se juntar às *formações imaginárias* como coerções ao que é possível ser dito por determinado sujeito inscrito em dada *formação discursiva*.

As *formações imaginárias* são representadas por um *jogo de espelhos*. A imagem que A faz de B, a imagem que A faz de si mesmo e a imagem que A faz do referente (aquilo que é dito). Concomitantemente, a imagem que B faz de A, a imagem que B faz de si mesmo e a imagem que B faz do referente. Há, inclusive, o *mecanismo de antecipação*, qual seja, a imagem que A acredita que B faça dele, a imagem que A acredita que B faça do assunto, e assim por diante. A e B são *posições-sujeito*, o que denota uma posição discursiva e não um lugar ou situação empírica. A mencionada conceituação ainda revela a *relação de forças* dos atos de fala⁹, pois “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, reconhecendo que nossa sociedade é preenchida por relações hierarquizadas, sustentadas no poder” (Orlandi, 2003: 39).

O *dispositivo* da AD ainda pressupõe o apuro do trabalho do analista no sentido de perceber os *não ditos* do seu *corpus* de análise. A manchete de um grande jornal, por exemplo, na década de 2000, trazia um *não dito* berrante: “Tiroteio na Rocinha assusta moradores de São Conrado.” A invisibilização dos moradores da Rocinha reside textual e simbolicamente. Outra manchete de publicação de ampla circulação carregava mais um *não dito*: “Av. Roberto Marinho, em SP, sofre com degradação e invasão de sem-teto.” Na frase, quem sofre é uma avenida e não a população pobre e marginalizada sem-teto. Além disso, a palavra “invasão” possui um *não dito* negativo e transgressor. Poderia ser substituída pelo termo “ocupar”, mas a *formação discursiva* daqueles jornalistas impediria tal seleção lexical.

A AD, oferece uma gama de conceitos, os quais podem ser incorporados criteriosamente às pesquisas de inúmeras áreas. Estas duas últimas seções buscaram introduzir as noções basilares da linha pecheutiana, assim como o protocolo padrão de análise da semiótica francesa com o objetivo de fomentar o interesse pelas teorias do discurso. Dessa maneira, torna-se possível, inclusive, a ruptura de lugares-comuns na utilização de pseudométodos de análise do discurso, sem a devida anuência aos estudos de linguagem.

A análise do discurso francesa se comunica com a semiótica discursiva francesa em seu propósito de compreender os meandros da significação. Como se produzem os sentidos de um texto? Todavia, há um afastamento marcado, primeiramente, nas respectivas visões da ciência. As raízes estruturalistas da semiótica não a deixam escapar do cientificismo de seu método, tão perseguido, após o ápice dos estruturalistas nas décadas de 1950 e 1960. Já a AD questionará o próprio papel da ciência no mundo, oferecendo um método mais alinhado com as teorias críticas. Em última análise, a distinção-mor entre as escolas se faz em sua visão da história na participação da significação. Os semioticistas dirão que a historicidade está na *imanência textual*, ou seja, no projeto enunciativo contido no objeto a ser analisado, enquanto os analistas do discurso trarão o contexto sócio-histórico para além das marcas textuais.

O trabalho de Michel Foucault se destaca, entre outros motivos, pela construção de alternativas às metodologias das humanidades, como a hermenêutica e o estruturalismo. A relevância de sua obra na análise do discurso garante um lugar especial nesse campo do saber, especialmente no que tange às temáticas do sujeito e do poder. Embora pareça restrito à AD, o autor é reverenciado, inclusive, por Algirdas Julien Greimas, principal nome por trás da escola de semiótica de Paris:

[...] chegamos muito naturalmente a atentar para o fato que uma massa modal pode ser articulada em uma semiótica do poder (do poder-fazer e do poder-ser). Esse vasto domínio é desbravado de maneira feliz por Michel Foucault, cujas análises ricas e pertinentes são frequentemente exacerbadas em razão das motivações ideológicas do filósofo e de seus discípulos. (Greimas, 2014: 27)

Não obstante a carência de trabalhos que delineiem esse paralelo entre Foucault e a semiótica (do poder), estudar o bojo de suas formulações auxilia, enfim, a compreender parte da dicotomia entre AD e semiótica. Ao opor-se aos estru-

turalistas, Foucault ajuda a delinear as separações epistemológicas que se desenvolviam desde aquela época, portando-se como verdadeiro analista do discurso.

Foucault: verdade, poder e genealogia

A Verdade está morta!

Em um dos seus últimos escritos, *O sujeito e o poder*, publicado em 1984, o filósofo francês Michel Foucault afirmou que o tema geral de suas pesquisas, desde a década de 1960, foi “não o poder, e sim, o sujeito” (Foucault, 1995: 231). Repassava Foucault toda a sua obra, sustentando que o seu objetivo principal não foi o de “analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise”, mas, ao contrário, “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1991: 231). A admisão de que os “indivíduos” ou “sujeitos” não têm uma *ontologia* rígida, ou seja, não são dotados de uma “essência”, de uma “alma” ou de uma “natureza” acompanhou, de fato, o trabalho de Foucault por décadas.

Em uma entrevista concedida muito antes, ainda em 1966, Foucault foi interpelado sobre a sua aproximação com Friedrich Nietzsche, respondendo que o filósofo alemão

mostrou que a morte de Deus não era o aparecimento, mas o desaparecimento do homem, que o homem e Deus tinham estranhos parentescos, que eram ao mesmo tempo irmãos gêmeos e pais e filhos um do outro, que Deus estando morto o homem não poderia não desaparecer, ao mesmo tempo, deixando atrás de si uma monstruosidade.¹⁰

Se Nietzsche havia “matado Deus” mostrando como a categoria universal de “homem”, produzida pelo pensamento iluminista em fins do século XVIII, havia substituído “Deus” como entidade metafísica dotada de valor universal, Foucault trabalhava para expor como o próprio conceito de “homem” tinha uma história relativamente recente que não era analisada criticamente. À esquerda e à direita no espectro político, havia se naturalizado a ideia de que os seres humanos eram dotados de “direitos naturais”, lógica, por sua vez, herdeira da noção de “alma” na tradição judaico-cristã. Assumir, como fez Foucault, que as pessoas não são dotadas de uma “natureza humana” – “boa” ou “má”, tanto faz – significava afirmar que aquilo que somos, como nos vemos e como somos vistos é parte de um

complexo processo histórico-político que *produz sujeitos* ou, em outras palavras, não há uma “natureza humana”, mas uma construção histórica, política e social do que se entende por “homem”. Eis o que Foucault (1995) chamou de “processos de subjetivação” ou de “objetificação”.

Se não somos, em princípio, *nada*, então, como cada um passa a ser o que é? Como as identidades são construídas? Quem ou o que as modela? Na busca por essas respostas, Foucault compreendeu que as subjetividades são produzidas em meio a uma miríade de relações sociais, que atravessam “instituições” como a família, o hospital, a prisão, os quartéis, a fábrica, a escola, o partido, o sindicato etc. Em cada um desses espaços agiriam formas muito precisas de poder – que Foucault (1997) denominou “disciplinas” ou “poder disciplinar” – atuando sobre os corpos e sensibilidades a fim de adestrá-los e educá-los para assumir determinadas condutas e emoções. Essas formas de exercício do poder, todavia, não pareciam ser bem explicadas pelas noções tradicionais de poder advindas da filosofia política.

Para Foucault (1995; 1999; 2002), o conceito de poder elaborado desde os tempos de Thomas Hobbes definiam-no como: 1) uma força meramente repressiva, que era aplicada apenas para reprimir, agredir, fazer calar, impedir a existência, limitar os movimentos; 2) como uma propriedade ou “coisa” que alguém ou um grupo possui em detrimento de outro (daí as expressões “tomar o poder”, “perder poder” etc.); 3) como um força localizada no Estado e que se exerce de cima para baixo – do aparato de Estado sobre a sociedade – visando estabelecer e manter relações de dominação.

O exercício do poder, para Foucault, não apenas suprimia comportamentos, mas produzia condutas desejadas (modos de agir, modos de pensar). Logo, as relações de poder *produziriam subjetividades*. Dessa premissa foi possível, então, deduzir que “poder” não era uma “coisa”, mas uma relação, e que, portanto, ninguém “detém poder”, mas o *exerce*. Sendo uma *relação*, as formas de exercício de poder não têm uma fonte única – quer seja no Estado quer seja em qualquer outra instituição –, mas se multiplicam em todos os aspectos da vida social.

As relações de poder, enfim, não seriam apenas resumidas à “dominação” porque, segundo Foucault, cada tentativa de governar a conduta e de produzir a subjetividade de outra pessoa poderia suscitar resistências, insubmissões, rebeldias. Para Foucault, “onde há poder, há resistência e [...] esta nunca se encontra numa posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999: 91). Logo, as relações de poder se aproximariam mais de situações de enfrentamento e luta

do que propriamente de dominação, nas quais se pressupõe passividade ou sujeição absolutas de uma das partes envolvidas. Desse modo, Foucault (2002) sugeria que as relações de poder fossem estudadas como “situações estratégicas” dispersas por todo corpo social num jogo infundável e múltiplo do qual ninguém estaria livre de ser tanto aquele que exerce quanto aquele sobre quem se exerce poder.

Assim, no seu texto de 1984, Foucault recorreu a um conceito da Grécia antiga para nomear sua perspectiva acerca das relações de poder: trata-se da noção de *agôn* (ἀγωνία), que significa “combate”. Não necessariamente física, uma relação agônica era definida entre os gregos como uma série de situações de enfrentamento, como os desafios intelectuais, as competições entre poetas e trovadores, as provocações entre rivais e a troca de injúrias. Segundo Foucault, para tratar do poder, “mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta” (Foucault, 1995: 245). As relações de poder, em todos os seus níveis (da microfísica das relações interpessoais até o nível das grandes instituições), seriam, então, relações *agônicas*, moldadas à imagem de embates, lutas, enfrentamentos manifestados nas situações de exercício de poder e das resistências a ele provocadas (Rodrigues, 2010).

Do mesmo modo que, para Foucault, não haveria uma “natureza humana” universal, os conceitos e valores que admitimos como “verdadeiros” também seriam produtos de correlações de força. Em suma, pela perspectiva agonista, a “Verdade” – com o “v” maiúsculo indicando uma suposta superioridade – não existe. O que há é um processo infundável de disputas e estabelecimento de “verdades” que se creem ou querem fazer “verdades inquestionáveis”, mas que estão sempre sujeitas ao questionamento e às resistências de outras visões da “verdade”.

Foucault (2010) denominou esses processos de constituição do “verdadeiro” e do “falso” como processos de “veridicção”. Para o filósofo, era fundamental compreender a história da *epistemologia* – como se conhece algo, o que é possível ser estudado e conhecido e como isso pode ser feito – e da *ontologia* – a essência definidora de algo – não como uma história evolucionista na qual formas mais “primitivas” de saber seriam, século após século, aperfeiçoadas por metodologias e padrões mais precisos e, portanto, mais próximos do “real”. Tal forma de ver a história do pensamento – denominada, em geral, *positivista* – defende que existe uma realidade (com suas regras universais) esperando para ser decifrada por formas de conhecimento humano supostamente neutras e racionais. A “ciência verdadeira” seria, então, aquela que conseguisse decifrar esse “real”, revelando suas

dinâmicas antes misteriosas. O positivismo científico firmou-se, no século XIX e a partir do mundo ocidental, tanto para as ciências ditas físicas ou naturais quanto para as ciências humanas. Num campo quanto no outro, a premissa foi a mesma: seria possível entender a ontologia dos fenômenos (quer fosse a radioatividade ou o comportamento humano) descobrindo suas “regras” sempre válidas (independentemente da época e do lugar). Uma vez decifradas as regras universais, seria possível prever a ocorrência dos fenômenos. Assim, do mesmo modo como o meteorologista poderia prever uma tempestade a partir da identificação de certos elementos como a pressão atmosférica, o nível de umidade do ar, a força dos ventos e a temperatura ambiente, o sociólogo, por exemplo, poderia prever a conduta dos indivíduos num determinado ambiente social, pois os comportamentos *sempre* se repetiriam na presença de elementos externos como pobreza, isolamento social, qualidade de moradia, estruturação familiar etc.

Afastando-se desse modo de compreender a formação do pensamento, Foucault defendeu estudar os processos de “formação dos saberes”, ou seja:

não se devia procurar analisar o desenvolvimento ou o progresso dos conhecimentos, mas sim identificar quais eram as práticas discursivas que podiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis, estudar nessas práticas discursivas as regras, o jogo do verdadeiro e do falso e, *grosso modo*, se vocês preferirem, as formas de veridicção. (Foucault, 2010: 6)

Se os saberes são “formados” é porque há processos de constituição desses saberes que não são meramente “melhorias” e “aperfeiçoamentos” em direção a uma “ciência mais verdadeira”. Ao contrário, haveria uma complexa e incessante disputa entre diferentes “verdades”, distintos “saberes” que procuram afirmar certas interpretações do mundo, das pessoas e das formas de organizar as sociedades em detrimento de outras. Logo, a produção de “saberes” visando ao estabelecimento de uma “Verdade” é um processo de luta entre diferentes *perspectivas*. Caminhando próximo de Nietzsche (como detalharemos adiante), Foucault sustenta que todo saber é perspectivo; em suma, toda forma de interpretar o mundo, as coisas e o próprio pensamento são resultado de determinados interesses políticos, valores morais, expectativas sociais etc. Há um constante conflito agônico: relações de poder que buscam afirmar “verdades” e/ou resistir a essa afirmação a partir da defesa de outras “verdades”. O estabelecimento da “Verdade” é, enfim, a resultante de um jogo entre saberes e poderes. Para Foucault, portanto, existe “uma interface do saber e do poder, da verdade e do poder” (Foucault, 2003: 229).

Fazer a “análise dos saberes, das práticas discursivas que organizam e constituem o elemento matricial desses saberes” (Foucault, 2010: 6) pressupõe estudar as formações discursivas nesse combate agônico entre diferentes perspectivas. Desse modo, a compreensão de toda “formação discursiva” não poderia ser feita sem uma análise do contexto histórico-político em que ela se constitui. Cada discurso, associado a um processo de elaboração de saberes e de produção de “verdades”, deveria ser tomado como expressão de posições políticas, morais etc. Assim, a análise de um discurso político (*lato sensu*) ou de uma escola teórica deveria ser realizada com uma abertura suficiente para levar em consideração *quem fala, de onde fala e com que propósito*. Isso não significa assumir que todo e qualquer discurso, teoria, doutrina moral ou científica é uma forma “hipócrita” de saber. Pensar assim equivaleria a crer na existência de uma “Verdade” pura a ser descoberta diante de tantas “verdades falsas”. Não haveria, portanto, “ideologias” (no sentido vulgar de “falsas verdades”) a ludibriar as pessoas em nome de qualquer interesse. Na perspectiva agônica das relações de poder e saber, todo discurso tem uma intenção e procedências identificáveis. *Todo discurso*, sem exceção.

Uma análise dos discursos e dos saberes a partir das sugestões de Michel Foucault implica reconhecer que há formas de pensar que estão, a cada momento, sufocadas por outras, mas que no agonismo das forças esses discursos marginalizados podem sempre ressurgir, reativando a disputa pelo estabelecimento da “Verdade”. Compreender essa dinâmica de luta é uma sugestão metodológica para analisar a produção de verdade e as formas discursivas pelas quais elas são enunciadas. Para Foucault, o método para identificar e analisar esse combate é a *análise genealógica*.

Genealogias

O final dos anos 1960, como registram as grandes insurreições de jovens em todo o planeta, principalmente no ano de 1968, foram tempos de contestação dos valores morais, costumes e hierarquias sociais. Novas práticas e experimentações com o corpo, subjetividades e estilos de vida entraram em confronto com os padrões e a moralidade, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas. Os chamados “movimentos de minorias” – mesmo quando não eram compostos por minorias numéricas –, como os que reivindicaram direitos aos negros e mulheres, agitaram as estruturas tradicionais de representação política (partidos, sindicatos, Estado) inventando novas modalidades de organização econômica e política. Antigos discursos e práticas, como o anarquismo, foram atualizados e ganharam

nova potência, ao lado de muitos discursos do tipo revolucionário afinados às guerrilhas e movimentos de libertação nacional, e estremeciam os continentes europeu, africano, americano e asiático. Palavras de combate, como “É proibido proibir!”, “Não me libertem, eu me encarrego disso” ou “Sejamos realistas, exijamos o impossível!”, apareceram inscritas nos muros e paredes de Paris, sendo reproduzidas, readaptadas e difundidas em todo o globo.

Segundo Foucault, pensando sobre o tempo em que vivia, a ebulição daqueles anos abriu espaço para que formas de saber e de poder subjugados ou constrangidos pelas “grandes verdades” do pós-Segunda Guerra Mundial – a democracia-liberal ou o socialismo de Estado – pudessem vir à tona provocando uma “insurreição dos ‘saberes sujeitados’” (Foucault, 2002: 12). Essa insurreição se deu contra o “efeito inibidor próprio das teorias totalitárias” (Foucault, 2002: 10), ou seja, contra a obrigação autoritária de se acreditar nas únicas opções de “Verdade” (capitalista ou socialista de Estado) e nas teorias que, supostamente, explicariam todos os problemas da humanidade, oferecendo os caminhos para uma libertação final de todos e cada um. O despontar histórico de muitos discursos, saberes e práticas sociais distintos – muitos deles associados a saberes ancestrais de povos não europeus ou de grupos sociais marginalizados no próprio Ocidente, como mulheres, homossexuais e negros – indicou uma diversidade incrível de perspectivas de mundo. Indicou, por fim, a existência de um agonismo das dinâmicas que estabelecem, pela força (das armas, do poder econômico, das tradições morais etc.), o que é “falso” e o que é “verdadeiro”. A insurreição dos saberes evidenciava, enfim, o “saber histórico das lutas [e a] [...] memória dos combates” (Foucault, 2002: 13).

Para Foucault (2002), os saberes sujeitados foram, em algum momento, vencidos junto com aqueles que os professavam ou produziam. Foram derrotas históricas que sepultaram sistemas filosóficos, propostas de mudança social, doutrinas morais etc. Entre os anos 1960 e 1970, os grandes sistemas filosóficos ocidentais herdeiros do Iluminismo estavam desacreditados. Como, em guerras e revoluções, foi possível matar tantos milhões de pessoas em nome da “libertação”? Como foi possível o Holocausto? Como era possível o aumento das misérias diante de tanto avanço tecnológico? Dúvidas assim permitiram o retorno de saberes e discursos temporariamente sufocados.

Haveria, segundo Foucault, um método para localizar, estudar e propiciar a emergência desses discursos sujeitados: a *genealogia*. O filósofo francês buscou essa noção na obra de Nietzsche, em especial o livro *A genealogia da moral*, publicado em 1887, no qual o alemão – ao investigar as origens da moral ocidental – atacou o

que chamou de “historiadores grandiloquentes” para mostrar que os mais elevados princípios morais, as mais celebradas “verdades”, as dinastias mais respeitadas e os textos mais sagrados têm todos começos baixos ou vis, envoltos em lutas, em sangue, em violências, e não, como defendiam os tais “historiadores”, uma origem bela, justa e imaculada. Foucault desenvolveu num texto publicado em 1971, intitulado “Nietzsche, a genealogia e a história”, uma leitura própria das sugestões do filósofo alemão, atualizando a urgência em combater a “história laudatória” com uma “história efetiva” (Foucault, 1998: 34) marcada por um olhar interessado em dar visibilidade aos discursos e saberes sujeitados, desconfiando da força e excelência das grandes e consagradas teorias de pretensão universalista.

Uma primeira recomendação do método genealógico diz respeito às noções de agonismo e de veridicção: *a produção de saberes e o estabelecimento de verdades se dão num combate entre perspectivas distintas, fazendo com que a “Verdade” seja a perspectiva do vencedor*. Logo, não haveria uma “verdade absoluta” sobre nada. Uma segunda indicação para uma análise genealógica está no questionamento da origem única de um fenômeno, discurso ou saber. Em outras palavras, nenhuma ciência, regime político, modo de organização da vida social, doutrina espiritual, sistema econômico etc. tem uma origem única, sucedida de uma história linear e evolutiva, indo do mais simples ao mais complexo, da maior ignorância para a mais alta sabedoria. Haveria, ao contrário, múltiplas origens, vários momentos em que discursos e práticas são produzidos e modificados, pelo contato com outras práticas e discursos ou por resistências e alterações provocadas pela luta incessante entre distintas perspectivas e posições políticas, éticas etc.

A situação atual de uma prática social, de um conceito filosófico, de um regime político é o retrato desse exato momento formado por múltiplas influências – umas mais, outras menos antigas – que se conectam para configurar esse *agora*. Foucault, relembrando Nietzsche, chama essas múltiplas influências de *proveniências* (*Herkunft*, em alemão). Cada forma como as proveniências se combinam, permitindo a determinada modalidade de saber existir ou a um modelo socioeconômico prevalecer sobre outros constitui, ainda seguindo Nietzsche, uma *emergência* (*Entstehung*, em alemão). Cada emergência significa “a entrada em cena das forças, é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro” (Foucault, 1998: 24). Na passagem dos anos 1960 para os 1970, por exemplo, as práticas e os saberes anarquistas sobre a organização social sem o Estado e da constituição de uma economia não capitalista – que muitos consideravam utópicas ou superadas historicamente – voltaram à tona (*emergiram*), sendo adaptadas e atualizadas por movimentos sociais.

Desse modo, as reflexões de Pierre-Joseph Proudhon sobre uma economia mutualista (sem dinheiro e sem propriedade privada) e de Mikhail Bakunin sobre uma ordem social sem Estado – ambas desenvolvidas no século XIX –, assim como experiências históricas inspiradas por aquelas ideias (como muitas durante a Revolução Espanhola entre 1936 e 1939) foram *proveniências* importantes relidas e readaptadas por comunidades *hippies*, grupos de ocupação de imóveis abandonados e coletivos libertários. Mais recentemente, quando despontou, a partir de 1999, o chamado “movimento antiglobalização”, a presença dos *black blocs* em muitos dos protestos importantes contra a ordem política e econômica mundiais desde então evidenciou mais uma releitura e atualização de práticas anarquistas quando muitos acreditavam na sua completa superação.

Em vez de buscar ligações diretas e causais (causa e efeito), o genealogista se interessa pelas descontinuidades das práticas e saberes, pelos documentos menos valorizados, pelas ideias aparentemente esquecidas, sempre pautando sua investigação de modo a evitar produzir uma “nova teoria” que coloque ordenadamente a sucessão dos fatos, criando uma explicação clara, irrefutável e generalizável sobre os fenômenos estudados. Procura fazer, assim, uma história atenta às vozes marginalizadas e sufocadas, mas sem colocá-las no lugar dos antigos saberes dominantes. Por isso, segundo Foucault, haveria *genealogias* – no plural, e não uma única genealogia a substituir os saberes se convertendo numa nova “teoria totalitária”. Essas genealogias seriam “anti-ciências” (Foucault, 2002: 13), não no sentido de falta de rigor ou de seriedade metodológica, mas no sentido de não terem a pretensão de constituir um novo conjunto de conceitos e métodos que definissem o que é o “verdadeiro” diante de todos os outros saberes e objetos considerados “falsos”.

Nesse sentido, as genealogias – ou, como Foucault também as chama, as *análises genealógicas* (Foucault, 1998) – são um *método* para o estudo de discursos e práticas explicitamente *antipositivista*. Mais do que isso, as genealogias, “longe de ser apenas um procedimento teórico-metodológico, seria[m] também uma estratégia engajada de poder” (Fonseca, 2002: 101), ou seja, uma forma de lutar contra o autoritarismo de qualquer discurso que procure se impor por meio da desqualificação de outros discursos e saberes. Desse modo, as genealogias são tanto uma perspectiva analítica quanto um instrumento de resistência intelectual no agonismo constante dos processos de veridicção.

Prática em RI

Tendo tudo isso em mente, propomos um breve exercício analítico com um tema caro ao campo das relações internacionais: o terrorismo. Prática presente nas pesquisas no campo dos estudos estratégicos e das relações internacionais desde os anos 1960, o terrorismo passou a ser tema central dessas áreas acadêmicas após os atentados nos Estados Unidos, em setembro de 2001. Após os ataques contra as Torres Gêmeas, em Nova York, e o Pentágono, nas cercanias de Washington D.C., o chamado “terrorismo fundamentalista” foi identificado pelo governo de George W. Bush como o principal inimigo dos Estados Unidos.

A retaliação dos Estados Unidos não tardou. No dia 26 de outubro de 2001, foi assinado por Bush o *USA Patriot Act*, cujo título trazia um duplo sentido: ao mesmo tempo significava “Lei Patriota dos Estados Unidos” e, como contração, “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism”¹¹ ou, em português, “Unindo e fortalecendo a América pelo provimento de instrumentos apropriados necessários para interceptar e obstruir o terrorismo”. O decreto foi o primeiro de uma série de leis, instruções, documentos executivos, reformas institucionais e decisões presidenciais que procuraram preparar os Estados Unidos para o que foi apresentado como uma longa e difícil “guerra contra o terror”. Parte fundamental desse esforço de guerra baseou-se na tentativa de definir jurídica e politicamente o que era “terrorismo” de modo a preparar sanções, planejar medidas repressivas, possibilitar a prisão, a tortura, o julgamento e a condenação de pessoas e, no limite, justificar intervenções e ocupações militares. O *US Patriot Act* definiu terrorismo como

(a) atos violentos ou ameaçadores à vida humana que são uma violação da lei criminal dos Estados Unidos ou de qualquer Estado, ou que pode ser uma violação criminal se cometida na jurisdição dos Estados Unidos ou de qualquer Estado; (b) [atos] que tencionem (i) intimidar ou coagir uma população civil, (ii) influenciar a política de um governo por intimidação ou coerção, (iii) afetar a conduta de um governo por meio de destruição em massa, assassinato ou sequestro. (*US Patriot Act*, 2001, § 2331, tradução nossa)

Na sequência, vieram outras definições, como a do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, realizada em 2002, que atualizou a anterior descrição formal de “atos terroristas”, de 1986, e que foi uma vez mais revisada em 2010. Segundo o documento, terrorismo é

[o] uso ilegal de violência ou da ameaça de violência, geralmente motivada por crenças religiosas, políticas ou ideológicas, visando provocar medo e coagir governos ou sociedades na perseguição de objetivos que são, usualmente, políticos. (DoD, 2010: 241, tradução nossa)

Definições similares surgiram nos códigos legais de países aliados dos Estados Unidos, como o Reino Unido e a França. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a pressão diplomática dos Estados Unidos reativou o debate para definir universalmente o “terrorismo”. Uma comissão de diplomatas e especialistas foi formada em 2002 e, no entanto, dissolvida em 2005, sem chegar a um consenso. Tentou-se conseguir uma definição mínima baseada no detalhamento dos tipos de “atos” que seriam “terroristas”, como “assassinato seletivos”, “ataques contra civis” ou “ataques à infraestrutura” (Rodrigues, 2013). No entanto, houve resistência, tanto de países de maioria muçulmana, preocupados em não estigmatizar suas próprias populações, quanto de Estados envolvidos diretamente na “guerra ao terror”, como os Estados Unidos, que preferiam uma definição abrangente e detalhada que apoiasse as suas iniciativas globais contra grupos que classificavam como terroristas (Tuman, 2010). Em 2005, ano da cúpula da ONU que celebrou os 60 anos da organização, os Estados membros manifestaram a condenação do terrorismo “em todas as suas formas e manifestações, independentemente de quem o pratique, onde seja praticado e dos motivos que tenha” (ONU, 2011: 2).

Como analisar genealógicamente essa dificuldade de consenso em torno de uma definição de “terrorismo”? Em primeiro lugar, assumindo que as tentativas de definição não são realizadas por agentes desinteressados, mas por grupos políticos, estadistas, corporações militares ou diplomáticas, acadêmicos e a mídia, que procuram fazer com que a sua visão específica sobre o que seja “terrorismo” passe a ser adotada por todos. Nesse sentido, os *enunciadores* dos discursos sobre terrorismo buscam afirmar a sua *verdade* sobre as demais a fim de conseguir legitimidade política, apoio popular, justificativa para alterações legais e ações militares.

A partir dessa constatação, é possível notar que não existe uma “ontologia” do terrorismo, ou seja, não há uma “essência” ou “natureza” do terrorismo. As tentativas de encontrar essa “essência” nos atos – assassinatos seletivos, destruição de infraestrutura – e nas intenções – motivação ideológica, política ou religiosa – são frágeis e passíveis de contestação a todo momento. Tomemos um exemplo histó-

rico: durante a ocupação alemã da França durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1944, foram organizados muitos grupos clandestinos, formados por homens e mulheres, civis em sua maioria, que lutaram contra as forças nazistas e os seus colaboradores franceses. Conhecidos genericamente como Resistência Francesa, praticaram atos de sabotagem de infraestrutura, sequestros, atentados e assassinatos seletivos. Foram classificados como “terroristas” e “criminosos” pelas forças de ocupação e, por isso, perseguidos, presos e, na sua maioria, mortos. Quando do ataque das forças aliadas em 1944, as ações da Resistência foram muito importantes no apoio à libertação da França. Após a vitória, centenas de membros da Resistência foram condecorados – os mortos, postumamente – pelo novo governo francês, entrando para o rol dos heróis nacionais.

A atenção aos “atos” em si não ajuda a compreender como a Resistência Francesa pôde ser classificada como “terrorista” pelos nazistas e “heroica” pelo governo da França após a Segunda Guerra. O que para uns era “terror”, para outros era “luta legítima”. A Resistência, no entanto, esteve do lado vitorioso na guerra e, por isso, triunfou a interpretação de que foram heróis e não terroristas. O mesmo governo francês que condecorou os membros da Resistência não demoraria a classificar os movimentos de libertação argelinos, nos anos 1950, como “terroristas” porque praticavam atentados, assassinatos seletivos e destruição de infraestrutura em nome da independência da Argélia com relação à França. Em suma, a busca de *uma* definição de “terrorismo” impede que se compreenda que ela não existe. O que se vê é uma constante disputa entre enunciações de verdade – um processo de veridicção – no qual triunfa historicamente a definição que tenha maiores condições de poder (militar, econômico, político, simbólico) para sufocar outras definições e se impor – mesmo que temporariamente – sobre as demais.

Como o/a genealogista se libera da tarefa de encontrar a “definição verdadeira” e a “origem do terrorismo”, ele(a) se capacita a analisar o que, concretamente, o triunfo de determinada verdade sobre o terrorismo coloca em movimento em termos de novas práticas de segurança, novas vigilâncias, novas estigmatizações e novas estratégias de governo das populações e do planeta como um todo. Se o discurso sobre “terrorismo” é falso ou verdadeiro não interessa, pois todos são parciais e perspectivos. *O que vale analisar são as efetivas práticas acionadas em nome de uma definição de terrorismo.* Nesse sentido, a “guerra ao terror” pode até mesmo produzir ou aumentar o perigo visto em terroristas como Osama bin Laden, a fim de arrebatar mais apoio político às novas leis, à perda de privacidade ou às práticas da tortura e das prisões arbitrárias em campos de concentração como Guantánamo.

Do “lado de lá” da trincheira, a análise genealógica pode encontrar discursos similares ao preponderante “do lado de cá”. Se repararmos nas declarações de Bin Laden, realizadas ainda em 2001, veremos como os seus enunciados se parecem com os de George W. Bush. Em entrevista concedida logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, Bin Laden afirmou que

não somos realmente terroristas no sentido que eles [os cruzados] definem o termo, mas ao contrário, porque somos agredidos na Palestina, no Iraque, no Líbano, no Sudão, na Somália, na Caxemira, nas Filipinas, e por todo o mundo, isso é uma reação dos jovens de nossa *umma* [o mundo islâmico] contra as violências. (Bin Laden, 2005: 112-113)

Enquanto isso, nos Estados Unidos, George W. Bush dava declarações como “essa cruzada, a guerra contra o terrorismo, vai levar um tempo”.¹² O uso do termo “cruzado” remete explicitamente à guerra santa cristã contra os muçulmanos durante a Idade Média, sendo adotado, também, por Bin Laden para classificar os ocidentais. De um lado, Bin Laden defende a guerra santa islâmica (*jihād*) como uma guerra justa e de autodefesa contra as agressões ocidentais. Do outro lado, Bush evoca um termo militar e religioso cristão para justificar uma guerra contra o infiel. Ambos, Bin Laden e Bush, amparam as suas enunciações de verdade em dois referenciais abstratos e universais de valor equivalente: Deus e Alá. Quem está mais certo: o deus supremo cristão ou o muçulmano? Qual o guerreiro mais justo e heroico: o que luta sob a cruz ou sob o crescente?

Numa análise genealógica da produção dos discursos e saberes não interessa estabelecer qual é o verdadeiro. Todos os discursos são, simultaneamente, verdadeiros e falsos, dependendo de quem os defina. O que importa é localizar as relações de poder que fazem determinados discursos triunfarem num momento e lugar específico. O triunfo de um discurso traz consigo a realização de múltiplas estratégias de governo, relações de poder, inovações legais, mudança nas instituições e nas formas de reprimir ou incentivar ideias, movimentos sociais, práticas políticas. Interessa à genealogia, portanto, estudar as relações de poder e de resistência e os seus efeitos na vida cotidiana. A “Verdade” e a “mentira” se alteram e alternam historicamente diante do choque entre vontades, valores, projetos de sociedade, saberes e poderes.

Pode a AD pecheutiana ou a semiótica discursiva francesa ser usada para a análise de um acontecimento como os atentados de 11 de setembro de 2001 ou o estudo das políticas de segurança acionadas no âmbito da “guerra contra o terror”? Sim, mas sem a mesma flexibilidade analítica da perspectiva genealógica, pois necessitam de maior delimitação do *corpus* para a aplicação de suas teorias. Cumpre salientar que não haveria uma forma especial de instrumentalizá-las na área de relações internacionais. Por se tratar de teorias do discurso, os ferramentários da AD e da semiótica são aplicáveis a todo tipo de texto e área do saber. Trata-se, por excelência, da oferta de metodologias para se chegar à significação sem incorrer em estudos conteudistas ou mesmo interpretacionismos subjetivos. Ainda que a análise do discurso permita um uso mais fluido, aplicando seus conceitos pontualmente, incorporando dados do contexto histórico, a semiótica requererá a observância de seu protocolo.

O método genealógico permite o estudo de fontes variadas, como narrativas históricas, textos legais, falas de atores políticos relevantes, entre outras partes, todas elas compondo um campo de produção de verdade. As teorias do discurso *per se*, porém, procurarão circunscrever seu *corpus*, recortando o objeto de análise de maneira mais minuciosa. Um semioticista, por exemplo, buscará descrever as recorrências semânticas das falas públicas de dado presidente ou, ainda, a narrativa pressuposta das leis cujo advento está diretamente relacionado ao período pós-11 de setembro. Nesse sentido, não é possível misturar textos de registros díspares, tais como reportagens de jornal e legislação, narrativas históricas e citações de discursos políticos.

A AD, por outro lado, possibilita análises que se aproximam da análise genealógica, ainda que também requeira um ajuste fino do objeto. Novamente, é importante a identificação do *corpus*, trazendo a íntegra dos textos. Vale notar que a acepção de texto para as teorias do discurso é ampla. Não se trata somente do registro verbal escrito, mas de toda manifestação discursiva, como vídeos, vestimentas, comportamentos etc. As metodologias, assim, podem e devem ser incorporadas a um trabalho em RI com especial atenção aos protocolos oferecidos pelas teorias. Dessa maneira, assegura-se uma chancela das aferições da significação que as análises realizadas não só por essa, mas por diversas áreas do saber, usualmente realizam.

Considerações finais

Desde finais dos anos 1980, o campo acadêmico das relações internacionais passou a se interessar pela produção dos discursos e seus efeitos de poder. Foi naquele momento que as discussões no campo da filosofia e da semiologia, já muito desenvolvidos desde os anos 1950, chegaram às RI e foram adotados como instrumentos analíticos por uma nova geração dedicada a desafiar a preponderância das correntes teóricas realista e liberal. Artigos seminais, como os de Richard Ashley (1986; 1988), foram de grande importância para expor as fragilidades teóricas e metodológicas das correntes racionalistas ou positivistas – em especial, o neorrealismo – de modo a evidenciar o que o autor chama de “compromissos” neorrealistas, em especial com a noção de “Estado” como uma “unidade não problemática” (1986: 268), ou seja, sem história e dotada de uma “essência” invariável independentemente da época e do lugar estudados.

A influência da perspectiva foucaultiana fica evidente quando Ashley destaca que o neorrealismo, “longe de expandir o discurso sobre a política internacional, o conjunto de equívocos neorrealistas [...] exclui todas as perspectivas que podem expor os limites de um dado estado de coisas” (1986: 268). Em outras palavras, a seu ver, o neorrealismo produz uma específica visão do mundo, baseada em dogmas, como o desejo de sobrevivência dos Estados e a “anarquia” imutável do sistema de Estados, que é uma Verdade que exclui todas as outras possibilidades de análise da política mundial. Nesse sentido, o neorrealismo é um saber sobre as relações internacionais que se dedica a um processo de verificação eficiente porque, apesar das falhas analíticas no estudo de muitos acontecimentos, afirmou-se como a “visão verdadeira” da política internacional. Essa “vitória teórica” do neorrealismo nos anos 1980 não teria sido, então, fruto da sua grande qualidade teórico-epistemológica, mas por ser um saber associado e ajustável ao exercício do poder hegemônico dos Estados Unidos e do modelo político, social e econômico ocidental (Rodrigues, 2014).

De forma análoga, a obra inicial do britânico Rob Walker (2013) mostrou a tentativa das escolas positivistas em naturalizar seus conceitos e dogmas, mostrando como os basilares conceitos de “doméstico” (*inside*) e “internacional” (*outside*), como espaços mutuamente excludentes, produziram uma dicotomia relacionada à estruturação do pensamento político moderno, que se centra nas oposições “eles × eu”, “nacional × internacional”, “amigo × inimigo”, “pessoa de bem × criminoso” etc. Ainda que não sejam dicotomias naturais, os discursos sobre elas procuram fazer crer que são inquestionáveis e universais. Com isso, determinado modelo

político e social se impõe, impedindo imaginar outros arranjos sociais e novas possibilidades de relações de poder (Ashley e Walker, 1990). As teorias realista e liberal nada mais seriam, então, do que discursos enunciadores dessa “Verdade” dicotômica sobre o mundo.

A atenção aos discursos foi fundamental para que contradiscursos como o de Ashley e Walker pudessem ser formulados. Na mesma época, autores associados ao construtivismo, como Nicholas Onuf (1989) e, depois dele, Alexander Wendt (1992), procuraram incorporar o papel da construção dos discursos na produção das identidades dos agentes e, por conseguinte, na formulação dos seus interesses. De forma mais aprofundada, Onuf dedicou-se a mostrar a relação entre identidade, interesses e a produção de normas na política internacional, mostrando como esses três níveis eram coconstituídos e, portanto, não eram expressão de uma ontologia ou “essência”. A atenção à linguística, à análise do discurso e à semiótica continuaram, no início dos anos 1990, com a chamada teoria da securitização que, dentre as várias contribuições que procurou dar aos estudos críticos de segurança, enfatizou não existirem temas que fossem naturalmente “problemas de segurança”. Ao contrário, para que uma questão fosse tomada assim, seria preciso que certo discurso identificasse um objeto como “ameaçador” à ordem social e política, e que uma audiência importante aceitasse essa identificação. Somente assim, táticas específicas poderiam ser acionadas fora do campo da normalidade das leis, em nome do combate a um perigo identificado como “ameaça existencial” (cf. Buzan, Wæver e De Wilde, 1998).

Nos limites deste capítulo, procuramos mostrar dois grandes campos pelos quais os discursos podem ser analisados e compreendidos. Na primeira seção, apresentamos saberes vinculados aos estudos de linguagem, primeiro na área de semiótica e, depois, na seara da chamada análise do discurso (AD). Na segunda seção, caminhamos junto ao método genealógico sugerido pelo filósofo francês Michel Foucault, que aciona uma noção de produção de saber a partir de uma visão agonista da produção de verdades. É importante que o(a) leitor(a) saiba que há outras perspectivas que levam em consideração a importância de analisar e compreender a produção dos discursos e que, nas últimas décadas, a área das relações internacionais tem sido tocada por esses estudos. De modos diferentes, há um incômodo comum entre aqueles(as) que estudam as relações internacionais contemporâneas: a suspeita de que os acontecimentos mundiais são mais fluidos e velozes do que as grandes teorias da área supõem. Parte desse incômodo nos provoca a analisar os discursos produzidos pelas teorias, por chefes de Estado, mídia, especialistas,

organizações internacionais. Em meio aos processos de produção desses discursos, esperamos encontrar pistas para compreender suas condições de produção e aquilo que eles ajudam a concretizar nesse mundo sempre em mutação.

-
1. Saussure é considerado o “pai da linguística”, sendo, inclusive, o precursor do estruturalismo. As suas contribuições derivam da vontade de tornar os estudos da linguagem uma ciência e, para tanto, separam a língua, um *sistema* supraindividual, abstrato e regular, da fala, apropriação individual desse *sistema*, permeado por variantes, sendo aquela o objeto de estudo dos linguistas. Greimas seguirá a trilha estruturalista deixada por Saussure.
 2. Aqui, vale um adendo. Em seu devir científico, as influências mais significativas da semiótica, para além de Propp, são Saussure e Hjelmslev, no âmbito da linguística, Benveniste, no campo da linguística da enunciação, e Merleau-Ponty, em seu parecer do sentido, da fenomenologia. Em uma virada pragmática da linguística, Greimas constata que só a *langue* não dará conta dos estudos de linguagem. Ao estruturalismo, agrega-se à semântica, gestando o projeto da semiótica, sob a ideia de que o ponto de vista, o recorte, cria o objeto, a totalidade para a semiótica. Do século XIX à primeira metade do século XX, os estudos da semântica buscaram descrever o sentido das palavras. Com Hjelmslev, em meados do século XX, há um encontro de propostas, representado pela semântica estrutural. Esta repousará as suas atenções sobre a significação – e não o significado. Empresta a busca pelo sentido das palavras, advinda da semântica, e a sofisticada com as proposições estruturalistas, o que significa dizer que não se trata mais de acessar “o que o texto diz, mas como o texto diz o que diz” (Fiorin, 2006: 72).
 3. Fiorin explica o que são textos sincréticos: “[...] aquele cujo conteúdo se manifesta por mais de uma substância da expressão, como o cinema, a telenovela, a história em quadrinhos etc.” (Fiorin, 2006: 74).
 4. Não se pode dissociar, sobretudo em seus primeiros estágios, a semiótica discursiva do estruturalismo saussuriano. Aquele é um desdobramento epistemológico deste, tendo Greimas e Hjelmslev, nas obras seminais dos estudos semióticos, citado e referenciado o *Curso de linguística geral* (cf. Hénault, 2006).
 5. A sintaxe é a parte da gramática que se dedica ao estudo do sintagma, composto por elementos deslocáveis, substituíveis e coordenáveis – tais como sintagma nominal (SN), sintagma verbal (SV) etc. Na comunicação, estrutu-

ra o discurso falado e escrito, perpassando todas as línguas naturais (cf. Castilho, 2010). Na semiótica, dirá respeito às características mais estruturais e abstratas da formulação do *percurso gerativo de sentido*. A semântica, por sua vez, é sinônimo de significado, o sentido atribuído a determinados termos (cf. Castilho, 2010). Nos diversos níveis do *percurso gerativo de sentido*, dará conta dos seus elementos mais concretos, os quais recobrem as disposições estruturantes da sintaxe.

6. Caso o leitor queira se aprofundar no tema dos *conectores e desencadeadores de isotopia*, vale a consulta de Barros, 2001: 125-126.
7. Para aprofundar os estudos acerca do papel do *antissujeito* na narrativa, referir-se ao texto “Quantificações subjetivas” (Tatit, 2011).
8. A AD entende o discurso como efeitos de sentido entre locutores. Essa tese afasta a referida área do saber das verdades defendidas por outros campos na persecução do sentido à medida que problematiza o significado a partir do sujeito, da história e da língua. Por conseguinte, o contexto sócio-histórico influenciará na produção dos sentidos, ensejando a possibilidade de sentidos muitos e não apenas de um sentido verdadeiro.
9. Nesse trecho, a expressão “atos de fala” faz referência à teorização ou à abstração da situação de comunicação, remetendo ao conceito de enunciação da semiótica.
10. “O homem está morto?”, entrevista com Michel Foucault (entrevista com C. Bonnefoy), *Arts et Loisirs*, n. 38, 15-21, junho de 1966, p. 8-9. Traduzido a partir de Foucault, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. I., p. 540-544, por Marcio Luiz Miotto. Revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>. Acessado em: 7 out. 2017.
11. Para consultar a íntegra do *USA Patriot Act*, verificar <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>>, acessado em 16 jan. 2017.
12. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2001/US/09/16/gen.bush.terrorism/>>. Acessado em: 23 jul. 2017.

Referências bibliográficas

ASHLEY, Richard. *The Poverty of Neorealism*. In: KEOHANE, Robert O. (ed.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

- _____. *Untying the Sovereign State: a Double Reading of the Anarchy Problematique*. *Millennium*, v. 17, n. 2, 1988.
- ASHLEY, Richard & WALKER, R.B.J. *Speaking the Language of Exile: Dissent Thought in International Studies*. *International Studies Quarterly*, 34 (3), Sep 1990.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas/FLLCH/USP, 2001.
- BIN LADEN, Osama. *Terror for Terror*. In: LAWRENCE, B. (ed.). *Messages to the World: the Statements of Osama Bin Laden*. London: Verso, 2005, p. 106-129.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.
- CAREGNATO, Rita Catalino Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 15(4): 679-84, out.-dez. 2006.
- FIORIN, José Luiz. *A semiótica discursiva*. In: EMEDIATO, W.; LARA, G.M.P.; MACHADO, I.L. (org.). *Análises do discurso hoje*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- _____. *Semiótica e história*. *Caderno de Letras da UFF*, Niterói, n. 42, p. 15-34, 2011.
- _____. *Elementos da análise de discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FONSECA, Márcio. *Michel Foucault e constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2002.
- FONTANILLE, Jacques. *Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização*. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (orgs.). *Semiótica e mídia: textos, práticas e estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero, Gilda Gomes e Antonio Cavalcanti Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *História da sexualidade, v. 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. Poder e saber. In: *Ditos e escritos, v. IV: estratégias, poder-saber*. Trad. Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 223-252.
- _____. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GILL, R. *Análise de discurso*. In: BAUER Martin W.; GASKELL George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 244-70.
- GREIMAS, Algirdas Julius. *Contre-note*. Paris: Le Bulletin, 1981.

- _____. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin/Edusp, 2014.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio linguístico*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Boston: Harper Collins, 1989/1977.
- LIMA, Eliane Soares de. Compaixão e piedade: diferentes modos de interação afetiva. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, 14 (1): 83-127, 2016.
- MELO, E.A.S. Gestos de autoria: construção do sujeito da escrita na alfabetização. In: BARONAS, R.L. (org). *Identidade, cultura e linguagem*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 191-205.
- ONUF, Nicholas. *World of Our Making*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- ORLANDI, Eni P. *Entremeio e discurso*. Santa Maria: [s.n.]. Congresso Interdisciplinar, 1992.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ, 2010.
- _____. Guerra e terror. In: CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. Agonismo y genealogía: hacia a una analítica de las relaciones internacionales. *Relaciones Internacionales*, n. 24, p. 89-107, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2016 [1916].
- TATIT, Luiz. Quantificações subjetivas: crônicas e críticas. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: linguagens em diálogo, n. 42, p. 35-50, 2011.
- TEIXEIRA, Lucia. Leitura de textos visuais: princípios metodológicos. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural*. São Paulo: Educ, p. 299-306, 2008.
- TUMAN, J. *Communicating Terror: the Rhetorical Dimensions of Terrorism*. London: Sage Publications, 2010.
- UN Counter Terrorism Committee/Executive Directorate. *The Role of Counter-Terrorism Committee and its Executive Directorate in the International Counter-Terrorism Effort*. New York: UN Press, 2011.
- US DEPARTMENT OF DEFENSE (DoD). *Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington DC: DoD, 2010.
- US PATRIOT ACT. H.R. 3162. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-bill/3162/text>>. 2001. Acessado em: 7 out. 2017.
- WALKER, R.B.J. *Inside/outside: as relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Apicuri/ PUC-Rio, 2013.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Relations*. Long Grove/IL: Waveland Press Inc., 2010 [1979].

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: the Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46 (2): 391-425, Spring 1992.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Leituras recomendadas

Obra introdutória sobre a semiótica padrão:

FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise de discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

Para compreender a semiótica plástica:

TEIXEIRA, Lucia. *Para uma leitura de textos visuais*. Anotações da autora para palestra feita no LAEL, 2007.

Obra fundadora da semiótica das paixões:

GREIMAS, Algirdas Julius; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.

Uma reflexão de Greimas acerca da trajetória da semiótica até o estudo das paixões e o pontapé para a abordagem tensiva:

GREIMAS, Algirdas Julius. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin/Edusp, 2014.

A formulação da abordagem tensiva da semiótica:

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

A semiótica das práticas:

FONTANILLE, Jacques. Quando a vida ganha forma. In: NASCIMENTO, E.M.F. S.; ABRIATA, V.L.R. *Formas de vida: rotina e acontecimento*. Ribeirão Preto: Coruja, 2014, p. 55-86.

Manual introdutório de análise do discurso:

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

Leituras recomendadas sobre genealogia, agonismo e veridicção:

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarrero, Gilda Gomes e Antonio Cavalcanti Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. Poder e saber. In: *Ditos e escritos, v. IV: estratégias, poder-saber*. Trad. Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 223-252.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

RODRIGUES, Thiago. Agonismo y genealogía: hacia a una analítica de las relaciones internacionales. *Relaciones Internacionales*, 24: 89-107, 2014.

YAZBEK, Andre Constantino. *10 lições sobre Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Capítulo 2

Para pensar a *différance* como um operador não metodológico na filosofia de Jacques Derrida

Carla Rodrigues

Introdução

Escrevo este artigo em torno da noção de *différance*, elemento que consideraria central na filosofia de Jacques Derrida se a sua filosofia comportasse a ideia de centralidade. É assim, fazendo e desfazendo, que vou argumentar a favor da hipótese de a *différance* ser o “operador não metodológico”¹ a que me refiro no título e a mais explícita herança hegeliana no pensamento da desconstrução, seguindo, assim, a proposição do filósofo alemão Peter Sloterdijk, para quem “Derrida é o Hegel do século XX”.² O que pretendo propor com esse nome – operador não metodológico – está articulado com o problema de o pensamento da desconstrução não poder ser classificado como um método e, ainda assim ou por isso mesmo, ser uma referência para trabalhar questões políticas contemporâneas a partir de uma perspectiva que vai além da clássica delimitação de um objeto de pesquisa sobre o qual se aplica um conjunto de conceitos para a realização de uma análise crítica. O percurso da minha proposta de articulação entre a filosofia derridiana e a herança hegeliana começa na França de 1930, ano em que Derrida nascia num subúrbio de Argel, a capital da Argélia colonizada pelos franceses, mesmo momento em que o russo Alexandre Koyré levou para a França certa leitura de Hegel. Até que Koyré publicasse, em 1931, “Hegel em Iena” na *Revue d’Histoire de la Philosophie*, os estudos sobre Hegel na França praticamente não existiam, à exceção da edição, quase despercebida, de *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, de Jean Wahl, em 1929. Na década de 1940, foram os cursos de outro russo, Alexandre Kojève, e, na sequência, os de seu aluno, Jean Hyppolite, os grandes marcos na leitura francesa de Hegel, com a publicação de *Introduction à la lecture de Hegel*, do primeiro, e de *Genèse et structure de la Phénoménologie de l’esprit de Hegel*, do segundo.

Hyppolite foi orientador da tese de doutorado de Derrida sobre a fenomenologia de Husserl (ver Derrida, 2009: 34). Nesse sentido, contabilizo a influência de quatro Hs na formação filosófica de Derrida:³ Husserl, sobre quem realizou pesquisa de mestrado e doutorado, já numa leitura crítica da fenomenologia; Heidegger, de quem herdou a leitura de Hegel, as críticas a Husserl e questões como a necessidade de pensar a diferença ôntico-ontológica e a destruição da metafísica, por Derrida, transformada em desconstrução da metafísica; Hegel, autor fundamental no desenvolvimento da *différance* como operador, como ainda se verá neste capítulo; e Hyppolite, importante personagem na história da recepção francesa de Hegel. Na obra de Derrida, a referência a Hegel ora é implícita, ora é explícita, mas de todo modo “funciona” como elemento que pode ser aplicado em diferentes problemas.⁴ *Foi com a différence que teorias feministas empreenderam o questionamento à identidade; as teorias queers operaram a crítica ao conceito de gênero; os estudos pós-coloniais puderam repensar a relação de subalternidade e o problema da episteme eurocêntrica; a bioética abriu caminho para interrogar a tradição de distinção entre humano/animal.* De todas essas possibilidades de operação da *différance*, penso que é possível tomá-la como parte da tarefa derridiana de fazer da filosofia o objeto de sua filosofia e ainda como estratégia para o pensamento da desconstrução não se tornar um método.

Da *Aufhebung* à *différance*

O termo *différance* já havia sido mobilizado por Derrida em pelo menos dois de seus livros – *Gramatologia* e *A voz e o fenômeno*, ambos publicados em 1967 – antes de ser apresentado na conferência “*La différence*” (1968), quando ele se propõe explicitar o que até então estava apenas sendo gestado. Derrida começa a conferência explicando que *différance* é resultado de um “feixe” vindo de diferentes caminhos que, como veremos, inclui Hegel. A palavra “feixe” tem pelo menos duas razões para ser usada:

(...) por um lado, não se tratará de descrever sua história, o que eu teria podido também fazer, de recontar suas etapas, texto por texto, contexto por contexto, mostrando cada vez qual economia impôs essa desregulamentação gráfica; mas sim o sistema geral desta economia. Por outro lado, a palavra “feixe” parece mais apropriada a marcar a semelhança proposta com a estrutura de uma imbricação, de um tecido, um cruza-

mento que poderá ser repartido em diferentes fios e diferentes linhas de sentido – ou de força – assim como está próximo de enredar outros. (Derrida, 1972: 34)

Entre essas diferentes linhas de força estão a já mencionada influência de Heidegger e a recepção francesa de Hegel. Para tentar fazer funcionar a ligação entre *différance* e *Aufhebung*, primeiro seria preciso entender que a *Aufhebung* hegeliana contém dois movimentos – a conservação e a superação, superação esta em que o novo elemento contém o que foi superado –, mas em cada etapa a *Aufhebung* se estabiliza, mesmo que seja para ser superada em seguida. Estaria aqui a diferença “ínfima e radical” que Derrida se atribui em relação a Hegel, já que a *différance* aponta para um movimento em que *conservação e superação se dão simultaneamente, marcando a impossibilidade de estabilização*. Para trabalhar a *différance* como essa diferença ínfima e radical, trarei como exemplo a função política do luto a partir da filosofia de Judith Butler.⁵

Quando desenvolve a apresentação da noção de *différance*, Derrida retorna a “Hegel em Iena” – já mencionado como marco inicial da leitura hegeliana na França –, para se deter num problema de tradução enfrentado por Koyré: como levar do alemão para o francês a expressão “*differente Beziehung*”. Esta palavra alemã – “*differente*” – tem raiz latina e é de uso pouco comum não apenas no alemão, mas também no vocabulário de Hegel, que dá preferência a termos como *verschieden*, *ungleich* ou *Unterschied* e *Verschiedenheit*, suas variações quantitativas. Numa nota de tradução sobre o uso da expressão “*differente Beziehung*”, Koyré observa que “*differente*” é o termo usado por Hegel para designar um tipo de diferença de “sentido ativo”. É a partir desse achado de Koyré que Derrida começa a ligar a *différance* com *diferença ativa*: “Escrever ‘*différant*’ ou ‘*différance*’ (com a) poderia já ter a utilidade de tornar possível, sem outra observação ou definição, a tradução de Hegel nesse ponto particular que é também um ponto absolutamente decisivo de seu discurso” (Derrida, 2009: 46; tradução modificada por mim). Acredito que Derrida faça aqui uma filiação direta do termo *différance* com o pensamento do jovem Hegel e sobretudo com a tradução e a recepção da filosofia hegeliana na França. Nesse percurso, ou nessas linhas de força, *différance* se articula com o problema da temporalidade, seja na consciência transcendental em Husserl, seja no horizonte transcendental da questão do ser, em Heidegger, seja no conceito de inconsciente em Freud, fundamental para o “questionamento da autoridade da consciência”, que, para Derrida, será “antes e sempre, diferencial”.

No caminho de tornar a diferença uma *diferenciação* – aqui uma tradução possível para a diferença ativa que ele quer recuperar em Hegel a partir da leitura de Koyré –, Derrida estabelece uma “relação entre uma *différance* que se contabiliza e uma *différance* que não se contabiliza, em que o por em presença pura e sem perda se confunde com a perda absoluta, a morte”. Nessa contabilidade, a *Aufhebung* hegeliana passa a ser contada de outro modo.

Por esse relacionamento da economia restrita e da economia geral desloca-se e reinscreve-se o próprio projeto da filosofia, sob a espécie privilegiada do hegelianismo. Obrigamos a *Aufhebung* – a superação – a escrever-se de outro modo. Talvez, simplesmente, a escrever-se. Melhor, a ter em conta a sua consumação da escrita. (Derrida, 2009: 53)

A filiação ao pensamento hegeliano aparece explicitamente na formulação da noção de *différance* como outro modo de dizer que a *différance* funciona como a *Aufhebung*, aqui entendida como a diferença ativa que Derrida encontra na tradução de Koyré. Quando substitui a palavra francesa *différence* (sinônimo de diferença) por *différance*, Derrida faz da letra *a* um operador dentro desse significante, que produz aquilo mesmo que ele queria demonstrar, a impossibilidade de distinguir, pelo som, as duas palavras francesas *différence* e *différance*. Obriga, assim, os ouvintes da conferência a realizarem a experiência de superar – conservando – a mera referência à oralidade. Passa a ser preciso – e isso importa particularmente a Derrida no contexto de sua crítica à primazia da linguagem fonética – guardar sempre uma relação com o texto escrito, cuja leitura está sendo feita por Derrida.⁶ É importante marcá-la como apenas uma das funções da letra *a*, cuja alteração também produz um termo equivalente ao nosso gerúndio, o que levaria a possibilidades de tradução como *diferindo*, *adiando* ou *diferenciando*. Com isso, quero marcar a *différance* como um operador *de* e *em* movimento, capaz de fazer o pensamento “funcionar” a partir desse movimento, sem no entanto poder ser capturado como um conceito dado a partir do qual se analisa certa realidade de coisas.

Faz parte da minha hipótese a sugestão de que o pensamento de Derrida se faz também, inclusive e principalmente, em torno da interrogação sobre as condições de possibilidade do fazer filosófico. Nesse ponto, poderia dizer que Derrida está em *différance* com a tradição da filosofia transcendental, que nasce na modernidade com a intenção de estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento. É nesse momento que a filosofia passa a ser chamada de teoria do conhe-

cimento, em um deslocamento marcado pela mudança de objeto, já que a filosofia transcendental toma por objeto de pesquisa não mais o que está no mundo diante de nós – o homem, o belo, o bom, a natureza –, mas as condições de possibilidade que nos permite estabelecer a verdade sobre o que é o homem, o belo, o bom ou a natureza. Com a *différance*, Derrida opera seu questionamento do regime de validade do conhecimento com base na separação entre os modos válidos e os inválidos de estabelecimento da verdade. Qualquer regime de validade de verdade que se apoie sobre o fundo indeterminado da *différance* nos afasta da definição mais clássica de transcendental, como bem explica Safatle:

Estamos, certamente, bastante longe da clássica definição do transcendental como o conjunto de determinações formais das condições de possibilidade de toda objetividade possível, isto é, das condições que permitem estabelecer o regime de validade de toda representação do objeto por uma consciência ideal. Se o transcendental aparece como a “Diferença”, se ele aparece como um campo do qual todo sujeito atual pode abster-se, é porque ele não mais permite a categorização e a constituição dos objetos da experiência a partir das estruturas formais presentes na autoafecção da consciência de si. (Safatle, 2014: 16)

Nem mais no sujeito, nem mais no objeto, mas na diferença – Derrida promove aqui um deslocamento do transcendental para o *quasi* transcendental, termo tomado de comentadores como Rodolphe Gasché (1994) e Patrice Maniglier (2011). O *quasi* – do latim, *como se* – é operado a partir da *différance*, é um modo de lançar a filosofia num fundo de indeterminação no qual não será mais possível, como foi com Hegel, determinar a partir da negação. *Se o objeto da filosofia transcendental são as condições de possibilidade de conhecer o objeto, o quasi transcendental seria então o questionamento da pretensão de determinar as condições de possibilidade de conhecer o objeto a partir da introdução de outro elemento, ou introdução do elemento do outro: a diferença que marcará a condição de (im)possibilidade de localizar tanto a origem quanto o fim.* Sem origem quer dizer, aqui, sem fundamento, sem estabelecimento, seja no sujeito, seja na experiência, na razão, da origem ou do *telos* do conhecimento em geral. Esse caminho – o de crítica tanto à origem quanto à finalidade – marca o início do pensamento de Derrida e está na sua dissertação de mestrado sobre o problema da gênese na fenomenologia de Husserl, onde Derrida constata *a necessidade de encontrar outro modo de pensar tanto a história da filosofia (origem) quanto a filosofia da história (finalidade)*: “A

filosofia da gênese à qual nós nos ligaremos nega precisamente a possibilidade de tal distinção, metódica e convencional. Ela nos revelará nas suas implicações radicais a inseparabilidade essencial destes dois mundos de significação: história da filosofia e filosofia da história” (Derrida, 1990: 1).

Da morte ao luto, um exemplo da *différance* como operador

Se até aqui busquei apresentar a *différance* como um operador na filosofia (política) de Derrida, o fiz com o objetivo de fazer a *différance* funcionar nas proposições da filósofa Judith Butler sobre o que ela chama de “distribuição desigual de luto público”. Butler foi uma leitora da recepção francesa do pensamento de Hegel, tema de sua tese de doutorado (ver Butler, 1987), e também uma autora influenciada pelo pensamento pós-estruturalista do qual a filosofia de Derrida faz parte. O que pretendo fazer a partir daqui é entrelaçar num feixe – para usar o termo derridiano – as linhas de força entre Hegel, Derrida e Butler que me permitam articular *Aufhebung*, *différance* e a função do luto na filosofia de Butler.⁷

Entre muito do que se pode dizer sobre o luto em Butler, para ela o luto é pelo menos: 1) um modo de acentuar o caráter relacional entre a vida e a morte; 2) um mecanismo de crítica ao liberalismo e ao individualismo; 3) um deslocamento da centralidade da morte em Hegel; 4) um operador para pensar o significado político da morte. Minha hipótese é a de que a centralidade do luto na filosofia de Butler é um deslocamento da centralidade da morte em Hegel, deslocamento para o qual a autora se valeria da noção de *différance*.

Assim como já havia sido pensado por Hegel na *Fenomenologia do espírito* (FE), em Butler o valor da vida também é dado por um significado a ser acrescentando a essa vida. Ela dá um passo além de Hegel quando propõe que esse acréscimo ou essa superação da mera vida biológica está na nossa condição de enlutável. Penso aqui no exemplo de *Aufhebung* dado pelo filósofo Jean Hyppolite: quando nasce um corpo vivente, a primeira *Aufhebung* que se escreve sobre esse corpo é uma certidão de nascimento, determinando sexo, nação, herança, patronímico.⁸ Ou seja, a partir de uma mera consciência natural do corpo vivente se dá um primeiro movimento de superação – que conserva e modifica – a posição inicial. O que era uma simples vida biológica ganha aqui o seu primeiro estatuto jurídico. Por analogia, posso pensar que um atestado de óbito seria a última *Aufhebung*, o último estatuto jurídico que comprova a morte de um corpo vivente, mas que também atesta que uma vida foi vivida.

Já em Butler, e eu diria que antes em Derrida, a morte nem carrega o fim nem leva ao Absoluto, porque, com esses dois filósofos, passo a poder pensar a relação entre a vida e a morte como *différance*. Com Derrida e com a *différance*, posso propor uma *confusão entre pura presença da vida e perda absoluta*, um jogo entre economia geral e economia restrita; a *différance* seria então uma produção do encontro entre vida e morte, entre o vivo e o morto, a indicação de impossibilidade dessa separação. É essa noção de *différance* que me abre caminho para articular a função do luto em Butler com um processo no qual nem a vida nem a morte têm valor em si, mas ambas adquirem valor a partir do momento em que se estabelece uma permanente *diferença ativa* entre uma e outra.⁹

Para a filósofa, a vida cultural a ser enlutada confere reconhecimento à vida biológica, numa relação de coimplicação marcada desde o início da vida. Há no futuro anterior – uma vida terá sido vivida – a possibilidade de dizer que, para uma vida vir a ser vivida, é pressuposto que haja vida *enlutável se for perdida*. Cito Butler: “Apenas em condições nas quais a perda tem importância, o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (Butler, 2015: 32). É a condição de ser enlutado que torna possível a apreensão de um ser vivo como algo que vive, porque essa condição de enlutável marca a nossa exposição à morte desde o início, lançados como vivente numa *différance* inseparável e insuperável entre a vida e a morte. *O luto se torna não apenas uma tarefa pessoal e familiar, mas um empreendimento coletivo, um direito, uma exigência e uma política de Estado*. Se é a condição de enlutável que enquadra as vidas que têm e as que não têm valor, então passa a ser preciso, para Butler, universalizar o direito ao luto como mecanismo político de afirmar o valor de toda vida, porque toda vida está exposta à morte.

O tema do luto em Butler aparece na leitura que ela faz de *Antígona*, a tragédia de Sófocles protagonizada por uma mulher que morre em nome de honrar a morte do irmão. Muitas feministas acentuam o caráter rebelde da personagem feminina que confronta o poder masculino de Creonte, a encarnação do soberano tirânico que a condena à morte. Virginia Woolf, Tina Chanter e Luce Irigaray, para citar apenas algumas, escrevem, cada uma a seu modo, nessa direção, e durante muito tempo foi esse também o interesse – a rigor, eu poderia dizer mesmo a fascinação – que *Antígona* me provocou. Sempre foi relativamente fácil para mim compreendê-la como uma mulher que desafia o poder masculino, mas restava algo de incompreensível no seu gesto de morrer em nome de honrar a morte do irmão. Foi com Butler e sua leitura política que pude chegar à compreensão de

Antígona como aquela que *desloca o reconhecimento advindo da morte para o reconhecimento advindo do luto*.

Passa a ser um problema para Butler pensar o luto como uma categoria que marca a diferença entre uma vida que teve valor e outra que não teve. Por isso, ela toma a reivindicação do luto em *Antígona* não apenas como uma mulher enfrentando o poder do Estado, mas como *paradigma do luto como luta por reconhecimento interdito*. Reconhecimento que, lembra Butler, no roteiro hegeliano, deveria ser recíproco: tanto Antígona reconhece o valor da vida do irmão ao lutar pelo seu direito ao túmulo quanto ela receberia em troca o reconhecimento por honrar a vida do irmão.

Seguindo o que seria para Hegel o papel da irmã na família, a personagem de Sófocles estaria buscando um duplo reconhecimento: da vida de Polinices e do seu lugar na pólis. Nesse roteiro, Antígona perseguiria o reconhecimento que a constituiria *sujeita*. Butler argumenta que na mesma FE, Hegel defende um *roteiro de reconhecimento* que se dá na relação entre o senhor e o escravo, entre o marido e a mulher, entre o irmão e a irmã. Nos dois primeiros pares, cabe ao escravo e à mulher a reciprocidade do reconhecimento do lugar do senhor e do marido. No último par, a relação entre o irmão e a irmã, Hegel argumenta que a irmã só será reconhecida quando puder vir a honrar a morte do irmão: “Para a irmã, o irmão perdido é insubstituível, e seu dever para com ele é seu dever supremo.” Seguindo ainda o argumento de Butler, Antígona estaria cumprindo esse roteiro quando reivindica as honras fúnebres para Polinices e diz: “Não foi como escravo que ele morreu, foi como irmão.” Ao reivindicar o seu direito de honrar também a morte de Polinices, Antígona estaria seguindo, no argumento de Butler, o roteiro hegeliano de reconhecimento para reivindicar o seu próprio lugar na pólis e seria, portanto, uma contradição que Hegel exclua Antígona da lei da pólis. A morte ocupa um lugar central na *Fenomenologia do espírito*, já que é só quando o senhor põe a vida em risco que ele se torna senhor, enquanto o escravo permanece escravo por conservar a vida. O desejo de reconhecimento envolvido na dialética do senhor e do escravo é uma luta de vida ou morte, que aparece desde o prefácio como elemento central da vida, quando Hegel diz que “a vida é portadora da morte, e se mantém na própria morte, que é a vida do espírito”. É como se a morte da vida biológica fosse apenas uma mera perda da consciência natural, já que a vida do espírito se mantém no Absoluto. Ou, em termos hegelianos, a morte marca o começo da vida do espírito. No curto trecho da FE em que Hegel se refere a Antígona, o filósofo entende a peça como marco da necessária passagem da lei divina,

encarnada na personagem feminina, para a lei da pólis, defendida por Creonte, sem admitir que a trajetória de Antígona é a de uma mulher que coloca a vida em risco em nome do desejo de reconhecimento.

Tina Chanter observa como os dois personagens e as duas leis estão coimpli-cadas a partir da determinação por negação. Dito de outro modo, Creonte afirma a lei da pólis como negação da lei divina, aquela defendida por Antígona, enquanto Antígona afirma a lei divina como negação da lei da pólis, defendida por Creonte. Essa condição de coimplicação significaria que um depende de negar o outro para se afirmar ou, dito ao modo derridiano, afirmação e negação estão em permanente processo de *différance*. Ao lutar pelo reconhecimento do irmão, Antígona está obedecendo a duas leis que são entendidas por Hegel como excludentes, numa separação que, no entanto, a leitura de Butler mostra impossível. Antígona não estaria nem apenas dentro da lei da pólis, como ela reivindica, nem o seu direito de enterrar o irmão estaria fora da lei da pólis, como na acusação de Creonte.

É assim que as honras fúnebres para Polinices ganham a função de uma dupla *Aufhebung* – a superação da sua morte natural, a fim de marcar o início da vida do espírito, e a superação da consciência natural de Antígona que, ao arriscar a própria vida, obteria reconhecimento fazendo a passagem da consciência natural para a consciência de si, ou seja, superando a sua mera condição de irmã. O problema de Butler passa a ser perguntar: por que Hegel interdita essa passagem a Antígona sem considerar que ela, ao colocar a vida em risco, não pode mais ficar restrita a mera representante da lei familiar e divina?

Se, como quer Hegel, a morte é central na luta por reconhecimento, se é a morte que dá sentido à vida, então passa a ser preciso, seguindo a leitura de Butler, universalizar o direito ao luto como política e superar a hierarquia estabelecida por Creonte: Há quem morra como herói e terá sua vida reconhecida pelo Estado, há quem morra como proscrito e não terá direito ao luto público. Essa distinção enquadra certos modos de vida como inteligíveis e outros não.¹⁰ *Se um dos elementos potentes na dialética do senhor e do escravo é justamente o desejo de reconhecimento capaz de colocar a vida biológica em risco em nome de alcançar a vida do espírito, interditar essa passagem ao escravo, aos inimigos do Estado ou às mulheres seria equivalente a afirmar que existem a priori determinadas vidas que terão condição de possibilidade de serem reconhecidas e outras não. Aqui, vislumbramos a *différance* em sua operação ético-política.*

Operar, fazer funcionar

A performatividade é um aspecto importante, tanto na filosofia de Derrida quanto na de Butler. *Importante porque performatizar é um modo de fazer o pensamento funcionar para além da formulação de conceitos.* Por exemplo, numa conferência sobre Nietzsche, Derrida performatiza um dos problemas que está tratando, qual seja, o estilo de escrita de Nietzsche (ver Derrida, 2013). Faz isso se valendo, ele mesmo, de um estilo de escrita que performatiza o seu próprio argumento. Quando apresenta a sua proposição de performatividade de gênero, Butler também indica que, dada a impossibilidade de se afirmar a verdade do gênero sem sustentá-la sobre um fundo de determinação natural e biológico, *pensar o gênero como performativo é uma operação de destituição das categorias ontológicas e identitárias do humano.* É por essa razão que ela se vale da figura da *drag queen* como aquela que nos expõe ao gênero como performatividade. Butler estaria, assim, fazendo os corpos funcionarem em *différance*. *Performatividade apontaria então para uma “contingência radical” (Butler, 2003: 196) em relação ao gênero e ao sexo, para uma desnaturalização e para o caráter de fabricação de toda identidade sexual.*

Ambos os pensadores herdaram de J. Austin a ideia de performatividade da linguagem. Austin propôs uma divisão entre atos de fala constativos e performativos. Enquanto o constativo estaria dentro do registro de falso/verdadeiro (“o céu é azul”, um constativo verdadeiro; “a Terra é quadrada”, um constativo falso), os performativos são atos de fala que, por não descreverem nem relatarem, não estão submetidos ao regime de verificação da verdade. São enunciados proferidos na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, afirmativo e na voz ativa, que realizam uma ação. O performativo produz, opera, transforma uma situação, tendo assim valor de força. Exemplo de um ato de fala performativo seria “Eu os declaro marido e mulher”, no qual está suposta a autoridade de quem o profere, o contexto e as suas circunstâncias.¹¹

Do meu ponto de vista, Derrida soube melhor do que ninguém fazer a performatividade funcionar em seu pensamento, levando os seus textos a operarem para além dos sistemas filosóficos tradicionalmente orientados pela busca da verdade, marcada pela pergunta “o que é?”. Muitas vezes convocado a explicar o pensamento da desconstrução, numa de suas respostas, dada em entrevista ao *Le Monde*, o filósofo argumentou que *a desconstrução não é simplesmente uma filosofia, nem um conjunto de teses, nem pode ser uma disciplina ou um método, mas um permanente questionamento da pergunta “o que é?”.* Nesse ponto, vale a pena recorrer a Nietzsche, filósofo que já no final do século XIX promove um impor-

tante deslocamento da questão quando se interroga: “Qual é o valor da pergunta o que é?” Depois de Nietzsche, posso defender que *a estratégia de Derrida em relação à pergunta “o que é?” é propor discutir que tipo de filosofia se pode fazer sob orientação desta pergunta. Nesse sentido, se o pensamento da desconstrução tem um método, esse seria o de nunca cessar de interrogar “a questão” e, com isso, abrir as possibilidades de pensar para além do sistema, do conceito e da verdade.*

Pretendi performatizar a *différance* como um operador, em vez de definir como usá-la “da maneira correta”. Um operador faz funcionar um debate – como busquei fazer no debate sobre a função do luto em Butler –, mas não se destina a fundamentar uma argumentação. Sobretudo, entendo a *différance* como um operador cuja função é fazer interrogar pressupostos filosóficos estabelecidos, produzindo diferença ativa em relação aos conceitos sobre os quais funciona. É nesse sentido que penso poder defender, com Derrida, que *o pensamento da desconstrução não é um método, mas um estilo de pensamento marcado pela singularidade de cada questão. Não deixa de ser um método, dirão alguns. E, dialeticamente, não se deixa definir como método. Por isso, também, uma das definições para a filosofia de Derrida é “pensamento do impossível”, aqui entendido como um pensamento que não busca uma viabilidade prática, uma aplicação, mas busca levar ao limite – para usar uma excelente definição de Drucilla Cornell – a própria experiência de pensamento. Foi assim que, diante de uma Europa já assombrada por imigrantes, ainda em meados da década de 1990, Derrida formulou sua proposição de hospitalidade incondicional afirmando o impossível:*

(...) a hospitalidade incondicional permanece, entretanto, impraticável como tal. Não é possível inscrevê-la em regras ou numa legislação. Se se quisesse traduzi-la imediatamente numa política, ela sempre correria o risco de ter efeitos perversos. Porém, ao mesmo tempo em que vigiamos tais riscos, não podemos nem devemos renunciar a nos referirmos à hospitalidade sem reserva. É um polo absoluto, fora do qual o desejo, o conceito e a experiência, o pensamento mesmo da hospitalidade não teria nenhum sentido. [...] Permanece então a tarefa política de encontrar a melhor transação “legislativa”, as melhores condições “jurídicas” para fazer com que, numa determinada situação, a ética da hospitalidade não seja violada em seu princípio – e seja respeitada o máximo possível. (Derrida, 2004: 325)

A interrogação sobre como transformar a hospitalidade incondicional em uma política é frequente em interlocutores que gostariam de uma explicação sobre como formular uma política a partir do pensamento da desconstrução. *Para Derrida, é tarefa da filosofia ousar pensar para além das condicionalidades, em busca de uma intensificação máxima que desafie as exigências de aplicação prática do pensamento. De certa forma, a différance como operador não metodológico pode ser isso que faz o pensamento funcionar até a sua radicalidade máxima, porque sem tréguas.*

-
1. Agradeço aos professores Isabel Rocha de Siqueira, Bruno Magalhães e Roberto Yamato do IRI/PUC-Rio o convite para o minicurso sobre o pensamento da desconstrução, que me colocou diante do desafio de sistematizar neste artigo algumas ideias preliminares sobre o problema da metodologia na filosofia de Derrida.
 2. A proposição de Sloterdijk diz respeito ao fato de que Derrida seria um filósofo que dividiu o século XX entre antes e depois dele, de forma análoga ao que já teria acontecido com Hegel no século XVIII. A transformação se dá como uma espécie de ruptura a partir da qual se cria uma nova referência. É possível pensar contra Derrida, a favor de Derrida, mas nunca mais sem considerar as questões colocadas pelo pensamento de Derrida.
 3. A ideia dos quatro Hs tomei emprestada do meu querido amigo, o professor Rafael Haddock-Lobo, com quem compartilho as pesquisas sobre o pensamento de Derrida no PPGF/UFRJ.
 4. Agradeço ao meu amigo, o professor Fernando Rodrigues, pelos produtivos debates sobre a *différance* em curso que ministramos juntos no Departamento de Filosofia da UFRJ.
 5. O debate sobre a função política do luto na filosofia de Butler foi apresentado por mim no XVII Encontro da Anpof, realizado em Aracaju, em outubro de 2016.
 6. Desde a publicação de *Gramatologia*, em 1967, Derrida se estabeleceu como um crítico da herança metafísica da primazia da voz sobre a escrita, problema que ele localiza na história da filosofia, de Platão a Hegel, passando por Aristóteles, Rousseau e Husserl. O que ele chama de fono-logocentrismo aparece no debate que promove com a linguística estruturalista, quando o filósofo observa que mesmo naquilo que há de ruptura do estruturalismo

- com o ideal de linguagem fono-logocêntrica, ainda haveria a manutenção da supremacia da fala sobre a escrita. Mais sobre o tema em Duque-Estrada, Paulo Cesar. Derrida e a escritura. In: Duque-Estrada, Paulo Cesar (org.). *Às margens da filosofia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2002.
7. A esse respeito, permito-me remeter ao texto “A função do luto na filosofia política de Judith Butler”, onde desenvolvi grande parte das ideias que expõem nesta seção. Rodrigues, Carla. *A função do luto na filosofia política de Judith Butler*. XVII Encontro Nacional da Anpof, Aracaju, 2016.
 8. Agradeço ao meu amigo, o professor Claudio Oliveira, o generoso curso sobre Hegel ministrado na UFF em 2016.1.
 9. A relação entre o luto em Butler e a *différance* em Derrida é uma hipótese minha de leitura e não está explícita na obra de Butler. Venho trabalhando com as articulações, influências e interseções entre Derrida e Butler desde 2003, em pesquisa iniciada a partir da edição de *Problemas de gênero* no Brasil.
 10. Para maior aprofundamento da questão do enquadramento de vidas que valem ser enlutadas e de vidas que não valem, ver Butler, 2015.
 11. Sobre o tema da performatividade em Derrida e Butler, e sua influência em relação a Austin, permito-me referir o artigo Rodrigues, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidade, Saúde, Sociedade*, n. 10, Rio de Janeiro, 2012. Indico, ainda, a leitura de Nigro, R.B. A virada linguístico-pragmática e o pós-positivismo. *Direito, Estado e Sociedade*, v. 34, p. 170-211, 2009.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Subjects of Desire – Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. Columbia University Press, 1987.
- _____. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Precarious Life*. Londres/Nova York: Verso, 2004.
- _____. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- _____. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CHANTER, T. Antigone’s dilemma. In: BERNASCONI, Robert; CRITCHLEY, Simon. *Re-reading Lévinas*. Indiana University Press, 1991.
- DERRIDA, J. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967a. [Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2004.]

- _____. *La voix et la phénomène*. Paris: PUF, 1967b. [A voz e o fenômeno. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.]
- _____. *La différance*. In: *Marges de la philosophie*. Paris: Ed. Minuit, 1972. [Margens da filosofia. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.]
- _____. *Papel-máquina*. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- _____. *Le problème de la genèse dans la philosophie de Husserl*. Paris: PUF, 2009.
- _____. *Esporas – os estilos de Nietzsche*. Trad. Rafael Haddock-Lobo e Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Derrida e a escritura. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (org.). *Às margens da filosofia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2002.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HYPPOLITE, Jean. *Genèse et structure de la Phénoménologie de l'esprit de Hegel*. Paris: Aubier, 1946. [Gênese e estrutura da *Fenomenologia do espírito* de Hegel. Trad. Silvio Rosa Filho. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.]
- KOJÈVE, Alexandre. *Introduction à la lecture de Hegel*. Paris: Gallimard, 1947. [Introdução à leitura de Hegel. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto/ Eduerj, 2002.]
- KOYRÉ, A. Hegel em Iena. In: *Estudos de história do pensamento filosófico*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- NIGRO, Rachel B. A virada linguístico-pragmática e o pós-positivismo. *Direito, Estado e Sociedade*, v. 34, p. 170-211, 2009.
- RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidade, Saúde, Sociedade*, n. 10, Rio de Janeiro, 2012.
- _____. *A função do luto na filosofia política de Judith Butler*. XVII Encontro Nacional da Anpof, Aracaju, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. Fazer justiça a Freud: a psicanálise na antessala da gramatologia. In: HADDOCK-LOBO, Rafael; RODRIGUES, Carla et al. (orgs). *Heranças de Derrida: da linguagem à estética*. Rio de Janeiro: Nau, 2014.
- SÓFOCLES. Antígona. In: *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Para ler Derrida:*
- BERNARDO, Fernanda. A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio, re-inventar a cidadania (II). *Revista Filosófica de Coimbra*, 11 (22), out. 2002.
- _____. Para além do cosmopolitismo kantiano: hospitalidade e “altermundialização” ou a promessa da “nova Internacional” democrática de Jacques Derrida. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 61, 2005.

- _____. Limites do cosmopolitismo kantiano: Kant lido por Derrida. Kant: posteridade e actualidade. In: Colóquio Internacional. *Anais...* Lisboa: CFUL, p. 697-724, 2006.
- CAPUTO, John D. *Deconstruction in a Nutshell: a Conversation with Jacques Derrida*. New York: Fordham University Press, 1997.
- _____. *The Prayers and Tears of Jacques Derrida: "Religion Without Religion"*. Indianapolis: Indiana Universal Press, 1997.
- CORNELL, Drucilla. *The Philosophy of the Limity*. Nova York/London: Routledge, 1992.
- CRAGNOLINI, Mónica B. *Entre Nietzsche y Derrida: vida, muerte, sobrevida*. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2013.
- CRITCHLEY, Simon. *The Ethics of Deconstruction: Derrida e Lévinas*. Indiana: Purdue University Press, 1999.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (org.). *Às margens*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Loyola, 2002.
- _____. (org.). *Desconstrução e ética – ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Loyola, 2004.
- _____. (org.) *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Nau, 2008.
- GASCHÉ, Rodolphe. *Inventions of Difference on Jacques Derrida*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.
- _____. *Para um pensamento úmido: a filosofia a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Nau, 2011.
- KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris: Editions Galilee, 1984.
- MALLET, Marie-Louise (org.). *La démocratie à venir: autour de Jacques Derrida*. Paris: Galilé, 2004.
- MITCHELL, W.J.T et al. (eds.). *The Late Derrida*. Chicago: University of Chicago Press Journals, 2007.
- RAPAPORT, Herman. *Later Derrida: Reading the Recent Work*. New York/London: Routledge, 2002.
- RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.
- _____. *Dois palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- SANTOS, Ana Cristina et al. (orgs.) *Desconstrução e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Translator's Preface. In: DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- WESTMORELAND, Mark W. Interruptions: Derrida and Hospitality. *Kritike*, 2(1): 1-10, jun. 2008.

Capítulo 3

Analizando novos espaços de (in)segurança: reflexões de uma etnografia sobre reassentamento de refugiados na Suécia

Emma Mc Cluskey

Introdução

“Fazer” etnografia dentro de relações internacionais (RI) e estudos críticos de segurança também deve significar abrir um diálogo robusto entre antropologia e RI. Neste capítulo, abordo etnografia com um olhar sobre como essa metodologia pode nos ajudar a compreender a (in)segurança como um fenômeno social. A ideia é pensar sobre os desafios e as vantagens da etnografia mostrando como essa abordagem pode ser posta em prática em um lugar específico, o que também atende ao objetivo geral de argumentar que estudos críticos de segurança e antropologia podem e devem se misturar. A abordagem etnográfica me permite tratar “segurança” não como uma categoria principal, mas como um fenômeno emergente contingente. O capítulo se baseia em encontros específicos vividos em meu trabalho de campo de doutorado entre membros de uma organização não governamental (ONG) local de uma cidade pequena na Suécia, Öreby, e os mais de cem refugiados lá alocados, em sua maior parte sírios.

O meu projeto examinou as maneiras como uma nova forma de pensar foi criada, pela qual tornou-se legítimo falar abertamente de refugiados como não merecedores e indesejados, e agir de modo a garantir que a dita “generosidade” dos suecos não estava sendo abusada. O projeto mostra que isso acontecia não por meio de ideologia, mas por meio de microfísica e micropráticas pelas quais se deu a construção de uma ameaça. Em vez de identificar a segurança como um espaço ou conjunto de aparatos fechados e pré-ordenados, coloquei em prática

uma reconstrução político-antropológica dos estudos críticos de segurança pela etnografia. Este trabalho argumenta que tal abordagem é mais bem usada para analisar como comunidades locais podem agir para “tomar sua segurança em suas próprias mãos” e formular suas próprias práticas de segurança de maneira horizontal, pelas chamadas “transcrições ocultas” (“*hidden transcripts*”; Scott, 1990) e de atos de apropriação.

Com base no que Bigo e McCluskey (2017) rotularam como uma abordagem PARIS para estudar processos e práticas de (in)securitização, o que é central para a análise é a significância de vidas e experiências vivíveis. Essas experiências não estão determinadas por discursos da elite, mas pelas práticas que revelam resistências e fugas desse poder e pela construção de dinâmicas centrífugas e dispersas, o que previne a concentração de poder nas mãos de elites burocráticas. No mesmo contexto, noções de “governamentalidade”, portanto, não são concebidas como categorias abstratas ou tipos ideais mas, em vez disso, como objetos tangíveis, etnográficos a serem estudados empiricamente. Isso significa que não estou tentando compor uma grande metanarrativa de “securitização” de pedidos de asilo e questões de refúgio em uma chamada crise “humanitária”, mas examino manifestações concretas do tipo de governamentalidade em tela nesses contextos. Sobre isso, o meu trabalho etnográfico foi uma tentativa de “biópsia” ou “retrato” de um tipo de governamentalidade que é em alguns momentos transversal, embora particularmente nítida na história sueca, calcada no mito nacional do “excepcionalismo moral” e “superpoderio humanitário” da Suécia.

Este capítulo vai, em primeiro lugar, olhar para a literatura existente que tenta combinar etnografia ou antropologia mais amplamente com relações internacionais e segurança crítica, sugerindo um papel mais profundo para a antropologia no processo de conceitualização de práticas e processos de (in)segurança como emergentes e em evolução. A seção a seguir introduz uma questão de partida e algumas aventadas respostas baseadas em inúmeras maneiras como os refugiados sírios eram concebidos como ameaçadores em Örebro. Em seguida, trato da etnografia que realizei e da história da cidade de Örebro e as transformações que se deram lá antes de concluir que é necessário estudar o significado de práticas políticas que normalmente seriam consideradas desimportantes ou indignas de estudo nas RI.

Pontos de encontro para relações internacionais e antropologia em questões de segurança

Se traçarmos as bases canônicas das relações internacionais (RI) e se olharmos para a disciplina pensando em suas definições de segurança, baseadas na ideia de uma anarquia internacional onde cada Estado-nação luta por sobrevivência em um cenário de “balança de poder” em que apenas os mais poderosos podem alcançar a “segurança”, não é surpreendente que a antropologia pareça completamente em desacordo. Com base em leituras quase caricaturais dos contratualistas do século XVIII – Hobbes, Rousseau e Locke –, abordagens tradicionais de RI consideram a natureza humana estática e universal, centrada ainda numa constante luta para ganhar mais poder à custa de outros e, conseqüentemente, se tornar mais “segura” (ver principalmente Jervis, 1978, e Mearsheimer, 1990). A segurança, portanto, também se torna universal, e se proteger ou proteger um grupo contra outros grupos perigosos ou ameaçadores se torna o objetivo de comunidades que visam à sobrevivência. Como a disciplina explicitamente foca o “internacional”, a sobrevivência de um grupo fica igualada à sobrevivência de Estados-nação. O foco principal, portanto, é a guerra, e a disciplina busca criar grandes teorias para explicar a sua ocorrência, teorias que possuem maior influência se simples, abstratas e capazes de reduzir qualquer complexidade a leis claras, ou pelo menos normas, aplicáveis ao maior número de casos possível (ver Waltz, 1959). Em termos de executar “trabalho de campo” de qualquer tipo, quanto mais métodos antropológicos tradicionais como observação participante ou etnografia, as ramificações mais tradicionais das RI não veem qualquer valor nesses métodos, de modo que a teorização na disciplina se desenvolve, principalmente, em formas destacadas, abstratas, distantes de qualquer tipo de “local”. Do “local” partiriam apenas conhecimentos “subjéctivos”, “parciais” ou “irrelevantes” para outros casos. Reflexividade, o coração da escrita antropológica, é frequentemente considerada incompatível com uma “boa” análise (ver, principalmente, Keohane, 1989).

A chamada “virada etnográfica” nas RI e nos estudos críticos de segurança foi uma tentativa de construir uma ponte sobre essa cisão e desestabilizar a abordagem dominante (ver Quadro 1). Apesar de a disciplina ter sido acusada de importar métodos etnográficos da antropologia de maneira acrítica, de ignorar toda a bagagem que vem com a etnografia e, portanto, de reproduzir os erros de romantização do cotidiano (Vrasti, 2008), a discussão em torno da etnografia como “método crítico” em RI e a “virada metodológica crítica” em RI mais amplamente começaram a ver a evolução de uma compreensão mais sofisticada do

papel de métodos etnológicos no campo. Afastando-se de sua conceitualização de métodos como “ferramentas” não problemáticas na “caixa de ferramentas disciplinar” de RI (Jackson, 2008), capazes de reunir e organizar dados empíricos, e rumando para uma conceitualização mais dinâmica de métodos como políticos e como espaços onde criticar premissas de RI (ver, principalmente, Aradau e Huysmans, 2013; Law e Urry, 2004), a tentativa de diálogo com a antropologia se torna particularmente significativa.

Quadro 1

Vrasti (2008) assinala que foram as feministas as pioneiras nessa virada etnográfica em RI, com destaque para o uso feito por Cohn (1987) da etnografia para estudar discursos de segurança nacional dos Estados Unidos; ao estudo de Enloe (2000) sobre políticas internacionais de militarização da vida de mulheres, bem como seu trabalho (2014 [1989]) questionando onde estão as mulheres na política internacional; e o estudo de Moon (1997) sobre prostituição militar nas relações entre Estados Unidos e Coreia. Esses trabalhos foram ainda seguidos pelas pesquisas de construtivistas sociais: Neumann (2002; 2005) se apoiou na etnografia para estudar a prática diplomática e Zabusky (2011 [1995]) realizou uma etnografia da cooperação europeia em ciência espacial. Temos ainda teóricas/os pós-coloniais fazendo uso de etnografia: exemplo é a análise de Ling (2002) sobre “asiáticos na América” para olhar para as relações entre o leste asiático e o Ocidente; a etnografia on-line de Franklin (2006) examinando como diásporas não ocidentais usam a internet para discutir política; e o foco profundo de Beier (2005) em “nativos” para mostrar como as RI retêm um “hegemonólogo”.

Se métodos etnográficos estabeleceram firmemente sua posição na ampla, e de alguma forma confusa, família que é a segurança crítica, os estudos críticos de segurança (ECS; em inglês, CSS – *Critical Security Studies*; ver Leander, 2013) de cunho etnográfico, apesar de ampliarem o sentido de “segurança”, tendem a operar *dentro* de um espaço predefinido e de uma noção preconcebida do que uma pesquisa sobre “segurança” deve ser. Sem dúvida, o “fazer” etnografia parece estar guiando pesquisas a respeito de “atores poderosos” tradicionais, como dentro de agências de segurança (Higate, 2011; 2012), com militares (Baaz e Stern, 2009) ou em situações de guerra ou conflito (Ratelle, 2013). O objetivo desse tipo de pesquisa tem sido “tornar estranhas” (Rancatore, 2010) as histórias que as RI *mainstream* gostam de contar sobre si. Da mesma forma, em termos de migração, a pesquisa etnográfica “crítica” considerada legítima tem focado agências de fronteira (Amoore, 2013) e o trabalho com guardas em centros de detenção de solicitantes de asilo ou campos de fronteira (Johnson, 2014). Apesar de esses estudos etnográficos

ficos certamente terem sido bem-sucedidos em desestabilizar como a disciplina concebe a organização de comunidades políticas, esse foco de certa forma estreito em agentes e situações “oficiais” de (in)segurança teve, por sua vez, implicações políticas, colocando limites na ideia do que chamamos de “segurança” e do que uma pesquisa “legítima” sobre (in)securitização deve buscar.

Abordagens antropológicas para o tema da segurança (compondo a chamada “virada da segurança” na antropologia), por outro lado, apesar de terem chegado atrasadas à mesa, tentaram desenvolver uma teorização mais sofisticada de segurança com base em um corpo de pesquisa etnográfica mais sistemático que aquele mobilizado em outras disciplinas. *Cultures of Insecurity*, de Weldes et al. (1999), que problematizou preocupações tradicionais de “segurança” do Estado, como a crise de mísseis em Cuba ou a Guerra da Coreia, a partir de uma perspectiva de práticas cotidianas, foi provavelmente a primeira tentativa de desessencializar a noção de “segurança” sob essa perspectiva. Também esclarecedora é a insistência da antropologia em examinar a noção de “segurança” somente em relação a outros conceitos como direitos humanos e entendimentos locais de “ordem moral”. Por exemplo, a apropriação de Gusterson (2004) do trabalho de Arjun Appadurai – desenvolvido mais a fundo por Albro (2011) – de um “horizonte espacial de segurança” (“*securityscape*”) tenta abrir a noção de segurança para um escrutínio antropológico por meio do exame de algumas dessas relações. Apesar das contestações, no entanto, esses pesquisadores continuam parecendo prisioneiros de noções de uma exceção ou emergência permanente, além de estarem atados a definições de ameaças como concebidas pelas elites militares e políticas, e estão em risco de pularem às cegas em um debate apenas para informá-lo.

A contribuição da antropologia para o debate de (in)securitização, portanto, tem até agora sido modesta demais e, conseqüentemente, incrivelmente conservadora e limitada. O que é extremamente necessário não é simplesmente sustentar teorias existentes de estudos críticos de segurança e “repopoar [essas teorias] com pessoas reais” (Vrasti, 2008), de que ambos os campos podem ser acusados, mas reconfigurar completamente a noção de (in)securitização em congruência com linhas mais antropológicas. A força da antropologia está não em tomar esses espaços e aparatos de segurança como dados, definidos *a priori* pelos campos de RI e ciência política, simplesmente importando métodos etnográficos à mistura, mas em examinar algumas das questões mais significativas que podem ser postas pela antropologia. Isso significa explorar as contradições e continuidades em como as comunidades podem constituir sua segurança de maneira horizontal.

Quando questões de “segurança” estão influenciando e permeando a vida cotidiana com uma profundidade e complexidade cada vez maiores, fazer incursões sutis em escolas, universidades, centros comunitários e consultórios médicos, quando a linguagem de “segurança” está surgindo subitamente no vocabulário cotidiano entre pessoas que podiam facialmente não ser descritas como profissionais de segurança ou elite política, é aqui que a antropologia tem mais a oferecer (ver Quadro 2). Nós, em relações internacionais e em antropologia, estamos certamente fazendo perguntas similares. Ideias de transcrições ocultas, apropriação e tradução não são conceitos de ciência política. Estes são conceitos, porém, que iluminam as mesmas questões que as relações internacionais tentam explorar. Se queremos chamar a atenção para práticas problemáticas de (in)securitização, é infrutífero fazer uma separação cirúrgica das nossas linhas de pesquisa em diferentes “níveis de análise”, com relações internacionais se posicionando como responsável por questões mais “importantes” de vida e morte. Pelo contrário, devemos focar processos de (in)securitização como *relações*, particularmente em termos de relações entre segurança e noções que parecem completamente contrárias à segurança, como humanitarismo e solidariedade. Para avançar e garantir que a porta para os chamados “estudos críticos de segurança” permaneça aberta, é essencial, portanto, que qualquer análise de práticas de (in)securitização seja realmente interdisciplinar.

Quadro 2

Outra área interessante da academia que está começando a examinar práticas de (in)segurança por meio de perspectivas refinadas de interação situada social e historicamente é o campo de sociolinguística. De fato, Charalambous et al. (2015) apontam que estudos do “outro” como ingrediente constitutivo das comunicações cotidianas abrangem cerca de 30 anos. Apenas muito recentemente, no entanto, esses acadêmicos, principalmente P. Charalambous, Y. Charalambous, Khan e Rampton (2015), começaram a examinar os detalhes microscópicos desse processo de “alterização” pelas de lentes de segurança, especialmente em salas de aula.

“Fazendo” (in)segurança cotidiana: estudando espaços de (in)segurança como emergentes e contingentes

Minha pesquisa em Öreby examinou como os espaços de (in)segurança emergiram por meio de práticas que não seriam pensadas necessariamente em uma estrutura tradicional de RI, como práticas de “(in)securitização”. Isso vai além e desconstrói o modo como categorias padrões, normativas, como solida-

riedade, humanitarismo, hospitalidade e generosidade, se tornaram vitrines para micropráticas de abertura e inclusão ostensivas, mas também mostra como integração e exclusão, e até mesmo violência, estão intimamente interconectadas, isto é, como um senso *recto* ou virtuoso de obrigação moral para encenar “solidariedade” pode levar a políticas excludentes que reforçam a securitização de refugiados específicos considerados “não merecedores” ou “suspeitos”.

Ao contar a história de como refugiados sírios em Örebro – a pequena cidade sueca onde foram realocados – passaram a ser vistos como uma ameaça para a cidade, “legitimamente” articulados como indesejáveis, inconvenientes e até mesmo descartáveis, a etnografia discutida aqui apresenta cinco marcos argumentativos. Em primeiro lugar, este estudo argumenta que a ideia do mito nacional sueco de excepcionalismo moral, especialmente a respeito de suas políticas de refúgio e asilo, gera um tipo específico de subjetividade e desempenha enorme papel na construção de sujeitos governáveis. Eu chamo esse tipo de governamentalidade de *governamentalidade da retidão* (“*governmentality of righteousness*”). Em segundo lugar, proponho que, ao produzir essa subjetividade particular do “bom cidadão”, a *governamentalidade da retidão* também torna tabus certos comportamentos e práticas específicas. Críticas abertas às políticas suecas de asilo são vistas como algo de mau gosto. Em terceiro lugar, e mais importante, sugiro que, dentro dos eixos de práticas subsumidas nesse modo de governamentalidade, dentro do espaço de manobra e *mētis* dessa conduta específica de conduta (Scott, 2010), “solidariedade” é apropriada e reimplantada como humanitarismo, hospitalidade e generosidade, com toda a bagagem que isso traz. Os refugiados recebem alto padrão de vida, mas espera-se deles que ajam de acordo com todas as regras atribuídas a “hóspedes dignos”. Interações cotidianas entre locais e refugiados são permeadas por essas obrigações de reciprocidade da parte dos sírios.

Com base nessa ideia, o meu quarto marco vai na direção de formular a ideia de que pequenas práticas de contraconduta pelos chamados “bons” cidadãos, também incorporados na governamentalidade da retidão, servem para formar “transcrições ocultas” (“*hidden transcripts*”; Scott, 1990), que utilizam, reutilizam, reinserem, reimplantam e recriam o que significa ser um “bom” cidadão nos termos da política sueca de asilo, permitindo que refugiados sírios sejam vistos como não merecedores e indesejáveis (Quadro 3). Por último, apresento a ideia de que, por meio do mecanismo de “pânico moral” (Cohen, 2002), essas práticas não discursivas prévias e as transcrições ocultas podem ser abertamente colocadas, e as relações sociais entre refugiados e “bons” cidadãos são então completamente dissolvidas.

Quadro 3

O cientista político e antropólogo James C. Scott conceitualiza alguns atos cotidianos em termos de resistência à dominação. Em seu estudo etnográfico de 1985 sobre atos de resistência mundanos microscópicos de camponeses malaios em uma pequena cidade rural, intitulado “Weapons of the Weak” e refinado em sua tese posterior “Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts”, na qual ele complementou essas observações com outros exemplos da história, o autor desenvolve seu conceito de resistência por meio de atos microscópicos (Scott, 1985; 1990). Tal resistência, no entanto, pode parecer externamente com a aceitação dessa dominação e trabalha, quase paradoxalmente, pela manutenção da ilusão de uma superfície plácida, enquanto maliciosamente faz uso de oportunidades efêmeras, contidas, que afastam os limites do que é permitido (Scott, 1990: 196). De acordo com as observações de Scott, tanto os grupos “dominantes” quanto os grupos “subordinados” – como rotulados pelo autor – encenam uma performance convincente de uma “transcrição pública”, mas ao mesmo tempo produzem um tipo de “transcrição oculta” quando apenas na companhia de seus “iguais”, por assim dizer. Ele vê a “transcrição pública” como representando a manutenção do trabalho que é necessário para sustentar relações de dominação por meio de demonstrações simbólicas e promulgações de poder (Scott, 1990: 49), e a “transcrição oculta” como indo um pouco além dos gemidos de queixa ou resmungos de descontentamento sob a respiração; em uma situação estrutural dada, esses resmungos são criados e compartilhados coletivamente.

As teses de Scott (1985, 1990) podem ser vistas como um grande desafio para integrar a ciência política e as RI com suas raízes firmes na teoria da escolha racional, pois o comportamento comumente considerado totalmente apolítico ou irracional, como a caça predatória ou a feitiçaria, agora é concebido como inerentemente político (ver Scott, 2010). As preocupações com a irrigação ou a agricultura são conceitualizadas como o centro de lutas políticas, causando enormes repercussões na ciência política em relação à forma como vemos o Estado. Para Scott, a luta não está no nível do parlamento, mas no nível do cotidiano.

Essa teorização do cotidiano se expande mais tarde às práticas de *mētis* (Scott, 2010), um tipo de conhecimento prático que envolve a adaptação rápida e boa a eventos imprevisíveis. Scott toma emprestado o termo dos gregos antigos para falar sobre as práticas idiossincráticas da vida cotidiana que são quase uma segunda natureza. Aqui não estamos falando de uma estratégia calculada, mas, pelo contrário, de uma ação que é apenas implícita e de natureza experiencial, adquirida pela prática e exercida em ambientes tão complexos que os processos racionais de tomada de decisão não se aplicam. Scott (2010: 311) chama isso de “arte da localidade” (“art of the locality”).

O cerne da minha pesquisa concebe solidariedade e *mētis* como a base de um *iceberg* de (in)securitização, cuja ponta legítima o sacrifício de refugiados sírios em nome da proteção (cf. Balzacq, Basaran, Bigo, 2010). Argumento, assim, que é a apropriação da solidariedade aos refugiados, não em termos racionais ou

egoístas, mas, ao contrário, como uma “dádiva gratuita”, que estabelece a base para a articulação justificada dos refugiados como indesejáveis e para a dissolução das relações sociais. Apesar de o mito nacional sueco conceber solidariedade de tal forma individualista que alguns teóricos a vislumbram como a forma mais verdadeira de amor (ver Trägårdh e Bergrenn, 2015), experiências e entendimentos muito locais vão de alguma forma na direção contrária dessa tendência. Em seu ensaio sobre a dádiva, Mauss (1990 [1923]) discute a noção de “apostas elevadas” no ato de conceder uma dádiva, um presente. Superioridade e excepcionalismo morais no nível internacional são concebidos na imaginação do “bom” cidadão em termos ainda mais exigentes. A decisão da Suécia de ser o país “atípico” que quer receber mais refugiados (como posto em um discurso do então ministro da integração, Eric Ullenhag), no nível local força níveis de reciprocidade cada vez maiores daqueles suficientemente “sortudos” para serem recebidos. Essas pequenas práticas de *mētis*, essas apropriações e reapropriações de “solidariedade”, se afastando cada vez mais de uma conceitualização abstrata, racionalista, em direção à incorporação da “dádiva gratuita” de Mauss, gradualmente esculpem uma área cada vez mais ampla de “condutas” aceitáveis em relação aos refugiados. Contracondutas se tornam condutas, as transcrições ocultas se tornam públicas e a fronteira entre o refugiado e os seus “anfitriões” é cristalizada, não a partir de políticas do espetáculo, de ideologia ou de uma metanarrativa contrariamente posicionada, mas pelas pequenas interações de *mētis* e solidariedade, pelas microfísicas e pela incubação de novos discursos. Essas são forças sociais que nascem pequenas e aparentemente insignificantes, mas que se desenvolvem para sustentar esses momentos aparentemente “excepcionais” de exclusão. Na próxima seção, apresento em detalhes como exercitei o meu olhar etnográfico para essas forças sociais.

Reflexões do campo: a cidade de Öreby e a performance da decência

Em suas manifestações no nível antropológico, o meu trabalho etnográfico engajando com essa *mētis* as práticas cotidianas foi possível por meio do meu papel como tradutora voluntária com a organização Amigos da Síria. Viajei para a Suécia com o objetivo de engajar-me etnograficamente com os efeitos cotidianos do poder produtivo trazido pela rotulagem de uma nação como “moralmente excepcional” em relação à migração, além de observar como essa identidade coexiste com discursos de desconforto em torno do migrante. Comecei a seguir a

história no jornal *Sydsvenska* sobre as generosas doações e o apoio dado a um grupo de cerca de 70 refugiados sírios que acabavam de ser colocados pelo Conselho de Migração em uma cidade da região de Skånska, de cerca de 1.600 habitantes. O fato de se tratar de uma área da Suécia com rendimento ligeiramente superior ao da média nacional, de um município, Öreby, cuja composição populacional se aproxima daquela nacional e de uma localidade com apenas dois assentos no conselho local ocupados por membros do partido *Sverige Demokratarna* de extrema-direita, acompanhado de histórias brilhantes na mídia sobre a bondade local, tornaram o lugar interessante para se envolver com os efeitos do dia a dia dessa identidade nacional “progressista”. Ao longo dos dez meses em que realizei o meu trabalho de campo, o grupo inicial de famílias sírias gradualmente recebeu mais cerca de 50 sírios, bem como cerca de uma dúzia de refugiados ou requerentes de asilo de outras partes do mundo – Geórgia, Uganda, Eritreia –, somando cerca de 130 novas chegadas.

Ao contrário de uma noção abstrata de “solidariedade” baseada em torno do mito nacional, a dinâmica particular entre os cidadãos locais e os refugiados nesse lugar era extremamente ilustrativa de todos os tabus, todas as obrigações e negociações das normas em jogo entre aqueles que são identificados e se identificam como “bons cidadãos” no contexto de refugiados que estão sendo reassentados em seus bairros. Os cidadãos de Öreby foram informados da chegada dos refugiados apenas três semanas antes das primeiras chegadas, mas a maioria já havia lido no jornal local. O Conselho de Migração (*Migrationsverket*) organizou prontamente uma reunião na escola local para ouvir as preocupações dos locais; uma reunião de acompanhamento foi prometida para a primavera, mas na verdade nunca aconteceu.

Em termos de desempenhar o papel de “solidariedade” com os refugiados, no entanto, a reunião na escola viu todas as noções de “decência” abandonadas, ou pelo menos colocadas de lado momentaneamente, para combater a ameaça iminente – aos olhos da população de Öreby – da realidade dos refugiados que estavam sendo colocados em sua cidade. Por esse breve momento, era mais importante para os locais prevenir o reassentamento dos refugiados a qualquer custo, em vez de manter a aparência de “bons cidadãos”. A resistência à colocação dos refugiados foi, assim, articulada em três linhas principais de “temor”: de que causaria uma queda nos preços das casas; de que as crianças na aldeia estariam em perigo na figura dessas pessoas “danificadas, destruídas pela guerra”; e, por fim, de que as mulheres jovens e as meninas estariam em maior risco de assédio e avan-

ços sexuais por parte dos homens árabes. A indicação mais direta desse mal-estar geral veio de uma mãe de três filhas adolescentes, que apresentou a sua família ao representante *Migrationsverket* antes de declarar que, graças a eles, ela não ficaria mais segura deixando as suas três meninas caminharem por conta própria na cidade à noite. Essa afirmação recebeu uma entusiasmada rodada de aplausos de todos os que estavam na reunião.

Decepcionada com a reação de seus companheiros locais sobre a notícia dos convidados, Bodil,¹ uma voluntária da *Svenska Kyrkan*, a Igreja sueca, organizou uma página no Facebook e fundou a pequena ONG Amigos da Síria, pela qual se recolheram doações de roupas, cobertores e utensílios de cozinha para os refugiados. As cinco mulheres que constituíam os Amigos da Síria eram todas locais, de classe média e na faixa etária em torno dos quarenta ou cinquenta. Apesar dos comentários negativos na reunião, Bodil acumulou enorme quantidade de bens que assumiu para si distribuir entre os refugiados. Bodil não fazia parte de nenhuma organização humanitária mais ampla e estava apenas ligada à Igreja. Ao contrário das práticas habituais de trabalho dos profissionais de ONGs, foi a Amigos da Síria que iniciou o contato com os refugiados sírios batendo em cada uma de suas portas algumas horas depois que os funcionários da *Migrationsverket* os instalaram em suas novas casas, apresentando-se como companheiros de cidade e vizinhos, e se voluntariando como o primeiro ponto de contato se os recém-chegados precisassem de qualquer assistência. Poucos meses após a chegada dos primeiros refugiados, a Amigos da Síria fez campanha para que uma casa próxima fosse alugada pela *Migrationsverket* para ser usada como um “centro de atividades” para os recém-chegados. Isso se tornou o espaço de aulas de sueco, acúmulo e distribuição de doações e de “convivência” geral. Estar lá e se envolver com essa configuração de maneira antropológica foi fundamental para entender as tensões que se elevariam.

Vida em Öreby: uma transcrição oculta do descontentamento

Com a constatação de que a alocação dos refugiados em Öreby era algo com que eles seriam obrigados a conviver, em vez de algo em discussão, as objeções ao reassentamento dos refugiados não eram mais expressas ou articuladas em ambientes formais, como os vários eventos da cidade (que ocorreram aproximadamente uma ou duas vezes por mês), como o Festival da Primavera ou o Dia da Criança. Em vez disso, esses fóruns se tornaram um terreno por meio do qual os locais podiam desempenhar o papel de “decência” na frente dos demais, demons-

trando “solidariedade” por intermédio de opiniões e histórias sobre quão terrível é a guerra na Síria e anunciando o quanto eles doaram pessoalmente aos recém-chegados. O encontro na escola foi, portanto, a única ocasião de resistência vocal à habitação dos refugiados em Öreby. Na verdade, muitas das pessoas presentes na reunião mais tarde me negaram estar presentes ou suscitar quaisquer objeções, descartando a resistência ao reassentamento dos refugiados como manifestações por “pessoas ignorantes” ou “pessoas que estavam simplesmente um pouco assustadas com o desconhecido”. Com a incapacidade de influenciar a decisão do *Migrationsverket* de colocar refugiados em Öreby, as relações de poder reverteram para manter certo ideal de respeitabilidade, e todos os tabus e as obrigações estabelecidos pelo mito nacional foram trazidos de volta ao jogo.

Reclamações ou queixas que eu ouvi sobre as deficiências e as falhas percebidas dos recém-chegados, no entanto, foram levadas a configurações mais informais, “mais seguras”, como os portões da escola, a pizzaria e o clube de emagrecimento. Os homens árabes foram concebidos em termos orientalizados familiares, como hipermasculinizados, lascivos e, portanto, perigosos; “era apenas uma questão de tempo antes de algo terrível acontecer na cidade”. As áreas da cidade em que os refugiados se reuniam eram consideradas como “zonas proibidas”, sem nunca precisar ser abertamente articuladas como tais; era simplesmente a maneira como as coisas eram. Por exemplo, as crianças suecas e as crianças refugiadas tiveram permissão “natural” para brincar juntas, mas isso aconteceu apenas dentro das configurações supervisionadas da escola (durante o horário escolar) ou do clube de futebol, todos os sábados. Durante o treinamento, os pais sírios se reuniam ao longo de uma extremidade do campo de futebol, e pais suecos separadamente ao longo do campo. Após o jogo, a maioria dos pais locais ia embora imediatamente e garantia que seus filhos fossem rapidamente levados para os carros. Uma família que morava ao lado da área em que os refugiados estavam alojados colocou sua casa à venda, alegando abertamente que estava se mudando para estar mais próxima de sua família na cidade, embora Bodil tenha admitido que eles estavam muito desconfortáveis com a vida tão perto dos refugiados.

Um entendimento tão tácito entre os moradores de Öreby sobre onde a linha de “solidariedade” deveria ser desenhada e onde era aceitável vacilar permitiu que qualquer confronto externo fosse contido, no mínimo, ou mesmo completamente evitado, e que todos os envolvidos mantivessem sua reputação de “bons cidadãos”. James C. Scott, apesar de tratar de dominação, fala sobre esse tipo de entendimento compartilhado entre os membros de um grupo em termos de uma

“transcrição oculta” – uma espécie de resistência coletiva que mantém a ilusão de uma superfície plácida, ao mesmo tempo em que se aproveita maliciosamente de oportunidades efêmeras e contidas que compõem os limites do que é permitido (Scott, 1990: 196). Embora longe de serem dominados, os tabus trazidos por obrigações de “decência” dentro desse quadro de governança significavam que qualquer resistência contra os refugiados por parte dos cidadãos fora empurrada para um domínio mais “escondido”, a ser expressada a portas fechadas entre o grupo “de dentro” e aqueles que estavam certos de compartilhar esses pontos de vista. Não era possível articular essa resistência em situações formais se esses cidadãos fossem manter uma imagem “decente”.

As noções de “solidariedade” e a *performance* do “bom cidadão” puderam, no entanto, navegar ou mesmo alterar algo em torno da noção de igualdade de gênero e “bem-estar das crianças”. Embora a concepção orientalizada familiar do homem árabe como de alguma forma perigoso fosse uma verdade aceita na cidade – não falada em “situações formais” após a reunião inicial, mas tendo formado uma espécie de senso comum, ninguém rotularia *expressamente* os homens como ameaçadores ou indesejáveis. Em vez disso, o discurso aberto estava na linha de quão terrível o sofrimento dos refugiados deveria ter sido, como isso deve ser tão traumático para ser forçado a se adaptar a uma cultura tão nova, e a quantidade de ajuda e apoio que eles precisariam. Em termos de gênero e criação de filhos, no entanto, havia uma margem de manobra muito maior para se comportar “decentemente” e para desviar um pouco da norma velada de nunca criticar os refugiados: desde a aceitação das zonas “proibidas” para as crianças da cidade à adoção de várias estratégias de “empoderamento feminino”.

(Des)Igualdade de gênero: consertando os sírios deficientes

Como intermediários entre a cidade e os refugiados, Bodil e a organização Amigos da Síria foram muitas vezes o canal dessas queixas e reclamações, e, assim, assumiram o papel de ajudar os sírios a “se integrem” e a “entrarem na sociedade”. Qualquer tentativa de forçar diretamente os homens sírios a “consertar os seus caminhos”, no entanto, foi considerada tabu. Os voluntários da Amigos da Síria estavam conscientes de que falar sobre os homens árabes como fanáticos e potencialmente violentos era “de mau gosto”. Embora aceitável para ser articulado a portas fechadas, falar dessa maneira publicamente seria visto como particularmente desagradável e algo que fora relegado em sua imaginação para o domínio da extrema-direita. Eva, por exemplo, a voluntária encarregada de comandar as

aulas semanais de sueco, muitas vezes lançava mão da máxima “o sexismo e o racismo são dois lados da mesma moeda”. Dessa forma, a “transcrição pública” de decência e solidariedade completa pôde ser mantida, enquanto a Amigos da Síria, ao acomodar o mal-estar da comunidade em geral, tomou a iniciativa de “fazer algo” para ajudar os recém-chegados a “se ajustarem” à vida sueca, particularmente no que se refere às noções de igualdade de gênero e educação de crianças.

Uma maneira de evitar críticas mais abertas ou diretas ao patriarcado ou ao sexismo percebido dos refugiados sírios, que arriscariam ser vistas como “indecentes”, era articular a desaprovação como se não fosse completamente séria – simplesmente uma “piada” ou uma provocação leve que poderia facilmente produzir risadas. Esse tipo de interação foi especialmente importante entre as voluntárias em suas relações com os homens e pais sírios mais velhos que haviam sido instalados na cidade. Para cada nova família que chegava, por exemplo, Bodil proclamaria ao pai que “a Suécia é o oposto da sua cultura; aqui, as mulheres são legalmente autorizadas a pegar quatro maridos, mas os homens só têm permissão para uma esposa”, antes de acrescentar rapidamente que ela estava “apenas brincando”. Esse tipo de provocação assumiu a forma de qualquer coisa, desde tentar surpreender os homens sírios e fazê-los alterar drasticamente a percepção de como eles esperavam que suas esposas se vestissem – “Não se surpreenda, virá o verão, quando a sua esposa estará em um biquíni! Você não está em Aleppo agora” – até zombar suavemente dos homens pelo que as voluntárias percebiam ser uma falta de habilidades domésticas – “Uma mulher sueca nunca deixaria um homem escapar com essa!” Esse tipo de conselho, embora com intenção séria por trás, sempre foi dado de forma divertida e, como tal, foi facilmente repudiado no (raro) caso de ser desafiado ou de os homens sírios tomarem a piada como ofensa.²

Dentro da mesma episteme orientalista, as mulheres sírias, vistas como mais “passivas” e, portanto, um alvo um pouco “mais seguro”, eram vistas como um grupo mais receptivo para dirigir o conselho. Além das aulas de sueco e das sessões *impromptu* realizadas no centro de atividades, as voluntárias também se dedicavam todas as terças-feiras a ministrar aulas de culinária, nas quais duas ou três delas mostravam às recém-chegadas como fazer receitas simples suecas, como pãezinhos de canela e panquecas. A ideia de organizar esse evento foi precisamente a de atrair as mulheres, facilitar uma arena em que pudessem conhecer a pessoa “real” na ausência da influência do marido e criar uma forma separada de “solidariedade feminina”.

As primeiras lições de culinária foram consideradas muito bem-sucedidas, com a participação de cerca de vinte mulheres, tanto sírias como não árabes. As voluntárias falaram com as mulheres em inglês, mas tiveram o cuidado de ensinar-lhes palavras simples em sueco à medida que avançavam. “Eles nunca integrarão ou conseguirão um emprego se não puderem dizer nem frases básicas.” Bodil, a principal voluntária, encorajou as mulheres a deixarem seus filhos em casa durante essas aulas, citando a necessidade de as mulheres terem algum tempo bem merecido para si mesmas, mas também para promover o ideal de um estilo de criação mais igual em termos de gênero: “Além disso, agora que você está morando na Suécia, é hora de seus maridos participarem do cuidado das crianças, para variar.”

Depois de cerca de cinco ou seis semanas, no entanto, a maioria das mulheres sírias parou de frequentar as aulas de culinária, com apenas uma família de duas irmãs e um de seus maridos da Geórgia, bem como três mulheres de Uganda, fazendo a visita semanal. Essa foi uma fonte de leve irritação para o grupo Amigos da Síria, que viu o seu tempo desperdiçado, como se as mulheres sírias nem fizessem esforço para conhecer a cultura sueca e simplesmente “se afastassem”. Na ausência de qualquer síria, as conversas nas aulas de culinária de terça-feira frequentemente se centravam no que se percebia como suas deficiências; elas foram vistas como “presas em seus modos” e fracas, incapazes de “se defender de seus maridos”, num embate sobre as mudanças necessárias para se integrarem na Suécia.

Esses pequenos aborrecimentos na indiferença das mulheres sírias em relação às estratégias de “empoderamento” foram acelerados nas aulas de sueco de quarta-feira, quando os números começaram a diminuir gradualmente, de modo que apenas a família dos três da Geórgia eram participantes regulares. O casal da Geórgia agora esperava o seu primeiro bebê, estando a futura mãe grávida de três meses. As lições casuais de quarta-feira no centro de acolhimento tornaram-se assim ensinamentos menos estruturados e discussões mais gerais sobre a vida na cidade, esperanças para o futuro e desafios enfrentados pela “sociedade entrante” na Suécia. Gradualmente, essas conversas voltaram a atenção para as “deficiências” dos sírios, especialmente das mulheres sírias, e para uma frustração geral por sua falta de integração. A mulher georgiana, muitas vezes, nos dizia como ela também era de uma cultura patriarcal na qual as mulheres eram tratadas como cidadãos de segunda classe, no entanto ela estava disposta a lutar por seus direitos à educação e à igualdade de tratamento.

O terreno do centro de atividade era, portanto, aquele no qual o “bom” refugiado, disposto a assumir papéis com maior igualdade de gênero, gradualmente se diferenciou do refugiado “ruim”, desejando permanecer “tradicional” e “patriarcal”, relutante em entrar na sociedade sueca. O comportamento dos refugiados georgianos passou a ser visto como um ponto de referência para o qual todos os recém-chegados deveriam aspirar. O homem georgiano, por exemplo, foi constantemente parabenizado pelas voluntárias por sua abordagem proativa em relação à parentalidade e seu envolvimento com o pré-natal de Adriane.

O envolvimento com os refugiados sírios, tanto homens como mulheres, ocorreu apenas nas “sessões de acolhimento” mais informais que os voluntários organizavam duas vezes por semana, quando os recém-chegados podiam parar para discutir qualquer problema que tivessem com acomodação, para procurar o que queriam nas doações e pegar qualquer roupa que precisassem ou para receber cartas do *Migrationsverket* ou *Arbetsförmedlingen*, a agência de emprego, para serem traduzidas. As quatro voluntárias aproveitaram essa oportunidade para aconselhar as mulheres sobre o que deveriam fazer para facilitar a “entrada na sociedade”, em assuntos como a maneira de se vestir ou como controlar o comportamento de seus filhos. As deficiências percebidas na parentalidade dos sírios foram amplificadas durante o Ramadã, quando as queixas sobre as crianças refugiadas serem autorizadas a permanecerem acordadas até tarde e “ficarem descontroladas” vieram à tona, e a Amigos da Síria recebeu cada vez mais reclamações de outros moradores da cidade.

Ao se concentrar na igualdade de gênero, embora principalmente dirigida às mulheres, bem como na “boa parentalidade”, a crítica do modo de vida dos sírios, ou o seu modo de vida imaginado, pôde ser articulada em voz alta e dentro de “situações formais” com uma imagem de decência ainda mantida intacta. O mito nacional do excepcionalismo moral e a sua permeação pela sociedade como uma governamentalidade da retidão asseguram que as ideias de ser um bom pai e de “igualdade de gênero” sejam qualidades firmemente suecas, com “todos os outros”, incluindo os refugiados, falhando em viver desse modo exemplar. Contudo, como vimos, essa decência também legitima as pequenas práticas biopolíticas de hierarquização e marginalização dos sírios. Uma engenheira e mãe de duas crianças de Damasco reclamou que as voluntárias estavam “empurrando suas ideias de igualdade de gênero pela sua garganta”, e seu marido brincou sobre isso ser uma “tirania”. No geral, entretanto, a maioria dos sírios considerou positivamente e com gratidão o trabalho das voluntárias; a Amigos da Síria os ajudou a se estabe-

lecerem na vida em Öreby e foi visto como natural que eles tivessem percepções negativas dos muçulmanos a partir do que teriam visto na televisão e nos filmes de Hollywood.

Integração e pânico: a proclamação das transcrições ocultas

Até agora, examinamos a multiplicidade de maneiras pelas quais o mito nacional “moralmente excepcional” foi reapropriado em nível antropológico por pessoas que se consideravam cidadãos “decentes”, alegando orgulhar-se do histórico e da posição humanitária de seu país em relação aos refugiados. Como prática, a etnografia me permitiu envolver-me profundamente nessas micropráticas cotidianas à medida que a história se desenrolava, me envolvendo ao longo do processo. Ao nunca criticar abertamente ou expressar objeções ao reassentamento dos refugiados, as voluntárias e os moradores da cidade reforçaram e também utilizaram o mito nacional para manter um senso de sua própria superioridade moral. A esse respeito, uma “transcrição pública” estava firmemente instalada, dando a aparência de uma superfície tranquila e plácida na qual todos aceitam as normas prevaletentes. Apesar de ter havido grande desconforto na cidade durante a alocação dos refugiados, qualquer resistência ao seu reassentamento, além da reunião inicial, foi forçada a um domínio mais escondido para manter uma imagem decente. O único domínio em que se tornou aceitável deixar essa transcrição pública “falhar” foi em torno de preocupações sobre a desigualdade de gênero percebida e as práticas parentais dos recém-chegados, pelo que a imagem do “bom cidadão” ainda era capaz de ser mantida. Qualquer alusão aos homens árabes como violenta ou fanática, embora tivesse permissão para ser expressada na reunião inicial, já não era aceitável em público e agora tornaria imediatamente o falante um *dreg* – uma pessoa de posição social muito baixa (Gullestad, 1992) ou, na melhor das hipóteses, não sueco. Enquanto os refugiados jogaram com todas as regras de ser um “convidado digno” (Rozakou, 2012) e aceitaram o conselho das voluntárias sobre como ser mais igual em termos de gênero e sobre como criar seus filhos, essa “transcrição pública” de aceitação completa foi mantida, e falar de homens violentos, lascivos ou perigosos foi mantido um tanto escondido.

De fato, colocar-se em posição de crítica em relação à política sueca e à prática diária para com os refugiados e os requerentes de asilo é percorrer um terreno um tanto instável. Com certeza, não estou tentando diminuir nem o significado do papel da Suécia na aceitação de um número tão proporcionalmente elevado de refugiados nem a bondade da Amigos da Síria em fornecer aos refugiados não

apenas uma “vida nua”,³ mas uma “vida decente”. É importante, no entanto, ser capaz de entender as implicações tanto políticas quanto éticas de tal forma de governamentalidade e abrir um espaço de crítica, mesmo nesses exemplos de “melhores casos” – sobre os limites do funcionamento desse tipo de governamentalidade, a forma como a solidariedade é reapropriada como generosidade e a relação muito frágil entre uma aparente aceitação dos refugiados e a dissolução completa das relações sociais.

Ver as pequenas e quase insignificantes práticas microbiopolíticas de exclusão e hierarquização em torno de “igualdade de gênero” e “boa parentalidade” como a “história inteira” e ter apenas implicações mínimas ou um alcance limitado seria um erro extremo. *Na verdade, como analistas da ação social, nós, etnógrafos, estamos interessados em como essas minúsculas práticas biopolíticas continuam a informar um fenômeno mais abrangente, “somando” a um tipo de mudança social* (Neumann, 2002). O mal-estar que estava marcadamente presente em Öreby em relação à questão dos refugiados não desapareceu por causa dos projetos da Amigos da Síria ou porque não era aceitável ser expresso abertamente após a reunião inicial.

Na verdade, pode-se conceituar essa “transcrição oculta” como desconforto na cidade, e as práticas microbiopolíticas de hierarquização, marginalização e estigmatização dos refugiados sírios pelos voluntários como a “base oculta do iceberg” (Veyne, 1997: 154), o que, pelo mecanismo de um “pânico moral” (Cohen, 1980), acabou permitindo a articulação mais “pública” da imagem dos homens sírios como uma ameaça, e a percepção da hipermasculinidade árabe e sua tendência para a violência pode ser abertamente expressada, como discutiremos adiante. Ao articular o desconforto compartilhado dos homens árabes como perigosos, também vemos como os movimentos em direção a um “nós e eles” se tornam mais aceitáveis no domínio público. *As práticas aparentemente banais da vida cotidiana então se tornam cruciais para entender como as tensões se desenrolam e como os discursos políticos violentos ganham vida, publicamente (in)securitizando certas relações sociais.*

O assassinato do homem em Jämtland

Enquanto me dirigia a Öreby de uma cidade próxima na manhã de 13 de novembro de 2013, ouvi as notícias sobre um jovem somali que havia sido morto a tiros pela polícia na noite anterior em uma pequena cidade mais ao norte, no distrito de Jämtland. A notícia informou que o homem estava brandindo uma faca

e acenando em torno do pequeno bloco de apartamentos onde algumas famílias de refugiados estavam alojadas. O noticiário foi muito breve, com o locutor afirmando apenas que o homem teria bebido álcool e corrido em direção à polícia quando foi baleado.

Quando cheguei ao centro de atividades, estava muito mais movimentado que o habitual, com cerca de trinta pessoas espalhadas pelo salão e pela cozinha. Todos os quatro membros da Amigos da Síria estavam presentes, com Bodil explicando que ela havia convocado uma reunião para discutir o que aconteceu na noite anterior e quais as implicações que isso poderia ter. A atmosfera estava um pouco tensa, e Bodil parecia cansada, um pouco nervosa e irritada.

Ela explicou aos sírios que, ao longo da manhã, “dezenas” de pessoas a telefonaram ou se aproximaram dela no portão da escola para falar sobre o incidente em Jämtland. As pessoas estavam preocupadas com o fato de algo semelhante acontecer em Öreby, argumentando que pessoas traumatizadas, vindas diretamente de uma zona de guerra, eram capazes de qualquer coisa. Apesar de os refugiados terem vivido em Öreby por cerca de oito ou nove meses até esse ponto, sem “incidentes”, as ações de um refugiado, centenas de milhas ao norte, legitimaram, pela primeira vez desde a reunião da escola, falar abertamente dos homens árabes como potencialmente muito perigosos, com a necessidade de algum tipo de “ação” para garantir que Öreby permanecesse livre desse tipo de problema. Essa foi a primeira vez que Bodil transmitiu esse desconforto geral aos próprios refugiados, colocando-se como uma cidadã local, em vez de assumir o papel habitual de intermediária: “Eu só quero dizer aos homens que vocês devem se comportar. Isso é o que acontece na Suécia se você não se comporta. É um bom país, mas se você vier aqui, você deve respeitar as nossas regras.” O discurso de Bodil para as cerca de trinta pessoas que se reuniram foi curto e direto, dirigido a todos os sírios lá.

Os protestos de um estudante de medicina articulado, de 22 anos, de Aleppo, de que esse homem era “somali” e, portanto, em seu raciocínio, era completamente incivilizado e atrasado, ao contrário dos sírios, que eram pessoas cultas e pacíficas, foi rapidamente afastado por Bodil. É verdade, ele podia ser de outro país, mas ele também era um “convidado” na Suécia, que as pessoas boas de Jämtland tinham sido tão gentis de proteger. Quando a reunião terminou e a maioria das pessoas partiu, apenas Ahmed, o jovem, e o casal georgiano permaneceram, junto com Bodil e eu, e a conversa ao redor da mesa da cozinha novamente voltou para o tiroteio da polícia. Ahmed ficou impressionado com a política de atirar para matar da polícia sueca, afirmando claramente a Bodil que os detalhes exatos em

torno desse incidente não estavam claros e advertindo-a por ter sido tão rápida em dizer a todos que se “comportassem”, quando na verdade o recado, de repente, poderia ser dado à polícia sueca.

Essa foi a primeira vez que havia uma linha firmemente demarcada entre as pessoas de Öreby e os refugiados. O incidente legitimava, aos olhos dos moradores de Öreby, o afastamento da “solidariedade” – até mesmo o fino revestimento de solidariedade que estava sendo praticado até agora – para uma articulação aberta de um “nós e eles”. Cohen (1980) articula esse evento como um “pânico moral”, reconhecendo a maneira pela qual uma pessoa ou grupo de pessoas pode surgir e ser enquadrado pela mídia como uma ameaça para os valores e interesses da sociedade por meio de exageros e relatórios um tanto distorcidos. O frenesi resultante engendra, assim, uma resposta amplamente desproporcional ao “desvio” percebido. Crucial para o sucesso de um pânico moral, no entanto, é a sua capacidade de explorar orientações sociais um tanto preexistentes, talvez não anteriormente expressadas publicamente, mas que se tornam mais cristalizadas e organizadas como resultado do pânico e, portanto, mais legítimas (Cohen, 1980: 47).

Na verdade, essa vinheta do tiroteio da polícia e a reação subsequente em Öreby são extremamente reveladoras. O homem somali em Jämtland havia violado as regras de comportamento de um “convidado digno” (Rozakou, 2012) com uma faca. A representação pela mídia do refugiado como ameaçador alterou assim a dinâmica de poder em Öreby e tornou impossível dizer o que havia sido tabu apenas um dia antes. O repertório de ações disponíveis para o cidadão “decente” tornou-se muito mais abrangente. Embora o episódio não tenha ocorrido em Öreby ou mesmo em qualquer lugar próximo, surgiu um pânico moral subsequente, permitindo que Bodil falasse em público o que as pessoas diziam mais ou menos privadamente em telefonemas e em conversas no portão da escola.

Conclusão: o diabo no detalhe antropológico

Em janeiro de 2016, as atividades em nível nacional refletiam o que aconteceu em Öreby, com o primeiro-ministro da Suécia descrevendo refugiados que entram na Suécia como uma “séria ameaça à ordem pública e segurança nacional” (citado em Guardian, 2016) e fechando a fronteira sul com a Dinamarca para evitar que mais refugiados entrassem. Nessa fase (muito tardia) da história, pode-se, portanto, apontar para um importante “ato de fala”, tradicionalmente definido como o processo por meio do qual uma questão se torna “questão de segurança” na literatura de relações internacionais:⁴ um enunciador situado dentro da elite

política articulando os refugiados como uma ameaça à segurança sueca. No entanto, *um foco em atos de fala, em porta-vozes e em partidos políticos teria contornado todos os elementos importantes sobre o modo como os refugiados na história sueca passaram a ser vistos como indignos e indesejáveis. Em vez disso, uma abordagem antropológica política, que examina a gama múltipla de práticas e processos que levaram a essa maneira de pensar produz um relato mais rico e mais sutil sobre a maneira como a articulação aberta dos refugiados como ameaçadora agora é considerada aceitável.* O relato antropológico ilumina a maneira como os tabus são promulgados e depois interrompidos, não por uma ruptura súbita ou por meio de uma audiência de repente se tornando “seduzida” por uma ideologia ultrarregressiva, como a leitura de Copenhague teria, mas pela política cotidiana que se transformou em uma cena de segurança. Em vez de um estudo retrospectivo de incidências de “securitização”, uma abordagem antropológica política permite que o processo evolutivo de migração, integração e rejeição seja estudado desde o início da história, à medida que esta se desenrola.

Para a escola de Copenhague, portanto, os discursos de humanitarismo e solidariedade continuariam a ser vistos como opostos à securitização de refugiados e asilo. A história sueca, apesar dos acontecimentos recentes, provavelmente seria ignorada em favor das práticas oficiais mais espetaculares da Dinamarca.⁵ A securitização da migração ainda seria considerada como um movimento ultrarregressivo e não poderia ser conceituada como decente e justa, ligada socialmente a noções de proteção e solidariedade. *As nuances do posicionamento político, os muitos discursos simultâneos, os diferentes lugares onde cada um deles é permitido e como eles podem ser expressados, todos seriam detalhes secundários, perdidos para uma abordagem não etnográfica.*

O meu trabalho apontou a importância de examinar a noção de “vidas vivíveis” e de esclarecer a seriedade das práticas políticas que, de outra forma, pareceriam mundanas ou sem importância para serem estudadas em um quadro da ciência política. O meu projeto teria importado se a extrema-direita não tivesse tantos avanços na Suécia, se a decisão de garantir o asilo permanente a todos os refugiados sírios na fronteira não tivesse sido revertida e a fronteira com a Dinamarca não tivesse sido reintegrada? Estas são perguntas que costumam me fazer. Os detalhes contingentes só são importantes devido à imagem maior? É verdade, afinal, que eu estava na Suécia realizando o meu trabalho de campo em um momento de mudança.

E apesar do fato de que essa pesquisa talvez ainda fosse interessante mesmo se a “transcrição oculta” não tivesse se tornado pública ou se os pequenos atos de *mētis* e apropriação não alcançassem os “limites” da justiça, no sentido foucaultiano da palavra, as conclusões alcançadas não teriam sido tão significativas. *Isso não quer dizer que a minha pesquisa sobre as apropriações cotidianas do “excepcionalismo moral” deve ser vista como uma espécie de prólogo para as questões mais “urgentes” de políticas espetaculares. É dizer que, como analistas da ação social, estamos interessados nos efeitos das práticas em vez das próprias práticas, como essas práticas podem desafiar as normas estabelecidas e informar um fenômeno mais abrangente e como a mudança pode se manifestar por meio de operações e técnicas locais e situadas, em vez de em um nível “oficial”* (ver Neumann, 2002; De Certeau, 1998). Quando embarquei no meu projeto, não esperava me engajar com a “extrema-direita” ou com aqueles que se identificavam com ela, embora mais tarde, cabe dizer, tenha sido com ela que a Amigos da Síria tenha se alinhado. Eu não imaginei que um esquema tão grande de preocupação com o exemplo moral pudesse ser desmontado de maneira tão profunda. Embora eu não tenha podido prever esses desenvolvimentos *a priori* ou apontar para o momento exato no qual determinadas práticas fariam a diferença, *mudanças recentes na Suécia demonstraram que a reconfiguração de “estudos críticos de segurança”, junto com outras linhas de antropologia política, poderiam anunciar alguns estudos muito ricos e produtivos sobre o entendimento desses tipos de fenômenos.* Na verdade, Neumann (2012: 183) articulou a diferença entre os dois campos: “Os antropólogos se concentram no constitutivo, cientistas políticos no resultado... antropólogos se concentram nas condições prévias para a ordem política e os cientistas políticos sobre como essa ordem é mantida.” Embora uma distinção um pouco simplista, Neumann demonstra a maneira como é o “florescimento da antropologia política que mantém o estudo clássico da política vivo” (Neumann, 201: 183).

Ao revisar uma abordagem de “PARIS” para estudar processos de (in)securitização, portanto, é essencial entender os momentos em que os indivíduos em suas práticas sentem que estão (in)seguros por causa das relações e processos em que estão imersos. Uma antropologia política deve observar e investigar. Não tem muito a ver com um sentimento, um movimento psicológico, uma psique de ansiedade ou com discurso e comunicação. Tem a ver com os lugares de diferentes atores em diferentes campos de poder. Tem a ver com o seu posicionamento no “sentido prático”, seus atos cotidianos de apropriação e tradução. Como metodologia, a etnografia é, portanto, absolutamente crucial para permitir uma recons-

trução dos estudos críticos de segurança ao longo de linhas mais antropológicas. Ao analisar como as experiências cotidianas moldam os nossos entendimentos de segurança e insegurança, a etnografia ilumina o significado dessas ações e desses enunciados aparentemente sem importância que servem para alterar completamente as relações sociais. Usar metodologias que se concentram apenas em discursos políticos oficiais ou narrativas de elite ignora a importância desse mundo do cotidiano para estudar as relações internacionais em seu risco iminente.

-
1. PARIS aqui é entendido como o acrônimo do original em inglês para “pesquisa política antropológica em sociologia internacional (“Political Anthropological Research in International Sociology”), em oposição à noção culturalista de uma “escola” específica de “estudos críticos de segurança” estabelecida em torno de cidades específicas.
 2. A terminologia “(in)securitização” reconhece que enquadramentos políticos e institucionais constroem diferentes “domínios de insegurança” (ver Huysmans, 2006). Como resultado, segurança e insegurança não podem ser vistos como dois lados em oposição, o que explica por que Bigo (2014) prefere falar apenas sobre práticas e processos de (in)securitização, para enfatizar a substancialidade de segurança e insegurança.
 3. Uso esse termo com referência particular à sua origem grega, bios (vida) e oipsis (visão), para chamar a atenção para o modo como a minha etnografia se propõe a apresentar uma forma de seção transversal da vida social e política cotidiana no nível das micopráticas, a partir da minha própria perspectiva.
 4. Para proteger o anonimato dessas pessoas, pseudônimos são usados ao longo do texto.
 5. De fato, em apenas uma ocasião eu testemunhei um homem sírio desafiar os voluntários em suas preconceções: um jovem engenheiro de computadores censurou Bodil por presumir que ele não sabia cozinhar.
 6. Aqui, trago a apropriação de Agamben (1998) da biopolítica de Foucault para mostrar como a lei sempre teve o poder de distinguir entre “vida nua” – aqueles vistos simplesmente em termos de sua vida biológica – e “vida qualificada” – aqueles que assumem uma existência política plena.

7. Mais notavelmente, as teorias de “securitização” da escola de Copenhague, que se baseiam no trabalho de Austin.
8. Em janeiro de 2016, o parlamento dinamarquês aprovou os planos para aproveitar os valiosos ativos de todos os requerentes de asilo chegando ao país, a fim de ajudar a pagar os custos de manutenção (Independent, 2016).

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford University Press, 1998.
- ALBRO, Robert. *Anthropologists in the Securityscape: Ethics, Practice, and Professional Identity*. Left Coast Press, 2011.
- AMOORE, Louise. *The Politics of Possibility: Risk and Security Beyond Probability*. Durham, NC, Duke University Press, 2013.
- ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef. Critical Methods in International Relations: the Politics of Techniques, Devices and Acts. *European Journal of International Relations*, 20(3): 596-619, 2014.
- BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. Why Do Soldiers Rape? Masculinity, Violence, and Sexuality in the Armed Forces in the Congo (DRC). *International Studies Quarterly*, 53(2): 495-518, 2009.
- BALZACQ, Thierry; BASARAN Tugba et al. Security Practices. *International Studies Encyclopedia Online* 18, 2010.
- BEHAR, Ruth. Ethnography and the Book That Was Lost. *Ethnography*, 4(1): 15-39, 2003.
- BEIER, J.M. *International Relations in Uncommon Places: Indigeneity, Cosmology, and the Limits of International Theory*. New York: Macmillan, 2005.
- BIGO, D. The (In) Securitization Practices of the Three Universes of EU Border Control: Military/Navy–Border Guards/Police–Database Analysts. *Security Dialogue*, 45(3): 209-225, 2014.
- BIGO, D; MC CLUSKEY E. What is a PARIS Approach to (In) Securitisation? Political Anthropological Research for International Sociology. In: GHECIU, Alexandra; WOHLFORTH, William C. (eds.). *OUP Handbook of International Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: the Creation of the Mods and Rockers*. Psychology Press, 1980.
- DE CERTEAU, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Los Angeles: University of California Press, 1988.
- ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women’s Lives*. University of California Press, 2000.

- _____. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. University of California Press, 2014.
- FRANKLIN, M.I. *Postcolonial Politics, the Internet and Everyday Life: Pacific Traversals Online*. Routledge, 2006.
- GUARDIAN, THE. *Sweden and Denmark Crack Down on Refugees at Borders*, 4-1-2016. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2016/jan/03/sweden-to-impose-id-checks-on-travellers-from-denmark>>. Acessado em: 17 set. 2017.
- GULLESTAD, Marianne. Invisible Fences: Egalitarianism, Nationalism and Racism. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 8(1): 45-63, 2002.
- _____. *People of the Bomb: Portraits of America's Nuclear Complex*. University of Minnesota Press, 2004.
- HIGATE, Paul. *Cat-Food and Clients': Gendering the Politics of Protection in the Private Militarised Security Company*. SPAIS Working Paper, 2011.
- _____. "Cowboys and Professionals": the Politics of Identity Work in the Private and Military Security Company. *Millennium*, 40(2): 321-341, 2012.
- HUYSMANS, Jef. *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU*. Routledge, 2006.
- INDEPENDENT, THE. *Denmark Approves Controversial Refugee Bill Allowing Police to Seize Asylum Seekers' Cash and Valuables*. 26-1-2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/denmark-approves-controversial-refugee-bill-allowing-police-to-seize-asylum-seekers-cash-and-a6834581.html>>. Acessado em: 17 out. 2017.
- JACKSON, P.T. Can Ethnographic Techniques Tell Us Distinctive Things About World Politics? *International Political Sociology*, 2(1): 91-93, 2008.
- JERVIS, Robert. Cooperation Under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2): 167-214, 1978.
- JOHNSON, Heather L. *Borders, Asylum and Global Non-Citizenship: the Other Side of the Fence*. Cambridge University Press, 2014.
- KEOHANE, Robert O. International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint. *Millennium*, 18(2): 245-253, 1989.
- LAW, John; URRY, John. Enacting the Social. *Economy and Society*, 33(3): 390-410, 2004.
- LEANDER, Anna. "Strong Objectivity" in *Security Studies: Ethnographic Contributions to Method Development*. Carlo Alberto Research Working Paper. C.C. Alberto. Moncalieri, 2013.
- MAUSS, Marcel. *The Gift: the Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: Routledge, 1990 [1923].
- MEARSHEIMER, John J. Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War. *International Security*, 15(1): 5-56, 1990.

- MOON, K.H. *Sex Among allies: Military Prostitution in US-Korea Relations*. Columbia University Press, 1997.
- NEUMANN, Iver B. Returning Practice to the Linguistic Turn: the Case of Diplomacy. *Millennium*, 31(3): 627-651, 2002.
- _____. *At Home With the Diplomats: Inside a European Foreign Ministry*. Cornell University Press, 2012.
- RANCATORE, Jason P. It is Strange: a Reply to Vrasti. *Millennium*, 39(1): 65-77, 2010.
- ROZAKOU, Katerina. The Biopolitics of Hospitality in Greece: Humanitarianism and the Management of Refugees. *American Ethnologist*, 39(3): 562-577, 2012.
- SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, 1985.
- _____. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press, 1990.
- _____. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press, 2010.
- TILLY, Charles. *Stories, Identities, and Political Change*. Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- TRÄGÅRDH, Lars; Berggren, Henrik. *Är svensken människa?: gemenskap och oberoende i det moderna Sverige*. Norstedts, 2015.
- VEYNE, Paul. Foucault Revolutionizes History. In: DAVIDSON, Arnold I. *Foucault and His Interlocutors*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1997.
- VRASTI, Wanda. The Strange Case of Ethnography and International Relations. *Millennium*, 37(2): 279-301, 2008.
- WALTZ, Kenneth N. *Man, the State, and War: a Theoretical Analysis*. Columbia University Press, 2001.
- WELDES, Jutta. *Cultures of Insecurity: States, Communities, and the Production of Danger*. University of Minnesota Press, 1999.
- ZABUSKY, Stacia E. *Launching Europe: an Ethnography of European Cooperation in Space Science*. Princeton University Press, 2011.

Etnografia – outras referências

Etnografias aplicadas para áreas de política internacional:

- DOTY, R.L. States of Exception on the Mexico-US Border: Security, “Decisions” and Civilian Border Patrols. *International Political Sociology*, 1(2): 113-137, 2007.
- ENLOE, Cynthia. Flick of the Skirt: a Feminist Challenge to IR’s Coherent Narrative. *International Political Sociology*, 10(4): 320-331, 2016.
- KHOSRAVI, Shahram. The “Illegal” Traveller: An Autoethnography of Borders. *Social Anthropology*, 15(3): 321-324, 2007.

- MAGUIRE, Mark; FROIS, Catarina; ZURAWSKI, Nils. Introduction the Anthropology of Security: Prospects, Retrospects and Aims. In: *the Anthropology of Security: Perspectives From the Frontline of Policing, Counter-Terrorism and Border Control*. Pluto Press: 2014, p. 1-23.
- OCHS, Juliana. *Security and Suspicion: an Ethnography of Everyday Life in Israel*. University of Pennsylvania Press, 2011.
- Etnografia: inovação e intervenção*
- BAKER, M. Narratives of Terrorism and Security: “Accurate” Translations, Suspicious Frames. *Critical Studies on Terrorism*, 3: 347-64, 2010.
- CHARALAMBOUS, C.; CHARALAMBOUS, P.; KHAN, K.; RAMPTON, B. *Sociolinguistics and Security*. Working Papers in Urban Language and Literacy, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/17000682/WP177_Charalambous_Charalambous_Khan_and_Rampton_2015_Sociolinguistics_and_security>. Acessado em: 17 out. 2017.
- GUILLAUME, Xavier. The International as Everyday Practice. *International Political Sociology*, 5(4): 446, 2011.
- VAUGHAN-WILLIAMS, Nick; STEVENS, Daniel. Vernacular Theories of Everyday (In) Security: The Disruptive Potential of Non-Elite Knowledge. *Security Dialogue*, 47 (1): 40-58, 2016.

Capítulo 4

A Teoria Ator-Rede como prática poética: em favor da bagunça nas Relações Internacionais

Bruno Magalhães¹

Introdução

Este ensaio é a forma que encontrei de compartilhar minha apreciação do livro *After Method: Mess in Social Science Research* (2004), de autoria do sociólogo britânico John Law. Unindo o agradável ao útil, a ideia é que o texto sirva como um glossário em prosa que facilite um primeiro contato com a Teoria Ator-Rede (ANT, na sigla em inglês), da qual Law é expoente. Eu proponho usar *After Method* como um fio condutor para adentrar o emaranhado de conceitos associados a ANT.

O que proponho não é buscar em Law uma narrativa fiel sobre como a Teoria Ator-Rede se desenvolveu. Fazer isso seria reafirmar mitos de origem que impõem uma forma particular de contar a história dessa literatura como se fosse a única forma correta. No mesmo espírito, sugiro apreciar a contribuição da Teoria Ator-Rede para a pesquisa sobre humanidades não em função da sua habilidade em produzir retratos fiéis ao que aceitamos como sendo o “mundo-lá-fora” (*out-there-ness*, como Law fala). Fazer isso seria presumir que esse mundo-lá-fora existe de forma independente e antecedente às práticas de representação. Essa pressuposição vai contra a sugestão de Law, e tantas autoras e autores antes dele, de que esse mundo-lá-fora é *encenado* em práticas que se apresentam como simplesmente descritivas.

Tentando evitar essas armadilhas, o que sugiro é ler *After Method* com olhos para quais são e por que foram cunhados os conceitos de ANT que Law vê como poéticos: poéticos, quero dizer, no sentido de abrir espaço para formas de ser e perceber que antes não existiam. Em uma analogia, o que sugiro é que apreciemos os argumentos de Law sobre ANT um pouco como lemos poemas sentados no

colo de alguém ou apreciamos pinturas enquanto caminhamos em um museu em uma tarde preguiçosa de domingo: relendo ou olhando mais de perto aqueles versos e quadros que nos comovem – não porque são retratos fiéis do mundo, mas pelos sentimentos que despertam na gente. Law insiste em *After Method* que o compromisso com a criação de novas sensibilidades na poesia e pintura, como em outras formas de arte, tem sido central para ANT. É com esse mesmo olhar para o poético que sugiro que apreciemos o seu livro.

Para início de conversa: a Teoria Ator-Rede é uma teoria?

Antes de passar ao argumento de Law, gostaria de tomar algumas linhas para refletir sobre em que medida faz sentido falar da Teoria Ator-Rede como uma teoria. Muitos estudos descritos como “clássicos da ANT” mostram pouca preocupação em decantar um modelo capaz de simplificar o real para aumentar nosso poder preditivo (Akrich, Callon et al., 2006; Callon, 1986; Callon, Courtial et al., 1983; Latour, 1993, 1999a, 1999b, 2010; Law, 2003, 2011; Law e Mol, 2002). Pelo contrário, é quase uma constante entre eles o hábito de enfatizar como os argumentos desenvolvidos são originados em um “aqui e a agora” – “*hic et nunc*” – cheio de particularidades.

Naturalmente, é possível notar em muitos desses estudos a ambição de que conceitos cunhados sejam capazes de viajar e perdurar além dos seus locais e momentos de origem. Alguns estudos são ambiciosos a ponto de problematizar toda a ontologia ocidental por meio de pesquisas sobre o combate ao antraz entre ovelhas e vacas no interior da França (Latour, 1993: 81) ou o tratamento de escleroses em veias do pé em cidadezinhas holandesas (Mol, 2002). No entanto, embora decididamente não “limitadas ao local” no que diz respeito ao alcance esperado para o argumento, as conclusões desses estudos tampouco se pretendem generalizáveis da mesma forma em que podemos presumir (há quem diga, equivocadamente) que a descoberta de uma lei da física é generalizável (Cartwright, 1983).

Estou dolorosamente ciente de que não é nada fácil dizer o que o termo “teoria” significa na disciplina de Relações Internacionais (Dunne, Hansen et al., 2013; Wæver, 2009). Suponho que o mesmo possa ser dito sobre outros campos que estudam humanidades. Como quer que definamos o termo, porém, na medida em que teorizar é entendido como o ato de inferir ou criar modelos para antecipar o comportamento do mundo, me parece sem sentido tratar ANT como uma teoria. Novamente, se é que esse tipo de apelo à autoridade vale como argumento, talvez seja pertinente notar que não só Law, como também Madeleine Akrich, Michel

Callon, Bruno Latour, Annemarie Mol e Vicky Singleton, entre outras referências constantes nessa literatura, têm insistido que ANT não se presta à formalização como um arcabouço teórico.

Latour, talvez o mais famoso entre esses nomes famosos, já há alguns anos aponta defeitos de fabricação em cada componente da sigla ANT, incluindo o hífen (Latour, 1999). Comentando o T no acrônimo, Latour defende que ANT “nunca foi uma teoria sobre como o social se forma, ao contrário da leitura de muitos sociólogos que acreditam se tratar de mais uma escola tentando explicar o comportamento de atores sociais” (Latour, 1999: 19). Em tom irônico, Latour (2004) nota que mesmo teóricos ditos críticos acabam por reproduzir o suposto de que o teórico é, de alguma forma, mais puro ou mais profundo, ignorando o fato de que essa forma de pensar teoria tem origem essencialmente aristocrática. Durante os jogos na Grécia antiga, os espectadores (theōros) com a vista mais desimpedida da arena eram sempre os senadores. Depois dele, vinham outros membros do clero e da aristocracia e, em lugares cada vez piores, com a vista comprometida por cabeças e colunas, a plebe.

Na avaliação de Latour, muitos estudiosos nas humanidades ainda têm o mal hábito de invocar essa capacidade de olhar com a visão supostamente desimpedida, da fileira com a melhor vista da arena, como algo que lhes dá autoridade sobre o “leigo”. O resto de nós, os “idiotas” ou *dopes*, como o etnometodólogo Harold Garfinkel (1991: 68) coloca sem papas na língua, não teria alternativa que não reproduzir visões comprometidas por “*doxas*”, “*illusios*” e outras palavras difíceis. Por nos faltar o olhar privilegiado necessário a “desvendar” a real causa social “por trás” do nosso jeito de pensar e agir, não conseguiríamos ir além de visões leigas.²

Se o termo *teoria* é uma forma de apontar para esse dom especial de desvendar “estruturas”, “interesses” e outras “causas profundas”, continuo achando que ANT não se pretende uma teoria. Falando da posição privilegiada de quem ajudou a cunhar o acrônimo, Latour (1999: 19) lembra que “para nós, ANT era simplesmente outra forma de fazermos jus aos argumentos da etnometodologia”:

Atores sabem o que fazem e cabe a nós aprender com eles – não só o que fazem, mas como e por que o fazem. Somos *nós*, os cientistas sociais, que não temos conhecimento sobre isso. Não é a eles que falta a compreensão de por que são inadvertidamente manipulados por forças exteriores desvendadas pelo sociólogo graças aos nossos olhares e mé-

todos poderosos. A ANT é uma forma de deslegitimar a imensa pretensão de sociólogos que, na expressão marcante de Bauman, querem agir como legisladores [...] Longe de ser uma teoria do social, ou pior, uma explicação do social, a ANT sempre foi, desde o começo, uma forma de aprender com os atores, sem impor definições *a priori* de como eles constroem o mundo (Latour, 1999: 19-20; ênfase do autor; tradução minha).

A julgar por essa citação, ANT não só não é uma teoria, como mostra considerável desdém por qualquer tentativa de enquadrar o mundo em pacotes teóricos pré-moldados. Tendo em mente esse desdém, é no mínimo curioso notar como o hábito de descrever ANT é ainda hoje bastante alastrado. Parte considerável da literatura sobre o tema em português continua a falar da Teoria Ator-Rede sem dar muita atenção a essas autocríticas.

Pois bem. Se não é possível vencer o acrônimo, vou me unir a ele. É assim que Law agiu ao escrever *After Method* e é assim que vou agir aqui. Por desencargo de consciência, gostaria apenas de deixar registrado que, ao falar da Teoria Ator-Rede, tenho em mente para o “T” em ANT um significado peculiar. Roubando uma frase, eu diria que, em vez de “explicar”, “gerar previsões” ou “desvendar causas sociais profundas”, o propósito da Teoria Ator-Rede é ajudar a contar histórias com novos olhares, redesenhando contrastes, virando perguntas de ponta-cabeça e focando nossa atenção no inesperado (Mol, 2010: 261).

Se Law fosse um pintor, qual pintor ele seria?

Faço esse ponto sobre ANT e teoria não por diletantismo, mas para justificar por que pensar Teoria do Ator-Rede como uma atividade poética faz sentido para mim. Na definição de dicionário, poesia vem de *poiesis*, que quer dizer algo como “a capacidade de criar algo novo”. Nesse sentido muito simples, um pintor que ajuda a criar uma nova forma de perceber o mundo está fazendo poesia. Da mesma forma, quando uma socióloga é compelida a cunhar um novo conceito, ela está fazendo poesia também, ao articular uma forma de perceber e ser no mundo que antes era só potencial.

Enquanto o pintor faz poesia ao deixar seus traços na tela pontilhando ou pingando tinta do alto de uma escada, a socióloga faz poesia inventando conceitos e os marcando em papel. Em sua função criativa, pintar e escrever me parecem atividades muito próximas no final das contas: ambas exercem *poiesis* ao *nos for-*

çarem a pensar em novas formas de ser e perceber o “mundo-lá-fora” (Deleuze e Guattari, 1988). É nesse sentido quase trivial que gosto de pensar em Law como um grande pintor, da mesma forma em que uma leitora irônica poderia dizer que Jackson Pollock é um grande sociólogo. Para Law, creio eu, ANT é menos teoria do que poesia. Em vez de um arcabouço teórico, ANT parece melhor descrita como um *apanhado de neologismos* (Law, 2004; Deleuze e Guattari, 1988).

Tendo explicado o que a minha humilde analogia entre ANT e poesia busca enfatizar, gostaria agora de levantar uma pergunta um pouco mais contra intuitiva. Se Law fosse um pintor *na pintura*, eu gostaria de perguntar, qual pintor ele seria? Eu estou longe de entender de história da arte e não quero fingir entender. Mas para o bem do argumento, vou arriscar uma comparação: até onde o meu precário conhecimento sobre história da arte me permite avançar, diria que Law seria uma versão radicalizada de Jackson Pollock (Moses, 2004; Rampley, 1996).

No trecho abaixo temos Law explicando porque ele opta por tratar ANT como um “aparato metodológico” (*method assemblage*). Como ele coloca,

“*Assemblage*” é um processo de agrupamento, ou de montagem, ou ainda melhor, de automontagem recursiva na qual os elementos combinados não estão fixados em forma, não pertencem a uma lista maior preexistente, mas são construídos pelo menos em parte enquanto são enredados juntos. Isso significa que não pode haver uma fórmula ou uma regra geral para determinar o que é um agrupamento bom e o ruim e que o (aquilo que vou chamar de) “método de *assemblage*” cresce a partir de, mas também cria as zonas fora do nosso campo de visão (*hinterlands*) (Law, 2004: 42; tradução minha)³

Agora, comparemos o trecho de Law com a forma com que Pollock fala sobre o seu método de ‘pintura de ação’:

Quando estou pintando, não estou consciente do que estou fazendo. É apenas depois de um período de “familiarização” que eu vejo o que vinha fazendo. Eu não tenho medo de fazer mudanças, destruir a imagem etc., porque a pintura tem vida própria. Eu tento deixá-la vir.⁴

Naturalmente, se considerarmos as noções de pintura de ação de Pollock e de aparato metodológico de Law em pormenores, presumo que vamos encontrar diferenças significativas. Para dar um exemplo, tendo a achar que Law rejeitaria

a imposição de harmonia utilizada por Pollock como critério para a identificação de uma boa pintura (é por isso que penso que Law não seria Pollock, mas uma versão radical de Pollock). Mesmo com essas diferenças em mente, porém, a técnica de pintura de Pollock ainda me parece guardar mais do que alguns “traços de família” com a forma como Law nos encoraja a pensar ANT.

Para Law e Pollock, fazer arte passa por não restringir de antemão o que pode ser trazido ao texto ou à tela. Os dois parecem estar confortáveis com o fato de que suas pinturas têm vida própria: ao artista cabe deixar o novo vir, seja via pintura, seja via sociologia. Para ambos, os elementos agrupados na imagem se organizam e reorganizam o tempo todo, sem que isso seja um problema. Ambos parecem estar mais interessados nas relações que se formam graças de acordo com as diferentes posições adotadas por esses elementos. Me parece que ambos também tenderiam a concordar que o ato de pintar/escrever é, e deve ser, mais do que o ato de retratar fielmente o real. Se traduzir é trair, como se fala, nenhum dos dois parece muito envergonhado por essa traição. “Há uma graça nessa arte que desnuda seu método radical de criação”, um crítico de arte escreveu uma vez sobre Pollock (Jones, 2015). Acho que a frase se aplicaria igualmente bem ao Law.

ANT como um conjunto de sensibilidades

Me limitei até aqui a argumentar em favor de que pensemos ANT menos como uma teoria e mais como uma prática de pesquisa poética: um conjunto de neologismos dedicado à intervenção poética de que faz pesquisa. Com essa sugestão em mente, começo agora a traçar uma trilha através de ANT tendo *After Method* como guia. A primeira parada do tour começa é o célebre *Vida de Laboratório*, de Bruno Latour e Steve Woolgar (1986). A próxima seção discute o que Law vê de poético na estratégia de pesquisa com que Latour e Woolgar se apropriam de um primeiro conceito extremamente importante para ANT: o conceito de “simetria”.

O que quer dizer “simetria” na sociologia do conhecimento?

Segundo Law (2004: 21), um dos argumentos de Latour e Woolgar que se mostrou mais consequente para ANT foi a sugestão de que o conhecimento científico faz mais do que descrever a realidade. Law atribui aos autores a ideia de que práticas de produção de conhecimento *constroem* o que é aceito como sendo a realidade do mundo.

Law soa quase irônico ao esclarecer que a intenção de Latour e Woolgar não é sugerir que os cientistas envolvidos nessas práticas têm o poder mágico de materializar realidades desejadas.⁵ O argumento de Latour e Woolgar é mais humilde e, ao mesmo tempo, mais radical. Dizer que o real é construído “não é negar sua solidez como um fato, como os autores se apressam a esclarecer. Trata-se apenas de enfatizar como, onde e porque tal fato foi criado” (Latour e Woolgar, 1986: 127; tradução minha). Fraseado em outro jargão, se queremos entender por que o mundo é como é, precisamos estudar o que tornou possível que tal expressão textual do “mundo lá-fora” alcançasse esse efeito de verdade tão forte, a ponto desse de ser recebido como simples descrição do real.⁶

Que essa pergunta não é nova mal precisa ser dito. Bibliotecas inteiras já foram escritas sobre a construção social da realidade e tópicos afins.⁷ O que Law parece ver de poético é menos pergunta e mais a forma de pesquisa que Latour e Woolgar adotam para lidar com ela. Em vez de escreverem um tratado sobre a teoria do conhecimento, Latour e Woolgar optam em *Vida de Laboratório* por estudar um exemplo prática e em curso dessa textualização do mundo. Se valendo de estratégias de pesquisa e da retórica etnográfica – característica de toda uma leva de “estudos de laboratório”⁸ que viriam a ser publicados mais ou menos na mesma época – Latour e Woolgar mergulham em um microcosmo de construção do real: um laboratório na Califórnia onde se realizam análises bioquímicas. As histórias contatadas em *Vida de Laboratório* são a versão de Latour e Woolgar sobre como teria se dado a descoberta de um elemento bioquímico chamado “Fator de Liberação de Tirotopina” (TRF, na sigla em inglês). Adotando o olhar de estranhamento do etnógrafo, Latour e Woolgar buscam entender o *efeito de verdade* produzido em torno dessa suposta descoberta. Como, eles perguntam, a existência de TRF se tornou um fato científico inquestionável (a ponto de render ao diretor do laboratório o Nobel em química depois da publicação do *Vida de Laboratório*)?

Latour e Woolgar (1986: 106) antecipam que não estão satisfeitos com respostas do tipo “todos acreditamos que TRF existe porque TRF de fato existe”. Como eles nos lembram, os cientistas não teriam como decidir tomando a real existência de TRF como critério, já que a existência de TRF era precisamente o que estava sob questão em seus experimentos. Mesmo que aceitemos a existência objetiva dessa substância como dada, eles complementam, o fato de TRF existir por si só não seria suficiente para explicar por que o que resultado do experimento que resultou em sua descoberta não foi descartado como um artifício

laboratorial.⁹ Para encontrar uma resposta mais convincente, Latour e Woolgar defendem que sejamos metodologicamente *simétricos* na forma em que estudamos a definição do que hoje é acatado como certo e a definição do que hoje é tido como errado (ver box abaixo).

De onde vem a preocupação com “simetria” na sociologia do conhecimento?

Para entendermos o princípio da simetria, precisamos combinar dois argumentos. O primeiro é um sobre um paradoxo inerente ao esforço de seguir regras, desenvolvido pelos filósofos Ludwig Wittgenstein (2010) e Saul Kripke (1992). O segundo argumento gira em torno da defesa de que a própria qualidade de verdade do conhecimento aceito como certo deve ser aberta à investigação histórica e sociológica. Esse argumento foi desenvolvido por sociólogos adeptos do Programa Forte na sociologia do conhecimento e têm David Bloor (1991) como um dos seus principais expositores.

Começo com uma exposição muito básica da crítica desenvolvida por Wittgenstein e Kripke ao suposto de que a aceitação do certo é autoexplicativa. Para formular o paradoxo, tanto Wittgenstein como Kripke pedem que imaginemos situações hipotéticas envolvendo cálculos de adição. O ponto de partida do argumento é a noção de finitismo. Não importando o tamanho do conjunto de usos prévios, a quantidade de vezes em que realizamos uma determinada operação aritmética é sempre finito, já que o conjunto necessariamente se encerra antes do próximo uso. Para facilitar a compreensão desse ponto, tanto Wittgenstein como Kripke pedem que trabalheemos com a hipótese de que a pessoa fazendo o cálculo de adição está se deparando com uma determinada adição pela primeira vez. No seu exemplo, Wittgenstein nos pede para imaginar uma criança que está aprendendo a somar e se depara pela primeira vez com a equação $(1000+2=?)$. O professor dessa criança já teria explicado a ela o significado de adição e já teria dado a ela exemplos de adição sendo realizada até o número mil, mas nunca acima disso $(2+2=4 / 4+2=6$ até $998+2=1000$, mas nunca $1000+2=?)$. Kripke dá um exemplo ainda mais simples, embora um pouco menos provável: ele pede que imaginemos que um aluno de matemática nunca tenha realizado a adição $“68+57=?”$.

Tanto Wittgenstein quanto Kripke se concentram na linguagem usada para escrever as equações no quadro e para explicar a definição de adição para os alunos. O paradoxo começa a se manifestar quando atentamos para a possibilidade de atrelar significados diferentes, seja ao símbolo “+”, seja a uma ou várias das palavras usadas para formular a definição de adição. No exemplo de Wittgenstein, essa possibilidade de atrelar significados diferentes é ilustrada da seguinte forma: o professor dá exemplos dá regra de adição sendo aplicada, escrevendo no quadro-negro a sequência $“2 + 2 = 4” / “4 + 2 = 6” / “6+2=8”$ até $“998 + 2 = 1000”$. O professor então pede à criança que ela “continue aplicando essa regra da adição, adicionando dois mais três vezes”. Atrelando um significado diferente à expressão “adicione 2” do que aquele esperado pelo professor, a criança escreve no quadro a resposta $“1002, 10022, 100222”$. No exemplo de

Kripke, essa possibilidade de atrelar significados diferentes é mais uma vez ilustrada de forma mais caricata. A interação no exemplo de Kripke é entre um aluno e um matemático excêntrico. Quem oferece a interpretação inesperado não é o aluno, mas o matemático. O aluno informa “125” como resposta para a questão “ $68+57=?$ ”. O matemático excêntrico contradiz o aluno e insiste que a resposta certa seria “5”. Para justificar essa resposta “5”, o matemático pede que o aluno considere a seguinte função, chamada por ele de quadição e expressa pelo símbolo “(+): $x(+)y=x+y$, se $x,y<57$, mas $x(+)y=5$ em todos os outros casos”. Posto por extenso, o significado dessa função seria: “falar o resultado da operação de quadição entre o número x e o número y será idêntico ao resultado da operação de adição entre o número x e o número y , desde que tanto x como y sejam números menores que 57. Caso ou x ou y seja 57 ou um número maior que 57, a resposta deverá ser sempre automaticamente 5”.

Wittgenstein pergunta quais seriam os fatos que o professor poderia invocar para demonstrar para o aluno que ele está errado. A primeira possibilidade que ele considera é que o professor busque demonstrar o erro do aluno apontando que o aluno está realizando a operação de adição de maneira diferente daquela com que o professor realizou a operação de adição nos exemplos dados (algo como, “olhe para como eu fiz antes! Você está fazendo diferente!”). Outra possibilidade antecipada por Wittgenstein é que o professor busque demonstrar o erro do aluno apontando que a forma com que o aluno realizou adição viola a definição de adição oferecida (algo como, “você entendeu mal o que quer dizer ‘juntar’ no trecho que fala sobre ‘juntar quantidades’!”). Kripke segue a mesma estratégia. Como Kripke explica, o problema para quem tenta responder apelando para precedentes é que todos os resultados de operações aritméticas feitas pelo aluno no passado podem ser explicados tanto como o resultado de uma operação de adição quanto como resultado de uma operação de quadição. O matemático de Kripke pode insistir que a palavra “adicione” como ele a usou no passado denotou a função quadição em vez de função adição. Se no passado o aluno fez cálculos com números menores iguais ou que 57, ele chegou ao resultado certo por acaso. Da mesma forma, se o aluno fez cálculos com números maiores que 57 e não respondeu “5” então o aluno errou, mas nunca soube que estava errada até agora.

Digamos agora que o aluno apela para regra. O aluno responde que, quando ele aprendeu a fazer adição, ele aprendeu uma fórmula e não uma lista de exemplos. “Quando você me diz para fazer $68 + 57$, o que eu leio é algo como Etapa 1: colete 68 bolinhas de gude. Etapa 2: colete 57 bolinhas de gude. Etapa 3: coloque todas estas bolinhas de gude no mesmo conjunto. Etapa 4: conte o número de bolinhas de gude no conjunto final. Seguir esse algoritmo vai me levar para 125!”. De acordo com Kripke, essa reação só adia o encontro com o paradoxo. O cético pode contra argumentar que, “na regra que você acabou de descrever, você interpretou erroneamente a palavra ‘contar’. Quando esta fórmula diz ‘contar’, isso significa que você deve fazer a operação de ‘quadição’, o que te levaria ao resultado 5. Em todos os exemplos que você encontrou antes, você obteria o mesmo resultado ‘adicionando’ ou ‘quadiçando’ o conjunto de bolinhas. Mas esta nova operação é diferente (...)” e assim por diante.¹⁰

Tanto Wittgenstein como Kripke apontam para o início de uma regressão ao infinito. Ao invocar “uma regra sobre como a regra anterior deve ser lida”, eles estariam apenas adiando o problema. Eventualmente, “as justificativas chegam ao fim em algum lugar”¹¹ e somos “deixados com uma regra que é completamente não reduzida a qualquer outra”.¹² Aqui, chegamos ao cerne do paradoxo da regra, que é resumido por Wittgenstein e Kripke nos seguintes termos: o aluno, no caso de Wittgenstein, e o matemático excêntrico, no caso de Kripke, podem responder

qualquer coisa que quiserem quando confrontados com suas respectivas equações e ainda assim formularem justificativas para esses resultados imprevisíveis que seriam logicamente sustentáveis.

O impacto desse ponto é enorme para a discussão sobre ciência. Por muito tempo, se considerou que a crença em teses tidas como científicas e lógicas é justificada, simplesmente, pelo fato de que elas estão certas. Wittgenstein e Kripke quebram com essa possibilidade. Com suas observações sobre o paradoxo de seguir a regra, Wittgenstein e Kripke problematizam justificativas para crença que tratam a aceitação do conhecimento correto como autoexplicativa. Claro que acreditamos que $1000+2=1002$ e que a resposta certa para $58+67=125$. Mas o motivo pelo qual acreditamos não pode ser justificada em termos de obediência às regras da aritmética. Simplesmente dizer ‘esse resultado é certo porque ele foi produzido observando-se as leis da matemática’ se torna insuficiente para explicar porque tal resultado é correto. Os argumentos devolvidos por David Bloor em favor de um programa forte na sociologia do conhecimento devem muito aos argumentos de Wittgenstein e Kripke sobre o paradoxo das regras. Bloor toma esses argumentos como um convite a estudar a própria atribuição da qualidade de verdade a certezas científicas.

De acordo com a imagem convencional de ciência contra a qual Bloor se rebela, há um contexto de gênese/descoberta/conjetura e há um contexto de justificativa/validação/corroboração, que devem ser mantidos separados. Há a questão de propor uma teoria e, em seguida, há a questão diferente de demonstrar que essa teoria é correta ou, pelo menos, que ela é a melhor explicação que podemos inferir para um determinado fenômeno. Nesta imagem, não importa muito entender o processo e os tipos de fatores que influenciam a gênese das teorias. O que acontece nesse contexto de gênese não é tido como merecendo muita atenção porque, depois que os especialistas afirmam que uma teoria é correta, eles ainda precisam demonstrar a validade dessa tese de uma maneira condizente com a lógica e observando as melhores práticas metodológicas do dia.

Por sua vez, de acordo com a mesma imagem convencional, aos sociólogos do conhecimento caberia entender o que se passa no contexto da descoberta que afeta a velocidade e alcance dessas teses “condizentes com a lógica” e “metodologicamente robustas”. Por exemplo, sociólogos da ciência podem tentar isolar o “etos da ciência” em sociedades democráticas ou encontrar as causas sociológicas do erro em sociedades autoritárias, por exemplo. O trabalho de Robert K. Merton (1945) seria exemplar dessa outra sociologia do conhecimento chamada “assimétrica”. Explicações assimétricas sustentam que, se uma afirmação que parece correta, cheira como correta e é vista como correta é aceita como correta, então a melhor explicação possível é entreter a possibilidade de que ela de fato é correta. Caso contrário, o fato de que tantas pessoas aceitam tal afirmação como correta seria um milagre¹³. Seguindo esse raciocínio, os sociólogos são convidados a explicar quais fatores externos levam à difusão do correto ou à difusão do erro. Se uma declaração lógica e metodologicamente sólida não é aceita como correta, ou se uma declaração injustificada é considerada correta, isso deve ser estudado pelo sociólogo. Mas, de acordo com esse raciocínio, há pouco a se ganhar ao perguntar por que uma decisão lógica e empiricamente sólida é aceita como tal. Se o que queremos entender é por que o que conta como certo é o que conta como certo, a resposta é encontrada na própria obediência ao raciocínio lógico e ao método científico. Na divisão acadêmica do trabalho encorajada por esta demarcação entre gênese e justificativa, entender o que torna as teses

científicas e lógicas em teses verdadeiras é o território dos filósofos da ciência. Sociólogos não seriam necessários.

Para atacar essa imagem, Bloor sugere estudar sociologicamente a definição de verdades na matemática. Naturalmente, Bloor é o primeiro a dizer que só é preciso ler essas duas sequências para saber – para sentirmos como compulsão – qual das respostas “deve ser acatada” como certa. Mas se o motivo por trás desse sentimento não é lógico, então essa impressão de necessidade lógica – esse fato que nos sentimos obrigados a responder da primeira maneira – é o que precisa ser analisado para início de conversa. Como Bloor observa, dar conta desse senso de compulsão lógica põe em questão a própria divisão do trabalho entre filósofos e sociólogos, entre gênese e justificativa. Explicar esse sentimento de compulsão lógica vai muito além de fazer uma sociologia assimétrica. O estabelecimento da certeza em si – a condição de ser a verdade que distingue as declarações que aceitamos como verdadeiras – é ela própria aberto para investigação. Tanto a definição do certo quanto a definição do errado devem ser estudadas. Mais do que isso, devem ser estudados da mesma forma, levando em conta os mesmos tipos de elementos: não podemos estudar só lógica e método para dar conta do dito certo e ignorar o social, nem fazer o contrário ao estudar o dito errado. É preciso, Bloor conclui, que façamos sociologia do conhecimento de forma simétrica.

Distanciando-se de formas de sociologia da ciência que estudam a definição do certo e do errado de formas diferentes, Latour e Woolgar (1986: 105) se propõem a entender como se dá a atribuição da própria qualidade de verdade a afirmações consideradas corretas pela comunidade científica, como aquelas feitas sobre a existência de TRF. Eles estão interessados em entender como fatos assumem tal aura de objetividade que parece colocá-los além do alcance de análises sociológicas e históricas. “Quais processos”, eles perguntam, “operam para remover as circunstâncias sociais e históricas das quais depende a construção de um fato?” (Latour e Woolgar, 1986: 106, tradução minha).¹⁴

Para Latour e Woolgar (idem: 45), uma possível resposta para essa pergunta reside em olhar para as atividades dos bioquímicos no laboratório da Califórnia como se este espaço fosse um grande sistema de “inscrição literária”. A ideia básica aqui é que os fatos construídos sobre o ‘mundo lá-fora’ são sempre traduzidos em texto. Latour e Woolgar sugerem atentar para como agrupamentos heterogêneos, que envolvem cientistas, técnicas de pesquisa bioquímica, técnicas de escrita, ratos, microscópios, entre outros tipos de elementos, tornam possível que alguns desses textos se estabeleçam *como se fossem* descrições objetivas do “mundo lá-fora”. Em sua narrativa sobre ANT, Law acompanha Latour e Woolgar nesse passo, dando destaque ao potencial poético quem vem com esse em interesse em heterogeneidade.

Por que prestar atenção em heterogeneidade?

Brincando com uma compreensão clichê do que seria etnografia, Latour e Woolgar (1986) se colocam no papel de etnógrafos malinowskianos, olhando para o laboratório como “moscas no teto”. Um pouco como Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss uma vez apontaram para relações de troca e parentesco como dinâmicas centrais para a estruturação do que era ainda chamado (de forma que hoje soaria, felizmente, politicamente incorreto) de “sociedades simples”, Latour e Woolgar apontam para a coleta e comparação de inscrições textuais do mundo-lá-fora como sendo a atividade central da tribo dos cientistas bioquímicos no laboratório sob estudo na Califórnia.¹⁵

Law (2004: 18) dá destaque ao *dispositivo de inscrição* cunhado por Latour e Woolgar (1986) para expressar como se daria a conversão do mundo-lá-fora em texto. Dispositivos de inscrição são descritos como agrupamentos ou aparatos heterogêneos compostos, no caso do laboratório californiano, por técnicas para condução de bioensaios, gráficos, microscópios, cérebros de ratos, papel, tinta e cientistas. Dispositivos de inscrição são formados por todo o conjunto heterogêneo de formas de ação, coisas e pessoas que precisaram se *formar*, para colocar foucaultianamente na falta de uma palavra melhor, de modo a tornar possível a conversão do “mundo-lá-fora” em traços. Um pouco como as listas malucas compiladas nas enciclopédias chinesas de Jorge Luis Borges que faziam Foucault rir (2012), um dispositivo de inscrição pode incluir de tudo – de qualquer textura – usado para trazer as análises sobre a realidade do elemento em estudo para um formato final que é passível de comparação com os resultados de outras análises.

Law (2004: 20) parece ver nesse argumento de Latour e Woolgar não só uma defesa de simetria na forma de estudar a construção de conhecimento dito certo e errado, mas também uma defesa de *simetria ontológica* – algo como uma *lei de livre associação* que nos impõe deixar de lado preconceitos no que se refere ao tipo de elemento que pode se mostrar relevante para a análise (para a noção de livre associação, ver Callon, 1986). Estudar o processo de inscrição literária é estudar a formação desses conjuntos heterogêneos que tornam possível a inscrição do mundo-lá-fora em texto.

É dessa forma, talvez, que faz sentido pensar em *todo ator como rede*: cada componente de um dispositivo de inscrição só consegue se manter em existência na medida em que é ele próprio mantido de pé via seu *poder de associação* com outros elos na cadeia (Callon, 1986; Latour, 1986). Uma amostra de cérebro, por exemplo, de rato só existe como na medida em que se mantém conectada com

o microscópio, com o tingimento, com o assistente de laboratório e muito mais. Quando essas associações caem, o que é uma amostra vira só uma gosma nojenta, se é que ela chega a ser produzida. A importância do não-humano nesse processo de inscrição é um dos motivos pelos quais ANT defende que nos mantenhamos abertos à heterogeneidade nas práticas de construção de fatos que estudamos.

Em outro argumento que explica o interesse da ANT pelo não-humano, Latour e Woolgar (1986) pegam emprestado um ponto feito pelo filósofo da ciência francês Gaston Bachelard (1996). Bachelard argumenta que os instrumentos que fazem parte dos dispositivos de inscrição são também uma fonte de carga teórica que afeta o resultado de experimentos. Mesmo instrumentos hoje tão banais como microscópios, digamos, carregam em si entendimentos estabilizados anteriormente – no caso do microscópio, entendimentos sobre óptica, por exemplo.¹⁶ Latour e Woolgar (1986: 240) fazem um ponto parecido quando sugerem que um espectrômetro de massa usado para criar gráficos no laboratório não é apenas um espectrômetro de massa, mas a materialização em formato de ferramenta de séculos e séculos de conhecimento sobre física.

Estudar a construção de fatos passa por respeitar livre associação. Não cabe à pesquisadora ditar que tipo de entidades – cientista, microscópio, rato, técnica de cálculo – pode atuar como personagem nas suas histórias. O conceito de inscrição literária sugere que o aparato necessário à construção de fatos costuma ser heterogêneo. Cada componente desse aparato é um aparato em si mesmo: cada ator depende de uma rede para existir bem como atua em outras redes. Se esses pontos fazem sentido, como fatos continuam de pé depois que eles saem do seu local de origem? E o que acontece com aquelas proposições (*statements*) que não atingem o *status* de fato? Para lidar com essas questões, Law nos convida a atentar para os neologismos de “custo de controvérsia” (*cost of disputing*), “apagamento” (*erasure*) e “quebra e inversão” (*split and inversion*).

Como se cria o senso de descoberta em torno de “novos fatos”?

As noções de “custo de controvérsia”, “apagamento” e “quebra e inversão” são mais três neologismos incorporados por Latour e Woolgar ao vocabulário de ANT. Somados, os três conceitos dão conta de como uma um sentimento de emanção se forma em torno de fatos, criando um senso de compulsão lógica e empírica que torna praticamente impossível duvidar de que um fato sobre o mundo real foi descoberto.

Soa como bom senso: se repetirmos um experimento exatamente igual ao original, ou vamos achar o mesmo resultado, e assim verificar/corroborar a afirmação, ou vamos descobrir que a afirmação foi falsificada/refutada. Segundo Latour e Woolgar, uma das expressões mais claras desse senso comum é obsessão de cientistas com a reprodução de ambientes *ceteris paribus* para replicação, sob pena de terem seus experimentos descartados como falhos. Um experimento voltado a replicar outro (para comparar gráficos e ver se as mesmas marcas são encontradas nas mesmas medidas, como no caso de bioensaios) só é considerado válido se o dispositivo de inscrição inicial é visto como perfeitamente reproduzido. Qualquer tentativa de trabalhar com dispositivos de inscrição não idênticos passa a ser proibitivamente custosa, profissionalmente falando (pense em perda de financiamentos, demissão e daí para baixo).

Agora, se pararmos para pensar, o que uma replicação efetivamente nos diz sobre a veracidade ou falsidade de uma proposição? Para início de conversa, como espantar a possibilidade de que todos os experimentos estejam cometendo os mesmos erros? E mesmo que deixemos essa questão de lado, a repetição perfeita de condições de teste sequer é possível? E, mesmo que seja possível, como é determinado o grau de similitude necessário para que um resultado seja considerado replicado? Latour e Woolgar (1986) estão convencidos de que o potencial para regresso experimental embutido em perguntas como essas coloca em dúvida a base racional associada à replicação ao dar margem para *subdeterminação empírica* em testes cruciais.¹⁷

O argumento de Latour e Woolgar (1986) é que um elemento é considerado “descoberto” não porque vários experimentos “o encontraram”, mas porque o apanhado heterogêneo que constrói essa descoberta se espalhou pelo mundo (Latour, 2012). Imagine algo assim: se uma vacina se mostra capaz de curar antraz entre vacas francesas, esse sucesso se deve à habilidade de Pasteur em reconstruir seu laboratório em Paris em cada fazenda onde a vacina foi aplicada (Latour, 1993). Se vacas francesas com antraz não soam interessante, podemos imaginar em vez disso um apanhando de barcos, ventos, estrelas, marinheiros, astrolábios e livros de impostos, todos sendo gradualmente movido entre a Índia e Portugal. Há quem diga que, ao viajar todo esse caminho sem distorção, esse apanhado móvel e imutável teria possibilitado o jugo colonial lusitano (Law, 1984). O ponto sendo feito por Latour e Woolgar também é simples a sua maneira: não se trata de descobrir o real duas vezes em laboratórios diferentes. Trata-se de repetir o uso do mesmo

pacote experimental e assim construir o mesmo real duas vezes. Na medida em que um mesmo aparato é empregado, o mesmo real é construído.

Construído o fato, o próximo passo é garantir o senso de emanção em torno dele. Um experimento é feito e seu resultado é apresentado sob a forma de declarações. Tais declarações podem viver uma vida dupla. Elas podem ser bem-sucedidas no esforço por *criar interesse* (“*interesement*”) fora do laboratório e influenciar a ação social (Callon e Law, 1982). Ao mesmo tempo, porém, elas podem continuar sendo vistas como controversas por especialistas. A história da ciência está cheia de exemplos assim: desde a existência de ondas gravitacionais passando pelo uso de DNA em julgamentos (Collins, 1992; Lynch, Cole et al., 2010). Quando isso acontece, a controvérsia demanda mais comparações entre a declaração polêmica e as declarações alternativas. Essas últimas, por sua vez, são construídas em outros dispositivos de inscrição. À medida que a comparação entre afirmações progride, algumas conseguem se estabelecer gradativamente como menos controversas.

Mantendo o foco na textualização do mundo-lá-fora, Latour e Woolgar dão conta dessa redução do potencial para dissenso apontando para um processo textual de gradual apagamento de *modulações* (expressões como “talvez”, “parece que”, “sugere”) nos textos produzidos pelos bioquímicos. Latour e Woolgar sugerem que, ao fim desse processo, algumas proposições alcançam uma expressão literária livre de modulações, sendo aceitas como simples descrições da realidade, enquanto outras somem de vista.¹⁸

Latour e Woolgar (1986) falam desse processo como uma espécie de dinâmica de dependência da trajetória que leva uma declaração ao *status* de não controversa ao aumentar o custo para controvérsia. A busca por legitimidade perante a comunidade científica impõe a reprodução do conjunto heterogêneo de pessoas, instrumentos e técnicas que compõem o dispositivo de inscrição aceito como adequado. Por sua vez, o senso de emanção é alcançado via a comparação de textos e gradual remoção de modulações. À medida que a discussão científica em torno do tema se estende, a existência de declarações que contestam a existência do elemento dito descoberto passa a ser tratada como um sinal de imaturidade do debate. Com o tempo, a existência do elemento dito descoberto passa a ser aceita como definitiva e inequívoca (Law, 2004: 32). Como Latour e Woolgar colocam, uma vez que descoberta atinge esse *pode de verdade*, “o custo de desafiar uma declaração reificada se torna impossivelmente alto. A realidade é secretada” (Latour e Woolgar, 1986: 243; tradução minha e ênfase).¹⁹

Para ser claro, a argumento não é só o de que fatos são construídos. O ponto de Latour e Woolgar (idem, 176) é que essa construção passa pelo uso de uma certa forma de falar e escrever sobre “descobertas” deliberadamente apagar todos os traços do processo de construção. Para fazer sentido desse ponto, talvez ajude atentar para o momento em que a afirmação feita pelos cientistas sobre a existência de TRF começa a se estabilizar como um fato. No início do processo de produção desse fato, os cientistas ainda não tinham como clareza sequer sobre como decidir quais resultados de bioensaios deveriam ser taxados como verdadeiros ou falsos, prováveis etc (idem, 175). Enquanto o processo de produção de conhecimento está em curso, cientistas oscilam no grau de convicção com que falam sobre seus resultados. Às vezes eles modulam os resultados usando expressões como talvez, possivelmente e congêneres. Outras vezes, eles falam de forma categórica sobre “erros” e “acertos” (idem, 177). Conforme o espaço para dissenso diminui, o jeito com que cientistas se referem aos resultados de experimentos começa a mudar: eles não falam mais de resultados apenas como se fossem suposições e hipóteses. Eles começam a tratar resultados como representações (idem).

Latour e Woolgar se referem a este momento como um momento de “quebra e inversão” (*split and invert*). “A declaração torna-se uma entidade dividida. Por um lado, é um conjunto de palavras que representa uma declaração sobre um objeto. Por outro lado, corresponde a um objeto em si que assume uma vida própria” (Latour e Woogar, 1986: 176; tradução minha). No começo, só o que há são proposições. No final do processo, passamos a ter, de um lado, proposições e, do outro, os objetos referentes dessas proposições, que passam a ser tratadas como coisas separáveis. “Em pouco tempo, mais e mais realidade é atribuída ao objeto e menos e menos à declaração sobre o objeto” (idem: 177; tradução minha). O resultado é uma inversão sutil, mas extremamente importante na forma de falar e escrever: “O objeto torna-se o motivo pelo qual a declaração foi formulada em primeiro lugar” (idem). Uma vez que tal dinâmica de divisão e inversão toma lugar, Latour e Woolgar alertam, “mesmo os observadores mais cínicos e convictamente relativistas terão dificuldade em resistir à impressão de que o “real” TRF foi encontrado e que a afirmação reflete a realidade” (idem).

De fato, muito da nossa forma de falar sobre o que é fazer boa ciência parece encorajar essa sensação de emanação: “a boa ciência deve ser descritiva, espelhando tanto quanto o possível a preexistente e independente.” Se são sérios, cientistas são objetivos e imparciais. Se profissionais, cientistas não permitem que seus interesses pessoais e sentimentos interfiram em suas conclusões. O dever do bom

cientista é trabalhar como uma simples testemunha fiel e *ghost writer* da natureza.²⁰ Banir o “eu” na escrita e higienizar os relatórios finais de qualquer menção ao emocional estão entre as técnicas literárias empregadas para proteger a autoridade do texto científico.²¹ Também nas Relações Internacionais, críticos da norma literária de escrita desapegada e impessoal vêm se tornando mais vocais em defesa de estilos esteticamente ciosos e emocionalmente investidos.

Ao encorajarmos ceticismo frente a essa forma de falar e escrever sobre a descoberta de fatos científicos, estamos nos aproximando de mais uma inovação conceitual identificada por Law como central a ANT: o conceito de encenação. (*enactment*). Law (2004: 56) defende essa noção como alternativa à imagem de *construção* de fatos empregada por Latour e Woolgar (1986). Falar de encenação também oferece um importante contraponto à noção de performance, sugiro abaixo.

Qual a diferença entre construção, performance e encenação (“*enactment*”)?

Até aqui, o caminho trilhado por Law seguiu de perto os argumentos desenvolvidos por Latour e Woolgar em *Vida de Laboratório*. O próximo neologismo destacado por Law – o conceito de encenação – começa a nos levar para outro rumo. Law vê um problema na sugestão de Latour e Woolgar de que a concorrência entre declarações tende a ser superada quando um fato construído consegue se impor como simples emanção da realidade. Latour e Woolgar (1986: 176) parecem aceitar que, eventual chegamos ao final do processo de produção de um fato. Nesse momento de estabilização, ocorreria uma singularização do real. O mesmo aparato experimental se difundiria e uma mesma construção de TRF passaria a ser encontrada em todos os laboratórios em que testes fossem realizados.

A pressuposição aqui é que formas diferentes de construir TRF são gradualmente abandonadas conforme o processo de “remoção de modulações” as teses científicas, levando a uma homogeneização tanto das declarações feitas pelos cientistas quanto das formas de construir TRF. Por assim dizer, diferentes realidades do TRF alcançariam um *fechamento perspectivo* (*perspectival closure*) e se reduziriam eventualmente a uma realidade singular na prática (Law, 2004: 56).

Tomando como base o trabalho da filósofa e etnógrafa da medicina holandesa Annemarie Mol (2002), Law (2004: 55) nos convida a refletir mais detidamente sobre quais são as consequências de trabalharmos com esse conceito de construção. Em seu livro *The Body Multiple*, Mol (2002: 53) argumenta que, embora o

processo de produção de conhecimento científico consiga descartar *afirmações* concorrentes feitas por experts sobre o mundo-lá-fora, a crença nessa singularidade depende de um *esforço contínuo* para manter fora de vista outras formas de encenar o objeto na prática.

Alinhando-se a Mol, Law (2004: 56) afirma não concordar com a possibilidade de estabilização de fato de uma identidade única. *A identidade de um elemento nunca é singular na prática*, ele diz Law. Quando falamos de construir uma casa, se presume que essa obra um dia vai acabar e a casa vai estar lá, identificável por um endereço único e fincada ao chão. Quando falamos de construir, também corremos o risco de passar a impressão de que há um ator arquiteto supervisionando a construção, quando tanto esforço foi feito para mostrar a importância do não-humano e o caráter contingente da construção.

Rompendo com essa metáfora de construção, Law e Mol (1995) argumentam que nunca atingimos o estágio em que uma identidade está terminada e construída de forma única. Nunca há um fim da obra, por assim dizer. Se acreditamos que a obra acabou e que um único objeto restou, é porque essa existência “singular” é cuidadosamente mantida de pé. O desafio, Mol e Law apontam, é entender como é encenada a aparente singularidade ontológica desse ser. Em outras palavras, se afastando do argumento de Latour e Woolgar, Mol e Law defendem que a existência tida como singular de uma entidade é ela mesma encenada – e não mais “construída”, para evitar esse senso de que estamos caminhando de forma controlado por indivíduos rumo a um ponto de completude.

Mol e Law, naturalmente, não são os primeiros acadêmicos a externarem insatisfação com a ideia de que identidades são completadas e estabelecidas de forma singular. A crença em identidade singular já vem sendo problematizada há muitos anos. Escrevendo em 1995, Stuart Hall e colegas já notavam que a questão da identidade era o foco de debates acalorados na teoria social (Hall et al., 1995). Como os autores colocam, “em essência o argumento é que identidades velhas que mantiveram a estabilidade do mundo social por muito tempo estão em declínio, dando espaço para a emergência de novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno como sujeito unitário” (idem: 596).

Se não inovador nesse aspecto, o argumento desenvolvido por Law e Mol (2002) acaba por se diferenciar pela ênfase que dá ao estudo de práticas. Para eles, não basta perguntar se uma socióloga de pele branca é capaz de *entender* o que é ser negro, por exemplo, ou se um sociólogo homem é capaz de entender o que é ser mulher. Essas não são as perguntas que Mol e Law consideram capazes

de abrir espaço para o novo. Em vez disso, o que eles sugerem estudar é como especialistas *praticam* realidades. Para dar um exemplo mais perto de casa, como uma socióloga conduzindo um *survey* reforça a divisão de pessoas em termos de raça, classe e gênero ao *praticar* essas categorias em seus formulários? (Law, 2009; Bowker e Star, 2000: 195). Em suma, como especialistas interferem no mundo que dizem apenas estudar? Com a sua verve usual, Mol explica o que há particular nesta estratégia “praxiológica”:

A ideia é que não há apenas muitas maneiras de conhecer “um objeto”, mas sim muitas maneiras de praticá-lo. Cada maneira de praticar estágios – performar, fazer, encenar – uma versão diferente do “o” objeto. Logo, não é “um objeto”, mas mais de um. Um objeto múltiplo. A ideia de que realidade pode ser múltipla vai diretamente contra a tradição euro-americana em que diferentes pessoas podem ter uma perspectiva própria sobre a realidade, enquanto existe apenas uma realidade – singular, coerente, elusiva – para ter “perspectivas” sobre. Para dar destaque para a nossa ruptura com esta herança monorealista do monoteísmo, importamos o antigo termo filosófico “ontologia” e o colocamos no plural. Ontologias. Isso era – na época – um oxímoro inédito (Mol, 2014; tradução minha).²²

Confrontados com o declínio do sujeito moderno unitário, a busca por novas expressões para estudar objetos e pessoas com identidades múltiplas ganhou ímpeto. Realidades começaram a ser descritas como sendo “elaboradas (*crafted*)” (Fujimura, 1996), “manufaturadas” (Knor-Cetina, [1981] 2013) ou simplesmente “feitas” (Callon, 1987) ou mesmo entre outras expressões, durante práticas de produção de conhecimento. Muito papel e tinta foram gastos justapondo e comparando os méritos de cada uma dessas palavras. Dentre as várias expressões ventiladas, a noção de “performance” foi talvez o primeiro conceito a atingir o vulto uma vez detido pela noção de construção. Hoje, dizer que conhecimento é performado arrisca soar como um truísmo para muitos pesquisadores nas humanidades.

Remando contra a maré também nesse ponto, Mol (2002: 32) e Law (2004: 56) não enxergam no conceito de performance uma boa alternativa para a metáfora de construção. Para explicar porque, eles usam como ponto de contraste o modelo dramaturgico desenvolvido na sociologia interacionista. Em particular, eles encontram inspiração na crítica de Judith Butler (1999) ao uso que a teórica do feminismo e escritora Monique Wittig (1981) faz da noção de performance

para entender como se dá a definição de papéis sociais de gênero e como identidades organizadas em torno desses papéis podem ser problematizadas.²³

Concordando com Butler, Mol (idem) e Law (idem) sugerem que há sempre múltiplas formas possíveis de encenar o que costumamos resumir a uma única pessoa. Na avaliação deles, o conceito de performance empobrece estudos sobre como essas múltiplas identidades se relacionam. O problema residiria no fato de que a noção de performance tende a reforçar um pressuposto problemático sobre como apresentamos nossas identidades em nossas vidas cotidianas: a ideia de que há uma divisão entre um foro íntimo, onde nossa “verdadeira identidade rica e complexa” residiria, e um foro social, em que daríamos vazão ao papel social que nos cabe desempenhar em diferentes interações.

Em linha com Butler, Mol (idem) e Law (idem) levantam dúvidas sobre suposição. De acordo com eles, o ponto não é que haja uma cortina separando uma área de bastidor, onde eu posso ser uma pessoa com uma identidade cheia de nuances, e um palco, onde uma versão simplificada da minha identidade é performada. Formas de encenação não são só variações da condição de fundo “mulher” ou “arteriosclerose” (no caso de Mol), pois não importa o quão fundo cavemos, nunca vamos encontrar esse “fundo de pedra” identitário. Estamos sempre no palco, para colocar assim.

Para frasear com as palavras de Latour e Woolgar (1986), o que Mol e Law parecem estar sugerindo é que dispositivos de inscrição particulares não levam só a *performances* diferentes de um/a mesmo/a objeto/pessoa de fundo (*performances* essas que tenderiam à singularização de fato ao fim do processo de reificação). O potencial para ser múltiplo é mais radical do que isso: *diferentes dispositivos de inscrição criam objetos/seres únicos que nos mostram inúmeras diferenças se comparados*. Por vezes, a despeito dessas diferenças, esses múltiplos objetos/seres conseguem ser agrupados sob a aparência de um único objeto/ser singular e bem delineado. Outras vezes, porém, essa singularização fracassa e o choque entre formas de ser se torna mais fácil de notar.

Para Mol (2002: 62) e Law (2004: 57), se nos é dado pensar que apenas uma forma de apresentação do real é possível no final, essa sensação é fruto do sucesso de práticas voltadas à singularização do real (Law e Mol, 1995: 291). Nas palavras de Law, se olharmos para a prática e para objetos, podemos perceber que nenhum objeto é jamais rotineirizado a ponto de atingir solidez reificada (Law, idem). Em vez disso, é a sensação de singularidade em torno de um elemento que é constantemente encenada e reencenada. Em outras palavras, a forma específica

que a reunião de objetos múltiplos assume após sua singularização não é a única configuração possível para esse objeto. *Formas alternativas de ser*, embora postas fora de vista, continuam potenciais (Law, idem: 58).

É difícil falar sobre o que é ser no mundo sem soar abstrato, mas uma forma de esclarecer esse ponto é contrastar o argumento de Latour e Woolgar (1986) sobre como a natureza histórica da produção de fatos é “apagada” ao fim do processo, e a noção de *técnicas de singularização* de Mol (2002). Apagamento é excluir processos passados envolvidos na construção da realidade final, que resta construída. *Singularização, em contrapartida, é um esforço contínuo, sem fim*. A construção assume que a significação do mundo-lá-fora se torna cada vez mais simples. *A encenação assume que a simplicidade da significação do mundo-lá-fora é ela própria encenada*. Nessa forma de ser, *a realidade é irremediavelmente múltipla e nenhum encerramento absoluto é possível*. Manter a singularidade do real é como andar de bicicleta, por assim dizer: se paramos de pedalar, a singularidade cai.

O argumento pode parecer abstrato, mas o que está em jogo é a possibilidade de existir no mundo de forma não singular. Existe só um jeito de ser TRF? Ou, para deixar a relevância política do ponto mais clara, existe só um jeito de existir como pessoal sexualmente ativa quando se nasce com o sexo masculino ou feminino? A questão pode soar como tergiversação para um químico ou para um físico. Mas seria no mínimo interessante perguntar o que uma feminista tem a dizer sobre a ideia de que “a fragilidade física da mulher” é uma verdade biológica. Um ex-colono Belga em Ruanda também teria visto a importância do ponto com mais facilidade, eu imagino. Não por acaso, as literaturas feminista e pós-colonial estão na vanguarda do debate em torno da natureza política da pesquisa em ANT (Law e Wen-yuan, 2017).

Pesquisa é política: qual é a diferença entre criticar e interferir?

Há muito tempo, autoras e autores que estudam o ser-no-mundo têm mostrado desconforto com relação à ênfase “no que está presente” (outra expressão usada é *ready-to-hand*), que parece guiar parte da discussão sobre como é ser-no-mundo no Ocidente. O uso feito por Law do conceito de encenação advogado por Mol parece uma maneira de expressar esse desconforto como sensibilidade sociológica. A noção de encenação é um atalho para o argumento de que a realidade que atribuímos ao mundo-lá-fora é continuamente múltipla em potência, sem não em atualidade. Ao lançar luz no esforço constante necessário para manter singularidade de pé, a noção de encenação nos compele a prestar atenção

em como realidades alternativas são tornadas invisíveis, postas fora do escopo da nossa percepção.

Falar de encenação em vez de construção ou performance é uma forma de obrigar quem pesquisa a atentar para como as histórias que contamos sobre o real estão longe de serem simples descrições da realidade de fundo. Quer estejamos cientes disso ou não, as representações que encenamos com nossas pesquisas são posicionamentos que tomamos sobre nossos tópicos. Nossas histórias são sempre políticas: elas inescapavelmente inteferem no equilíbrio ontológico, tornando formas de ser no mundo mais visíveis, menos visíveis e, no extremo, impensáveis. Usar o conceito de encenação é uma forma de enfatizar o esforço constante de singularização do real que torna possível a manutenção de um *status quo ontológico*. Mol (1999) chama isso de *política ontológica*.

Em um ponto semelhante, Law (2004: 51) chama de *perspectivismo* o conjunto de pressupostos de que o mundo-lá-fora é independente da prática de inscrição, que a sua existência é anterior a essa prática e que os objetos existem no mundo de forma singular. Esses preceitos perspectivistas, Law (2004: 22) sugere, influenciam a maneira como os cientistas sociais abordam seus tópicos. Eles limitam a gama de perguntas que os cientistas sociais são capazes de perguntar. A conexão que Law (idem) estabelece é entre abandonar independência, anterioridade e singularidade como preconceitos ontológicos e abandonar representação como objetivo último da prática de produzir histórias sobre o social. Law parece ter prazer em ver a ontologia euro-americana ruindo, mas ele quer considerar seriamente as implicações desse colapso para a forma como concebemos a prática de fazer pesquisa em humanidades.

Para Law (2004: 161), a descoberta da política ontológica enseja um compromisso por tornar mais explícitos os efeitos das nossas representações. Trata-se de evitar compactuar com os processos pelos quais as práticas acadêmicas de encenação de realidades mantêm formas alternativas de ser e perceber o mundo além do alcance da percepção (ocidental, pelo menos). Como alternativa à passividade ontológica que ele associa à forma de argumentar de escolas ditas críticas (que criticam as descrições feitas por outros, sem problematizar o próprio jogo de representação), Law defende uma política acadêmica pensada em termos de *interferências*.

A nossa preocupação como pesquisadores, ele sugere, não deveria se resumir a denunciar a singularização como uma dinâmica crônica e indesejável. Para Law, levar a política ontológica a sério se traduz em um *convite a acatar*

parcialidade como uma virtude em pesquisa. Isto é, um convite a que reconheçamos a nossa habilidade e a nossa responsabilidade como pesquisadores por oferecer histórias sobre o real que sejam mais atentas ao que é marginalizado por aquelas representações que hoje se apresentam como necessárias (Law, 2004: 82). Sem proibições gerais e sem guias de boas práticas, o que Law defende é a necessidade de uma postura metodológica ciente de seu caráter político. Os métodos que usamos e a projeção social que eles têm estão diretamente imbricados na encenação que nós oferecemos do real com as nossas pesquisas. O conceito de *aparato metodológico* é empregado por ele com esse propósito específico: nos lembrar de que fazer pesquisa é um “processo de criação e encenação de fronteiras necessárias entre presença, ausência manifesta e alteridade” (Law, 2004: 161; tradução minha).

Contando histórias: o que é escrever de forma alegórica e porque é importante dar espaço para incoerência?

Chegamos aqui ao último tema explorado por Law (2004: 117) em suas narrativas sobre repositório de neologismo que é ANT: a natureza política da escrita. Law (idem: 108) defende uma aproximação *alegórica* ao que é tido como real. Falar e escrever sobre o real em termos alegóricos é mexer com a relação entre o que fica na luz e o que fica na sombra durante a prática de escrever. Law (idem) insiste que, quando nós abordamos afirmações científicas de maneira alegórica, não contribuimos necessariamente para a encenação da realidade sem marginalizações. Nós somente contribuimos para a encenação da realidade com marginalizações diferentes.

Para Law (2004: 117), isso se torna um problema se insistirmos na busca por coerência com uma finalidade em si, tentando impor a nossa forma de pintar o mundo-lá-fora como uma nova descrição definitiva, “melhor”, “mais fiel”, “mais rigorosa”, “mais científica”, “mais embasada”, “mais adequada” (ou qualquer outra adjetivação que sugira superioridade). O que Law propõe é abandonar o afã por rigor metodológico em benefício de uma forma escrever mais alegórica, voltada a abrir espaço para nossas dúvidas, inquietações e mudanças de opinião. Ou seja, abrir espaço para tudo aquilo que somos treinados a reconhecer como sinais de bagunça em pesquisa. Abrir espaço para aqueles momentos do processo de produção do nosso conhecimento que somos treinados para apagar das versões finais higienizadas dos nossos trabalhos. Para Law (2004: 117), contar histórias alegoricamente requer narrar de forma a dar espaço para “o que não encaixa” em postu-

ras convencionais [Serres (1974) chama isso de “terceiro objeto”]. Law define essa abordagem como uma prática de *coletar histórias*. Há alguma semelhança com entre o ponto de Law e o debate entre defensores de “escrita dialógica” e defensores de “escrita carnavalesca” na etnografia acerca da melhor forma de quebrar com a fala monológica do autor (Clifford, Kirtchik et al., 2014).

Como saber o que ou até onde coletar? É crucial notar que, quando coletam dados, os analistas precisam fazer escolhas sobre o que visualizar e o que deixar de fora. Para coletar histórias, precisamos aprender a ignorar alguns dos sinais fluindo da heterogeneidade sociomaterial que nos circunda. Somos responsáveis por estabelecer as bordas do texto, por assim dizer, mesmo quando o nosso argumento é contra fronteiras. Ao defender o reconhecimento explícito da condição localizada do analista, o que Law propõe é que levemos mais a sério nossos sentimentos e julgamentos pessoais como bases metodológicas para identificar aquelas marcas que desejamos enfatizar na tela e aquelas que desejamos tornar menos audíveis ou mesmo, por politicamente incorreto que isso seja, que desejamos silenciar (Law, 2004: 110).

Law se refere a essa postura como uma busca por padrões contra um “ruído de fundo sem fim” (Law, 2004: 109). Nessa imagem, um pouco como mexemos no volume das nossas televisões, parte de pesquisar é ajustar o volume das vozes na pesquisa, amplificando algumas e diminuindo outras. Quer queiramos quer não, encenar realidades envolve demarcar o que resta visível, o que resta invisível e, também, o que é tornado inconcebível. Se é assim que fronteiras mentais são formadas, então influenciar a posição dessas bordas é crucial para mantermos a nossa pretensão de, não meramente entender ou explicar, mas *interferir* no mundo em favor de novas formas de ser e perceber.

Essa é talvez a contribuição mais política da Teoria Ator-Rede para a discussão sobre metodologia em ciências humanas: o potencial para interferência positiva reside não em gritar a plenos pulmões ou repetir sem parar argumentos em favor de novas ontologias. A interferência depende da promoção de uma nova *sensibilidade* entre quem faz pesquisa: uma sensibilidade de abertura ao heterogêneo, um compromisso com alegoria, um conforto com o incoerente e, acima de tudo, uma atenção ao que há de político nessa coisa aparentemente tão árida que é a metodologia. Para flertar com um slogan, interferir passa por fazer de pesquisadores um pouco menos cientistas, talvez, e um pouco mais poetas.

Conclusão: apreciando ANT

Neste ensaio, busquei compartilhar a minha apreciação do livro *After Method*, do sociólogo britânico John Law. Meu fio condutor foi o foco no potencial poético da Teoria Ator-Rede, tal como ela é encenada por Law. Para encerrar com a mesma analogia com que comecei, busquei ler *After Method* um pouco como um pintor atenta para tons de tintas ou uma poetisa atenta para a métrica de versos. Uma tinta azul pode ser clara ou escura demais para pintar o céu como eu quero encená-lo (hoje, daqui onde estou sentado agora). Da mesma forma, o número de sílabas em um verso pode ser grande demais para produzir a escansão que quero suscitar. O mesmo vale para os conceitos formulados pela Teoria Ator-Rede, eu acredito. O que há de determinar a pertinência desses conceitos não são critérios engessados como rigor metodológico. Tão pouco devemos acatar como critérios compromissos epistemológicos e ontológicos ingênuos, ainda hoje expressos por noções científicas como objetividade, imparcialidade e fidelidade ao real. Apreciar ANT com olhos para *poiesis* é, antes, perguntar: quão úteis são esses conceitos para mim (hoje, daqui de onde estou agora) tendo em mente as intervenções que gostaria de fazer nas práticas que estudo? Como esses conceitos me ajudam a contar histórias engajadoras, capazes de abrir espaço para novas formas de ver e ser no mundo? Esse é uma forma de apreciar ANT que me parece produtiva: como apreciamos versos em um sarau ou admiramos quadros em um museu, encantados com o poder que artistas como Law têm de nos forçar a pensar coisas novas.

-
- 1 Por seu estímulo e comentários em versões anteriores do texto, meu muito obrigado a Jef Huysmans, John Law, Annemarie Mol, os alunos do curso “A vida política do método” e os colegas do Núcleo de Estudos sobre Práticas de Produção de Conhecimentos (NUPRAC, IRI, PUC-Rio). Meus agradecimentos, ainda, a Tatiana Castelo Branco, Sebastian Granda e Isabel Rocha de Siqueira, pela inestimável ajuda com a tradução do inglês. Obrigado a Capes pelas bolsas de pós-doutorado e doutorado pleno no exterior que permitiram a pesquisa da qual essa reflexão fez parte.
 - 2 Para um argumento sobre como o impacto retórico da escrita teórica se constrói via apelo tácito ao superpoder de desvendar dinâmicas sociais de fundo, invisíveis para o público leigo e não alfabetizado no jargão crítico, sugiro, além de Garfinkel sobre o “modo documental de escrita” (1991), a leitura de Michael Lynch (2000).

- 3 Texto original em inglês: “*assemblage is a process of bundling, of assembling, or better of recursive self-assembling in which the elements put together are not fixed in shape, do not belong to a larger pre-given list but are constructed at least in part as they are entangled together. This means that there can be no fixed formula or general rules for determining good and bad bundles, and that (what I will now call) ‘method assemblage’ grows out of but also creates its hinterlands which shift in shape as well as being largely tacit, unclear and impure*”.
- 4 Disponível em: <www.jackson-pollock.com>. Acessado em: 3 out. 2017. Tradução minha. Texto original em inglês: “*When I am in my painting, I’m not aware of what I’m doing. It is only after a sort of ‘get acquainted’ period that I see what I have been about. I have no fear of making changes, destroying the image, etc., because the painting has a life of its own. I try to let it come through. It is only when I lose contact with the painting that the result is a mess.*”
- 5 Sugiro uma busca *on-line* por “Sokal affair”. Ver também o ataque feito por John Searle (2009) no *The New York Review of Books*. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/2009/09/24/why-should-you-believe-it/>>. Acessado em: 10 out. 2017.
- 6 O eco com o trabalho de Foucault não é coincidência. Para a realização entre ANT, pós-estruturalismo francês e o trabalho de Foucault, em específico, sugiro ver: John Law, “Actor Network Theory and Material Semiotics”, version of 25 th April 2007, available at <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>, (downloaded on 18 th May, 2017).
- 7 Para uma revisão bem humorada e ao mesmo tempo incisiva sobre o tema da construção (do que exatamente, o autor pergunta), ver: Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- 8 Para alguns exemplos de estudos de laboratórios publicados na mesma época, ver: Lynch, M. (1985). *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, Routledge & Kegan Paul; Knorr-Cetina, K. D. (2013). *The Manufacture of Knowledge: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*, Elsevier Science. Para uma revisão dessa literatura, ver: Knorr-Cetina, K. (1995) ‘Laboratory studies: The cultural approach to the study of science’ in Sheila Jasanoff et al (eds) *Handbook of Science and Technology Studies*, London, Sage, pp. 140-166.

- 9 Para uma crítica a explicações “whig”/teleológicas na ciência, ver Collins, 1981.
- 10 Kripke, Wittgenstein on Rules and Private Language: An Elementary Exposition, 55.
- 11 Idem, página 17.
- 12 Como citado em Kripke, página 17.
- 13 Estou aludindo aqui ao “argumento do milagre” desenvolvido por Hillary Putnam. Putnam aborda a questão de como explicar o sucesso de teses científicas em dizer como as coisas no mundo funcionam e como elas se comportarão. Sua visão é que devemos acompanhar o nosso primeiro instinto e assumir que esse sucesso é melhor explicado se aceitarmos que essas teses tenham sejam corretas – eles conseguiram descrever, ou pelo menos chegaram muito perto de descrever a realidade não só como pode parecer em nossas mentes, mas “como realmente é” – descrevendo, isto é, o mundo independente da mente. O objetivo de Putnam, como ele diz, é sustentar a conclusão de que algumas teorias se aproximam dos recursos da realidade e são “aproximadamente verdadeiras”. Putnam argumenta que, se queremos negar que os especialistas tenham essa capacidade de se aproximar em suas descrições para o mundo como realmente é (ele chama essa posição anti-realista), então temos que encontrar uma boa alternativa para explicar o sucesso – uma alternativa, isto é, que não faça o sucesso do especialista parecer um milagre. A conclusão de Putnam é que a explicação menos milagrosa disponível para o porquê especialistas são bem-sucedidos em explicar e prever as coisas é a conclusão de que eles realmente conseguiram isso. O argumento de Putnam pode ser lido como um desafio: “Eu ficarei com o realismo até que você me mostre uma explicação alternativa para o porquê as declarações de especialistas são tão intuitivas que não fazem com que seu sucesso se pareça com o trabalho dos anjos”. Não é por acaso que tantos autores da sociologia contemporânea do conhecimento dedicaram seu tempo a construir precisamente essas contas alternativas, como, por exemplo, em Ator-Network Theory, falar de “divisão e inversão”. Veja Hilary Putnam, Philosophical Papers: Volume 1, Mathematics, Matter and Method (Cambridge University Press, 1979). Para a crítica em ANT, veja: Bruno Latour, Pandora’s Hope: Essays on the Reality of Science Studies (Harvard University Press, 1999).
- 14 Texto original em inglês: *“In short, what processes operate to remove the social and historical circumstances on which the construction of a fact depends?”*

- 15 Eu deixo o paralelo para mentes melhores explorarem, mas me parece haver uma clara conexão entre a centralidade que *Laboratory Life* dá para a inscrição textual e a crítica que Jacques Derrida (1998: 17) faz à obsessão da filosofia ocidental com a linguagem falada (“*phonocentrism*”) às expensas do estudo da linguagem em marcas, traços e inscrições (“*written signs*”) como ponto de partida para a compreensão de sistemas linguísticos (ver capítulo de Carla Rodrigues neste livro).
- 16 Para uma discussão detalhada sobre como os instrumentos dão margem ao chamado fenômeno da carga teórica da observação, veja o livro belamente escrito por Hacking (1981). Para o argumento original, ver Bachelard [1938 (1996)], *A formação do espírito científico*, p. 277-280.
- 17 Para o que ainda é o argumento mais aprofundado sobre os problemas que circundam a replicação nas ciências naturais, ver Collins, 1992.
- 18 *Laboratory Life* oferece toda uma tipologia de afirmações para quem tem interesse na semiótica de artigos científicos.
- 19 Texto original em inglês: “*the cost of challenging the reified statement is impossibly high. Reality is secreted*”.
- 20 Para uma crítica devastadora desse afã por despolitizar a pesquisa, ver: Haraway, 1988;.
- 21 Também nas RI, críticos dessas normas literárias de escrita desapegada e impessoal vêm se tornando mais vocais em defesa de estilos de emocionalmente investidos. Para um excelente ponto de partida, sugiro: Leander, A. (2015). “Ethnographic Contributions to Method Development: “Strong Objectivity” in Security Studies.” *International Studies Perspectives* 17(4): 1-14 e Doty, R. L. (2004). “Maladies of our souls: identity and voice in the writing of academic international relations.” *Cambridge Review of International Affairs* 17(2): 377-392.
- 22 Mol, A (2014) A reader’s guide to the “ontological turn” – Part 4. Disponível em: <http://somatosphere.net/2014/03/a-readers-guide-to-the-ontological-turn-part-4.html>. Acessado em: 27 fev. 2018.
- 23 O esforço de Butler (1999) por descentralizar “o sujeito de gênero” pode ser lido como uma reação ao que ela vê como uma tendência fundacionalista no artigo de Wittig (1981), *One is not born a woman*. Segundo Butler, Wittig defende que uma nova forma de identidade de gênero deve ser estabelecida para que os interesses políticos femininos possam ser articulados. Butler nos

diz que, para Wittig, tomar “sexo” como ponto de partida do nosso pensamento sobre gênero é, por si só, reforçar um vocabulário que marginaliza mulheres, *gays* e lésbicas. Butler observa que o argumento de Wittig baseia-se na compreensão da linguagem como locucionária, o que pressupõe que as formas de falar sobre o tema, quando repetidas, se traduzem em práticas, que se traduzem na marginalização. Butler nos diz que a tarefa política que Wittig assume é derrubar esse modo de pensar e falar sobre gênero que leva o sexo a ser presumido como determinado atributo do ser humano. Butler parece simpática ao projeto de Wittig de criar espaço para novas configurações de gênero. Por outro lado, Butler é extremamente crítica de como Wittig procura atingir esse objetivo: estabelecer a natureza parcial e relativa da identidade de gênero, que Wittig vê como uma deformação do debate, é o principal objetivo de Butler. Para Butler, o eu soberano indeciso que detém uma nova forma de identidade de gênero é precisamente o que precisa ser fragmentado. “O deslocamento da origem política e discursiva da identidade de gênero para um centro psicológico impede uma análise da constituição política de sujeito” (Butler, 1999: 174; tradução minha). Texto original em inglês: “*The displacement of a political and discursive origin of gender identity onto a psychological ‘core’ precludes an analysis of the political constitution of the gendered subject.*”

Referências bibliográficas

- AKRICH, Madeleine et al. *Sociologie de la traduction: Textes fondateurs*. Presses de l'École des Mines, 2006.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico. O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, [1938].
- BERG, Marc; MOL, Annemarie (eds.) *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*. Duke University Press, 1998.
- BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.
- CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuç Bay. In: LAW, J. *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge?* London: Routledge, 1986, p.196-233.

- _____. "Society in the Making: The Study of Technology as a Tool For Sociological Analysis." In Bijker, W., Hughes, T., & Pinch, T. (eds.) *The Social Construction of Technological Systems*. Cambridge: MIT Press: 77-98, 1987
- CALLON, Michel et al. From Translations to Problematic Networks: an Introduction To Co-Word Analysis. *Social Science Information*, 22(2): 191-235, 1983.
- CALLON, Michel; LAW, John. On Interests and Their Transformation: Enrolment and Counter-Enrolment. *Social Studies of Science*, 12: 615-625, 1982.
- CARTWRIGHT, Nancy. *How the Laws of Physics Lie*. Clarendon Press, 1983.
- CLIFFORD, James et al. On Ethnographic Allegory. *Russian Sociological Review*, 13(3): 94-125, 2014.
- COLLINS, Harry. II.3 What is TRASP?: The Radical Programme as a Methodological Imperative. *Philosophy of the Social Sciences*, 11(2): 215-224, 1981.
- _____. *Changing Order: Replication and Induction in Scientific Practice*. University of Chicago Press, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. London/New York: Continuum, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Johns Hopkins University Press, 1998.
- DUNNE, Tim et al. The End of International Relations Theory? *European Journal of International Relations*, 19(3): 405-425, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *The Order of Things: an Archaeology of Human Sciences*. Knopf Doubleday Publishing Group, 2012.
- FUJIMURA, Joan. H. *Crafting Science: A Sociohistory of the Quest for the Genetics of Cancer*, Harvard University Press. 1996
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. New York: Wiley, 1991.
- HACKING, Ian. Do We See Through a Microscope? *Pacific Philosophical Quarterly*, 62(4): 305-322, 1981.
- _____. *The Social Construction of What?* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.
- HARAWAY, Donna J. Situated knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3): 575-599, 1988.
- _____. *Modest Witness at Second Millennium. FemaleMan Meets Oncomouse: Feminism and Technoscience*. Routledge, 1997.
- HARDING, Sandra. *Can Theories Be Refuted?: Essays on the Dunhem-Quine Thesis*. Springer Netherlands, 1976.
- HIRSCHAUER, S. Performing Sex and Genders in Medical Practices. In: BERG, Marc; MOL, Annemarie (eds.). *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*. Duke University Press, 1998, p. 13-27.
- JONES, Jackson. Jackson Pollock Review – This is Art as Nervous Breakdown ... and it's Majestic. *The Guardian*, 2015.

- KRIPKE, Saul A. *Wittgenstein on Rules and Private Language: An Elementary Exposition*. Harvard University Press, 1982.
- KNORR-CETINA, K. 'Laboratory studies: The cultural approach to the study of science' in Sheila Jasanoff et al (eds) *Handbook of Science and Technology Studies*, London, Sage, pp. 140-166. 1995.
- _____. *The Manufacture of Knowledge: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*, Elsevier Science. ([1981] 2013)
- LATOUR, Bruno. *The Powers of Association*. In: LAW, J. *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?*. London: Routledge, 1986, p. 261-266.
- _____. *The Pasteurization of France*. Harvard University Press, 1993.
- _____. On recalling ANT. *The Sociological Review*, 47(S1): 15-25, 1999a.
- _____. *Pandora's hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Harvard University Press, 1999b.
- _____. Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. *Critical Inquiry*, 30(2): 225-248, 2004.
- _____. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Harvard University Press, 1987.
- _____. *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. *The Making of Law: an Ethnography of the Conseil d'Etat*. Wiley, 2010.
- _____. Visualisation and Cognition: Drawing Things Together. *Avant: Trends in Interdisciplinary Studies*, 3(T): 207-260, 2012.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory Life: the Construction of Scientific Facts*. Princeton University Press, 1986.
- LAW, John. On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India. *The Sociological Review*, 32(1_suppl): 234-263, 1984.
- _____. Technology and Heterogeneous Engineering: the Case of the Portuguese Expansion. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor. *The social Construction of Technological Systems*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1987, p. 111-134.
- _____. *Topology and the Naming of Complexity*. Publicado pelo Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, UK, 2003. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>>. Acessado em: 22 out. 2017.
- _____. *After Method: Mess in Social Science Research*. London/New York: Routledge, 2004.
- _____. What's Wrong With a One-World World? *Distinktion: Journal of Social Theory*, 16(1): 126-139, 2015.
- LAW, John; HASSARD, John (eds.). *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

- LAW, John; MOL, Annemarie. Notes on materiality and sociality. *Sociological Review* 43:274-94. 1995.
- _____. (eds.) *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices. Science and Cultural Theory*. Durham: Duke University Press, 2002.
- LAW, John; SINGLETON, Vicky. Object lessons. *Organization*, 12(3): 331-355, 2005.
- LAW, J.; WEN-YUAN, L. "Provincializing STS: Postcoloniality, Symmetry, and Method." *East Asian Science, Technology and Society: an International Journal*, vol. 11 no. 2, 2017, pp. 211-227.
- LYNCH, Michael. *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, Routledge & Kegan Paul, 1985.
- _____. Against reflexivity as an academic virtue and source of privileged knowledge. *Theory, Culture & Society*, 17(3): 26-54, 2000.
- LYNCH, Michael *et al.* *Truth Machine: the Contentious History of DNA Fingerprinting*. University of Chicago Press, 2010.
- MERTON, Robert K. The Sociology of Knowledge. In: GURVITCH, Georges; MOORE, Wilbert E. (eds). *Twentieth Century Sociology*. New York: Philosophical Library, 1945, p. 366-405.
- MOL, Annemarie. Ontological politics. A Word and Some Questions. In: LAW, John; HASSARD, John. *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999, p. 74-89.
- _____. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- _____. Actor-Network Theory: Sensitive Terms and Enduring Tensions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 50: 253-269, 2010.
- _____. A reader's guide to the "ontological turn": part 4 (blog). Disponível em: <http://somatosphere.net/2014/03/a-readers-guide-to-the-ontological-turn-part-4.html>. Acessado em: 27 fev. 2018.
- MOSES, Omri. Jackson Pollock's Address to the Nonhuman. *Oxford Art Journal*, 27(1): 3-22., 2004.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton University Press, 2009.
- RAMPLEY, Matthew. Identity and Difference: Jackson Pollock and the Ideology of the Drip. *Oxford Art Journal*, 19(2): 83-94, 1996.
- SELLARS, Wilfrid. *Science, Perception, and Reality*. Humanities Press, 1963.
- VERRAN, Helen. *Science and an African Logic*. University of Chicago Press, 2001.
- WITTIG, Monique. One is Not Born a Woman. *Feminist Issues*, 1(2): 265-271, 1981.

Leituras sugeridas sobre Teoria Ator-Rede

Fontes de inspiração:

- CARTWRIGHT, Nanxyc. *How the Laws of Physics Lie*. Clarendon Press, 1983.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. London/New York: Continuum, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Johns Hopkins University Press, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *The Order of Things: An Archaeology of Human Sciences*. Knopf Doubleday Publishing Group, 2012.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. New York: Wiley, 1991.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton University Press, 2009.
- SERRES, Michel. *Hermes III: la traduction*. Les Éditions de Minuit, 1974.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Wiley, 2010.

Programa fraco, programa forte e simetria:

- BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- COLLINS, Harry. II.3 What is TRASP?: the Radical Programme as a Methodological Imperative. *Philosophy of the Social Sciences*, 11(2): 215-224, 1981.
- HACKING, Ian. *The Social Construction of What?* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.
- LYNCH, Michael. *Scientific Practice and Ordinary Action: Ethnomethodology and Social Studies of Science*. Cambridge University Press, 1997.
- MERTON, Robert K. *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

Heterogenia, materialidade e lei de livre associação:

- BERG, Marc; MOL, Annemarie (eds). *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*. Duke University Press, 1998.
- CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, John. *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge?* London: Routledge, 1986, p. 196-233.
- CALLON, Michel et al. From Translations to Problematic Networks: an Introduction to Co-Word Analysis. *Social Science Information*, 22(2): 191-235, 1983.
- LAW, John. On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India. *The Sociological Review*, 32(1_suppl): 234-263, 1984.

- LAW, John. Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of the Portuguese Expansion. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor. *The Social Construction of Technological Systems*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press: 111-134, 1987.
- MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

Construção, performance e encenação:

- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.
- HIRSCHAUER, S. Performing Sex and Genders in Medical Practices. In: BERG, Marc; MOL, Annemarie. *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*. Duke University Press, 1998, p. 13-27.
- LATOURE, Bruno. The Powers of Association. In: LAW, John. *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?* London: Routledge, p. 261-266, 1986.
- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: the Construction of Scientific Facts*. Princeton University Press, 1986.
- LAW, John. *After Method: Mess in Social Science Research*. London/New York: Routledge, 2004.
- LAW, John; MOL, Annemarie (eds.). *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices. Science and Cultural Theory*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOL, Annemarie. Ontological Politics. A Word and Some Questions. In: LAW, John; HASSARD, John. *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999, p. 74-89.

ANT e feminism:

- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.
- HARAWAY, Donna J. *Modest Witness at Second Millennium. FemaleMan Meets Oncomouse: Feminism and Technoscience*. Routledge, 1997.
- HIRSCHAUER, S. Performing Sex and Genders in Medical Practices. In: BERG, Marc; MOL, Annemarie. *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*. Duke University Press, 1998, p. 13-27.
- MOL, Annemarie. Ontological Politics. A Word and Some Questions. In: LAW, John; HASSARD, John. *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999, p. 74-89.
- _____. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

ANT e pós-colonialismo:

- LATOUR, Bruno. Visualisation and Cognition: Drawing Things Together. *Avant: Trends in Interdisciplinary Studies*, 3(T): 207-260, 2012.
- LAW, John. On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India. *The Sociological Review*, 32(1_suppl): 234-263, 1984.
- _____. Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of the Portuguese Expansion. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor. *The Social Construction of Technological Systems*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1987, p. 111-134.
- _____. *Topology and the Naming of Complexity*. Publicado pelo Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, UK, 2003. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- LAW, John. What's Wrong With a One-World World? *Distinktion: Journal of Social Theory*, 16(1): 126-139, 2015.
- LAW, John; MOL, Annemarie (eds.). *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices. Science and Cultural Theory*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- VERRAN, Helen. *Science and an African Logic*. University of Chicago Press, 2001.

Sobre os autores e organizadores

Thiago Rodrigues é bacharel, mestre e doutor em relações internacionais pela PUC-SP, com estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle. É professor no Instituto de Estudos Estratégicos (Inest) da Universidade Federal Fluminense (UFF), diretor de relações institucionais da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (Abed), diretor de comunicações do Global South Caucus/International Studies Association (ISA), editor-assistente da revista *International Political Sociology* (IPS/ISA) e pesquisador no Nu-Sol (PUC-SP).

Marcos Kalil Filho é mestre e doutorando em estudos de linguagem pela Universidade Federal Fluminense. É advogado, formado com bolsa integral por mérito no Ibmec. É jornalista, formado pela Universidade Federal Fluminense, professor substituto do INJC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e assessor jurídico do Ceplir (Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos).

Carla Rodrigues é professora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ, especializada em ética. É mestre e doutora em filosofia pela PUC-Rio. Atualmente desenvolve sua pesquisa sobre a filosofia de Jacques Derrida em conjunção com o pensamento de Judith Butler. É autora, entre outros, de *Dois palavras para o feminino – hospitalidade e responsabilidade – sobre ética e política em Jacques Derrida* (Nau/Faperj, 2013) e *Coreografias do feminino* (Editora Mulheres, 2009).

Emma Mc Cluskey é pós-doutoranda, pesquisadora associada e *teaching fellow* no Departamento de Estudos de Guerra, King's College London. As suas áreas de pesquisa incluem refugiados e migrantes na União Europeia, abordagens etnográficas aos estudos críticos de segurança, relacionamento entre hospitalidade e segurança, e a reformulação da sociologia política internacional por linhas mais antropológicas. Atualmente é pesquisadora em projeto com financiamento FP7 sobre o conceito de “segurança societária” na Europa.

Bruno Magalhães é pesquisador de pós-doutorado no IRI/PUC-Rio e PhD em ciência política e estudos internacionais pela Open University do Reino Unido. É bacharel e mestre em relações internacionais pelo IRI/PUC-Rio. É membro da

equipe editorial do periódico *International Political Sociology* e coeditor-chefe do periódico *Cadernos de Relações Internacionais*. Foi *teaching fellow* do Departamento de Filosofia da Universidade de Londres, Queen Mary, pesquisador associado ao Centre for Citizenship, Identities and Governance (CCIG) da Open University e ao Centre for Research on Socio-Cultural Change (Cresc) da Universidade de Manchester. Os seus interesses de pesquisa envolvem migração e o regime internacional de proteção ao refugiado. Publicações recentes incluem artigo no *International Political Sociology* e capítulos em livro pela Manchester University Press.

Isabel Rocha de Siqueira é professora assistente de relações internacionais, IRI/PUC-Rio e pesquisadora na área de desenvolvimento internacional no Centro de Estudos e Pesquisa Brics, do IRI/PUC-Rio. É PhD em relações internacionais pelo Departamento de Estudos de Guerra, Kings College London, mestre em relações internacionais pelo IRI/PUC-Rio e bacharel em jornalismo pela PUC-Rio. As suas áreas de pesquisa incluem desenvolvimento e cooperação internacional, desigualdade e pobreza, sociologia política internacional, teoria da prática e sociologias da quantificação. Atualmente coordena o Laboratório de Metodologia do IRI/PUC-Rio e é tutora PET/Tepp e Pibic do departamento. Publicações recentes incluem um livro autoral pela Routledge e artigos nos periódicos *Global Governance*, *International Political Sociology* e *Third World Quarterly*.

Tatiana Castelo Branco é bacharel em relações internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2014), mestre na mesma área pelo IRI/PUC-Rio (2017) e militante feminista. Foi assistente de pesquisa do Laboratório de Metodologia do IRI/PUC-Rio entre 2015 e 2017. Os seus interesses de pesquisa na área de relações internacionais envolvem os seguintes temas: feminismo, modernidade, pós-colonialismo e descolonialismo.

Sebastián Granda Henao é formado em ciência política pela Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín (2012), mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB, 2015) e candidato a doutor na mesma área pelo IRI/PUC-Rio (2015). Foi assistente de pesquisa do Laboratório de Metodologia do IRI/PUC-Rio entre 2015 e 2017. A sua pesquisa aborda perspectivas pós-coloniais e decoloniais e metodologias etnográficas sobre segurança na América Latina, especialmente no caso das comunidades zapatistas no sudeste mexicano, além de gênero, sexualidade, política externa e o conflito na Colômbia.